

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO,
HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

**LIMITES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
APLICADO AO ESPAÇO URBANO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO SAPIENS PARQUE**

BEATRIZ FRANCALACCI DA SILVA

Nelson Popini Vaz

Florianópolis, 10 de março de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO,
HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE

LIMITES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
APLICADO AO ESPAÇO URBANO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO SAPIENS PARQUE

BEATRIZ FRANCALACCI DA SILVA

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade PGAU-Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Área de pesquisa: Configurações Regionais, Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Nelson Popini Vaz
Orientador

Florianópolis, 10 de março de 2008.

LIMITES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
APLICADO AO ESPAÇO URBANO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO SAPIENS PARQUE

BEATRIZ FRANCALACCI DA SILVA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, na área de concentração em Configurações Regionais, Planejamento Urbano e Meio Ambiente do programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade PGAU-Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 10 de março de 2008.

Prof. Dra. Gilcéia Pesce do Amaral e Silva
Coordenador do PGAU - cidade

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz
Orientador

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Francisco Reis

Prof. Dr. Eduardo Jorge Félix Castells

Prof. Dr. Gilberto Montibeller Filho

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado nunca pode ser vista como definitivamente finalizada, porque em um trabalho como este sempre haverá o que possa ser corrigido e acrescentado. Esta dissertação constitui apenas um pequeno trecho de um longo caminho a ser percorrido. Sendo assim, neste momento, devem-se os agradecimentos àqueles que, de alguma forma, colaboraram para o desempenho deste trabalho:

À Coordenação e Secretaria do PGAU – Cidade, em particular à professora Gilcéia Pesce do Amaral e Silva, pelo incentivo constante e pela disponibilidade da realização do curso de Mestrado.

Ao meu orientador, Nelson Popini Vaz, pela orientação que me permitiu descobrir limites e possibilidades e pelo respeito às posições tomadas pela autora no decorrer do trabalho, agradeço à convivência.

Ao amigo e professor Eduardo Jorge Félix Castells, pelo material do Instituto de Arquitetos do Brasil cedido para análise e que servem de embasamento para a avaliação final da pesquisa, além das discussões que permitiram seu direcionamento.

Ao professor Gilberto Montibeller Filho, pelas valiosas contribuições em minha banca de qualificação e pela presença na banca de defesa e ao professor Almir Francisco Reis, pelas colocações finais que possibilitaram o aprimoramento do trabalho.

À Fundação CERTI e ao Gerente Executivo do Sapiens Parque Leandro Carioni, pela atenção e disposição de todo o material referente ao empreendimento, indispensáveis à finalização do trabalho.

Aos colegas do mestrado PGAU – Cidade, em especial à Fernanda e Joana, pela amizade e discussões em sala, que em muito contribuíram nesta dissertação.

Ao Fernando, pelo apoio incondicional e pelas fotos especialmente encomendadas e que ilustram o terceiro capítulo.

À minha querida amiga Bianca, pela ajuda na revisão e tradução do Inglês, e à minha tia Vera, licenciada em Letras, pela revisão ortográfica do Português.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais e aos meus irmãos Luciano, Marcos e Guilherme, pela segurança e certeza de que sempre estarão presentes.

A todos, o meu muito obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Sapiens Parque	29
Figura 2 – Terreno de implantação do Sapiens Parque.....	30
Figura 3 – Marco Zero do Sapiens Parque	35
Figura 4 – Reservas da Biosfera no Brasil.....	60
Figura 5 – Proposta de Reserva da Biosfera Urbana para Florianópolis.....	69
Figura 6 – Processo Metodológico da Estratégia Empresarial	95
Figura 7 – Barcelona - Estádio da Vila Olímpica.....	101
Figura 8 – Barcelona - Estádio da Vila Olímpica.....	101
Figura 9 – Barcelona - Arena de Esportes.....	101
Figura 10 – Barcelona - Torre Telefônica de.....	101
Figura 11 – Curitiba – Ópera de Arame	106
Figura 12 – Curitiba – Sistema Integrado de Transportes	106
Figura 13 – Curitiba – Museu Oscar Niemeyer	106
Figura 14 – Curitiba – Jardim Botânico.....	106
Figura 15 – Rio de Janeiro/ Jacarepaguá – Autódromo de Jacarepagua.....	108
Figura 16 – Rio de Janeiro/ Tijuca – Maracanã	108
Figura 17 – Rio de Janeiro/ Zona Sul – Cristo Redentor	109
Figura 18 – Rio de Janeiro/ Centro – Catedral Metropolitana.....	109
Figura 19 – Master Plan Original do Sapiens Parque 2003.....	119
Figura 20 – Gradientes de ocupação do terreno de implantação do Sapiens Parque.....	137
Figura 21 – Implantação Master Plan Sapiens Parque 2005.....	138
Figura 22 – Perspectiva Master Plan Sapiens Parque 2005	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Padrões de desenvolvimento econômico.....	44
Tabela 2 – Unidades de Conservação de Florianópolis.....	58
Tabela 3 – Dimensões, objetivos e critérios de desenvolvimento sustentável.....	65
Tabela 4 – Transformações nas políticas, intervenções e imagens de Curitiba	105
Tabela 5 – A diversidade do Rio de Janeiro e suas potencialidades.	108
Tabela 6 – Principais Impactos identificados pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque	123
Tabela 7 – Impostos gerados pelo empreendimento Sapiens Parque.....	129
Tabela 8 – Limites do Projeto Sapiens Parque rumo ao desenvolvimento sustentável	141

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Avaliação do Sapiens Parque segundo o IAB-SC	158
Anexo 2 – Tabela de Impactos e Medidas Compensatórias do Sapiens Parque	164
Anexo 3 – Master Plan Sapiens Parque 2005	165

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina SA
CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CSD - Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança
ESI - Environmental Sustainability Index
FAPESC - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FMI - Fundo Monetário Internacional
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
LAP - Licença Ambiental Prévia
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
ONU - Organização das Nações Unidas
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNB - Produto Nacional Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RBAC – Reserva da Biosfera da Amazônia Central

RBMA - Reserva da Biosfera Mata Atlântica
RBC – Reserva da Biosfera do Cerrado
RBCA – Reserva da Biosfera da Caatinga
RBCVSP – Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo
RBP – Reserva da Biosfera do Pantanal
RBU – Reserva da Biosfera Urbana
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPE - Sociedade de Propósitos Específicos
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNCED - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento
UNEP - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

SILVA, Beatriz Francalacci da. **Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável: o caso do Sapiens Parque.** 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 168 f.

Orientador: Nelson Popini Vaz

Linha de Pesquisa: Configurações Regionais, Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Defesa: 10/03/2008

O conjunto de processos e agentes externos de uma cidade sempre resulta em influenciar a sua evolução urbana. A globalização fortifica a velocidade com que ocorrem essas mudanças externas, cujas inovações tecnológicas e alterações econômicas, políticas e socioculturais trazem implicações no processo construtivo das cidades. O espaço urbano é transformado em um capital comum para toda a humanidade e ganha novas funções, dando origem ao ambiente competitivo entre as cidades e refletindo suas modificações no planejamento. As cidades passam a constituir centros de articulação e controle de economias regionais, nacionais e internacionais, a partir de vocações e especializações urbanas. As ações estratégicas em âmbito urbano, definidas dentro da lógica do mercado, caracterizam o novo modelo de planejamento a ser adotado frente aos desafios impostos pela globalização. Por outro lado, a problemática ambiental global surgida no século XX determinou um novo paradigma de desenvolvimento, que apresenta como diretriz a integração das relações humanas com o ambiente natural. O conceito de desenvolvimento sustentável compreende uma alternativa às teorias e modelos tradicionais de desenvolvimento, e marca uma nova filosofia que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Este trabalho estabelece uma relação entre o paradigma do desenvolvimento sustentável e o atual modelo de planejamento urbano estratégico. Para tanto, faz uma avaliação da eficiência do modelo de planejamento urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável, segundo os conceitos e critérios de sustentabilidade. A análise baseia-se no estudo de caso do empreendimento Sapiens Parque, para Florianópolis. Tal empreendimento caracteriza-se como um programa de desenvolvimento regional, baseado na produção científica e tecnológica, e que visa a sustentabilidade social, econômica e ambiental. A pesquisa aponta os limites deste projeto no alcance do desenvolvimento sustentável regional, através do levantamento dos seus impactos em meio físico, biótico e sócio-econômico, permitindo identificar em quais aspectos o modelo de planejamento urbano adotado contraria os conceitos de sustentabilidade estudados.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, planejamento estratégico, projeto urbano, globalização.

ABSTRACT

SILVA, Beatriz Francalacci da. **Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável: o caso do Sapiens Parque.** 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 168 f.

Adviser: Nelson Popini Vaz

Line of Research: Regional Configurations, Urban Planning and Environment

Date of Presentation: March 10th of 2008

The set of processes and external agents of a city always results in influencing its urban evolution. The globalization increases the velocity in which these external changes take place and changes the space into a common capital to the humanity, bringing its implications to the cities' constructive process. The urban space has new functions, creating a competitive environment between cities and reflecting in modifications in the urban planning. Through urban vocations and specializations, the cities start to constitute articulation and control centers of regional, national and international economy. The strategic actions in the urban field, defined according to the market logic, characterize the new planning model to be adopted facing the challenges imposed by the globalization. On the other hand, the global environmental problem that appeared in 20th century determined a new development paradigm, that presents as a direction line the integration between human relations and natural environment. The concept of sustainable development comes as an alternative to the theories and traditional models of development, and marks a new philosophy that combines economic efficiency with social justice and ecological prudence. This thesis establishes an interaction between the paradigm of the sustainable development and the current model of strategic urban planning. In order to achieve that, an efficiency evaluation of the urban planning model as a tool of sustainable development is made, according to the concepts and the criteria of sustainability. The analysis is based on an enterprise Sapiens Park study of case, in Florianópolis. Such enterprise is characterized as a regional development program, based on the scientific and technological production, and it aims at the social, economic and environmental sustainability. The research points the limits of this project while trying to reach the regional sustainable development, through the survey of its impacts in the physical, biotic and socio-economic environment, allowing the identification of which aspects the urban planning model current adopted opposes the concepts of sustainability studied.

Keywords: sustainable development, strategic planning, urban project, globalization.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
LISTA DE FIGURAS	05
LISTA DE TABELAS.....	06
LISTA DE ANEXOS	07
LISTA DE SIGLAS	08
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO.....	14
Justificativa	14
Objetivos da pesquisa.....	17
Metodologia de pesquisa e estrutura do trabalho	18
1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CASO: O SAPIENS PARQUE.....	22
1.1 Caracterização de Florianópolis	22
1.2 O empreendimento Sapiens Parque	26
1.2.1 Apresentação do projeto	26
1.2.2 Localização urbana do empreendimento	29
1.2.3 Módulos e Setores	33
1.2.4 Agentes envolvidos	35
2. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	40
2.1 Conceito de desenvolvimento.....	40
2.1.1 Brasil e desenvolvimento	46
2.2 A inserção ambiental no desenvolvimento	51
2.2.1 Ecodesenvolvimento	54
2.2.2 Desenvolvimento Sustentável	61
2.3 Sustentabilidade urbana	66
2.3.1 Diretrizes para a sustentabilidade urbana.....	71
2.4 Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente	75
2.5 Impactos Ambientais Urbanos.....	79
2.5.1 Impactos de Projetos Desenvolventistas.....	81
.....	12

3.	PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO	86
3.1	Globalização e a nova função das cidades	86
3.2	Estratégias das cidades para as novas funções urbanas	88
3.3	O modelo estratégico de planejamento das cidades.....	93
3.4	Variações em torno de um mesmo modelo	99
	3.4.1 Barcelona e o caso da Vila Olímpica	99
	3.4.2 Curitiba e suas intervenções urbanas	102
	3.4.3 Rio de Janeiro e os Planos Estratégicos Regionais.....	106
3.5	Conclusões parciais: Limites do planejamento estratégico	110
4.	AVALIAÇÕES DO EMPREENDIMENTO SAPIENS PARQUE	117
4.1	Avaliações do Instituto de Arquitetos do Brasil.....	117
4.2	Avaliações do EIA-RIMA 2003	120
	4.2.1 Impactos e medidas compensatórias em meio físico e biótico	124
	4.2.2 Impactos e medidas compensatórias em meio sócio-econômico	126
	4.2.3 Atribuições dadas ao poder público	131
	4.2.4 Aspectos legais	132
4.3	Avaliações da comunidade local	135
4.4	Avaliações do Master Plan 2005	136
4.5	Diagnóstico final: avaliação dos limites	140
5.	CONCLUSÕES	145
	REFERÊNCIAS	151

INTRODUÇÃO

JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

As mudanças tecnológicas, econômicas, geo-políticas e sócio-culturais ocorridas no mundo como decorrência do aparecimento da globalização apresentam suas influências na configuração do espaço urbano. As cidades passaram de espaços locais a centros articuladores de economias regionais, nacionais e internacionais, tendo como instrumento de planejamento ações estratégicas definidas dentro da lógica do mercado. Esta nova realidade gera o espaço das cidades mundiais, onde as cidades buscam seu reconhecimento em nível global através de vocações e especializações urbanas.

Tal situação, no Brasil, teve seu maior exemplo refletido na cidade de Curitiba na década de 1990. Curitiba foi classificada como uma das melhores cidades brasileiras para se viver e tornou-se referência nacional e internacional através de um plano de urbanização específico que visava atrativos culturais e de lazer. A exemplo do que aconteceu na capital paranaense, nos últimos anos o espaço metropolitano de Florianópolis vem sendo apontado como uma das regiões de maior qualidade de vida do Brasil e com o menor índice de violência do país.

A pretensão de transformar Florianópolis em uma referência mundial iniciou a partir da virada dos anos oitenta para os anos noventa. Ao final da década de 1980, defendia-se que a vocação de Florianópolis estaria na indústria do turismo e de alta tecnologia, entendidas como indústrias não poluentes e adequadas ao rico ambiente natural da cidade. Após o lançamento do Mercosul, em 1991, Florianópolis foi nomeada com o título de Capital Turística do Mercosul. Em 2002, a revista nacional Exame colocou a capital de Santa Catarina como a quinta colocada dentre as melhores cidades do país para a aplicação de investimentos.

No mês de junho de 2007, Florianópolis esteve presente no evento “Fórum Internacional” que aconteceu em Goyang, na Coréia do Sul. O objetivo do evento era debater o tema do desenvolvimento urbano e cultural com convidados especiais, representantes oficiais e especialistas de renome internacional de um grupo de dez cidades específicas. O grupo reunia as “10 cidades mais dinâmicas do mundo”, que consistem as

regiões econômicas mais promissoras do mundo, pesquisa realizada e publicada pela revista internacional Newsweek em julho de 2006. Florianópolis foi a única cidade da América Latina a ser classificada no ranking, juntamente a outros centros urbanos americanos, europeus e asiáticos.

A revista Newsweek justificou a inclusão de Florianópolis na lista das dez cidades mais dinâmicas do mundo devido a uma série de fatores, entre eles o potencial turístico derivado da quantidade de praias, o alto nível de escolaridade e a presença de uma nova indústria limpa do conhecimento, baseada em empresas de tecnologia de ponta. A notícia chega a referir-se à capital como o futuro “Vale do Silício” no Brasil, em uma comparação ao maior centro tecnológico americano, na Califórnia.

Florianópolis vem buscando tornar-se uma referência internacional através de projetos e intervenções urbanas, seguindo processo semelhante ao qual se submeteu Curitiba. No evento de Goyang, a cidade foi representada pelo engenheiro mecânico e administrador Marcelo Ferreira Guimarães, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sapiens Parque, projeto urbano que constitui o estudo de caso deste trabalho.

O Sapiens Parque consiste em um empreendimento com futura implantação no balneário de Canasvieiras, no norte de Florianópolis, e que visa a atração de investimentos privados e turistas. O projeto vem sendo apresentado pelos responsáveis como um programa de desenvolvimento regional sustentável para o norte da Ilha:

O **Sapiens Parque** pode ser caracterizado como um **programa de desenvolvimento regional** envolvendo a criação de um novo centro urbano para Florianópolis, “**inteligente**”, baseado na **sustentabilidade social, econômica e ambiental**, voltado para produção científica, tecnológica e educativa e a disseminação do conhecimento, e exigindo em sua implementação profundo trabalho de planejamento urbano, arquitetônico, ambiental, econômico, financeiro e jurídico. Sua finalidade extrapola a curiosidade científica e alcança a capacitação das futuras gerações para enfrentar o desenvolvimento equilibrado, a produção de riquezas e a agregação de valor para fazer frente à competitividade do século XXI. (RIMA 1, 2003:01)

Durante o decorrer do ano 2007, o Sapiens Parque e outros projetos urbanos foram apresentados em eventos mensais locais ocorridos em Florianópolis, denominados como “Pensando a Cidade” e patrocinados por empresas privadas e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON). O primeiro dos eventos apresentou um vídeo ilustrativo com um resumo desses projetos, intitulado “A cidade que queremos”, e contou com a

participação do governador em exercício, Luiz Henrique da Silveira, que se mostrou visivelmente favorável à implantação dos projetos.

Tais intervenções, segundo os patrocinadores do evento, promoveriam o desenvolvimento sustentável de Florianópolis e região, buscando equilibrar simultaneamente o crescimento econômico com o desenvolvimento social e cultural, mantendo a preservação ambiental. Além do Sapiens Parque, os eventos ainda apresentaram o projeto de um hotel seis estrelas com localização na Ponta do Coral (um local estratégico na principal avenida à beira-mar da cidade) e o projeto de um campo de golfe para a praia do Costão do Santinho (próximo ao principal resort de Florianópolis), entre outros.

Este trabalho faz uma análise do projeto urbano do Sapiens Parque como ferramenta de desenvolvimento sustentável para a região metropolitana de Florianópolis, a partir do estudo de seus possíveis impactos sociais, econômicos e ambientais positivos e negativos em âmbito regional. O projeto Sapiens Parque incorpora os conceitos do modelo de planejamento urbano estratégico, que compreende a realização de intervenções urbanas e investimentos estratégicos com o objetivo de atração do capital privado e inserção das cidades em nível mundial. Em geral, tais intervenções constituem iniciativas dos governos locais formadas a partir da parceria dos órgãos públicos com as empresas privadas. As políticas locais tentam absorver e levar para a gestão e o planejamento local os novos paradigmas que buscam a criação das cidades mundiais. O modelo que sustenta tal pensamento baseia-se no conceito da competitividade urbana como escopo para o desenvolvimento local e melhoria das condições de vida da população.

Para a avaliação do projeto urbano Sapiens Parque, esta pesquisa parte de dois eixos estruturadores. O primeiro eixo estruturador consiste em mostrar os conceitos e critérios de desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, ambiental e econômica e suas aplicações ao espaço urbano.

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu na década de 1980 como um paradigma a ser seguido dentro das diretrizes de desenvolvimento, de forma a reunir questões sociais e ambientais ao crescimento econômico. Apesar de muitos autores discursarem a respeito da “insustentabilidade do desenvolvimento sustentável” ao questionarem sua efetiva possibilidade de aplicação, o termo ainda vem sendo utilizado no discurso de muitos projetos urbanos como um importante objetivo a ser alcançado.

O segundo eixo estruturador deste trabalho analisa a caracterização e os limites do modelo de planejamento urbano estratégico, utilizado no conceito do Sapiens Parque, através de referenciais nacionais e internacionais existentes e das avaliações já feitas em relação ao próprio empreendimento. O resultado final da pesquisa consiste na avaliação dos limites do projeto urbano Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa também pretende discutir o atual modelo de planejamento urbano adotado, através do estudo do Sapiens Parque: se os investimentos estatais dirigem-se aos reais problemas da sociedade, ou se estão eles direcionados à promoção do capital no mundo globalizado. Trata-se de avaliar os impactos ambientais e sócio-econômicos de tal empreendimento a nível local e regional e discutir as reais possibilidades do alcance do desenvolvimento sustentável através desse modelo. Assim, torna-se possível prever e apontar os limites do planejamento urbano e procurar mudanças que possam melhorá-lo.

Vale lembrar aqui de que o projeto Sapiens Parque ainda não foi totalmente executado, tendo uma previsão de quinze anos para a sua conclusão. Trata-se, portanto, de trabalhar com indicativos de uma possível e provável situação, ainda não real.

OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Analisar o projeto do empreendimento Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento urbano sustentável para a região metropolitana de Florianópolis, identificando seus limites.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como forma de alcançar o objetivo geral acima especificado, os seguintes objetivos específicos são pré-estabelecidos:

- Verificar referenciais teóricos e conceituais acerca do desenvolvimento sustentável, definindo dimensões e critérios de sustentabilidade.
- Verificar referenciais teóricos e conceituais acerca de intervenções e projetos urbanos existentes no mundo e no Brasil, utilizados como meio de desenvolvimento e inserção da cidade em nível global, e identificar suas limitações como modelo de planejamento urbano.
- Avaliar o projeto Sapiens Parque, considerando seus impactos sócio-econômicos e ambientais positivos e negativos, tomando como base bibliografia disponível.
- Definir os limites do projeto Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento urbano sustentável para a região metropolitana de Florianópolis.

METODOLOGIA DE PESQUISA E ESTRUTURA DO TRABALHO

Para realizar uma avaliação do empreendimento Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento urbano sustentável para Florianópolis e identificar seus limites, esta pesquisa foi estruturada através de quatro capítulos.

No primeiro capítulo é introduzido o estudo de caso, a partir da caracterização geral do desenvolvimento urbano na região metropolitana de Florianópolis e da apresentação do empreendimento Sapiens Parque, seus conceitos e atores envolvidos. Optou-se em expor de imediato o projeto que será utilizado na avaliação final do trabalho para inteirar o leitor acerca do empreendimento, antes mesmo das exposições e análises teóricas que envolvem seus aspectos principais.

O segundo e terceiro capítulos desta pesquisa constituem, basicamente, a fundamentação teórica que servirá de base para a avaliação final do empreendimento Sapiens Parque, demonstrada no último capítulo. Como o objetivo geral do trabalho consiste em apontar os limites do projeto urbano Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento sustentável, a fundamentação teórica abordou essas duas temáticas principais: os conceitos e critérios relacionados ao desenvolvimento sustentável e os

conceitos e avaliações do modelo de planejamento urbano que caracteriza o empreendimento.

O segundo capítulo, intitulado “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, analisa a conceituação teórica referente ao desenvolvimento sustentável e suas aplicações ao espaço urbano. Por tratar-se da avaliação de um projeto urbano que ainda não foi executado, optou-se em realizar uma pesquisa qualitativa, baseada em critérios de sustentabilidade. Frente à abrangente bibliografia acerca do tema, este estudo transcorreu em torno de obras produzidas por determinados autores, reconhecidos pelas pesquisas realizadas em países em desenvolvimento, como o Brasil. Foram destacadas, entre outras, as duas importantes obras de Ignacy Sachs¹ “Caminhos para o desenvolvimento sustentável” (2002) e “Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado” (2004). A legislação pertinente ao tema também serviu como fonte de pesquisa bibliográfica para análise.

Como o desenvolvimento urbano de Florianópolis tem forte influência da atividade turística e o empreendimento Sapiens Parque tem o turismo sustentável como um dos conceitos do projeto, este segundo capítulo aborda ainda questões relevantes acerca do turismo e de seus impactos no ambiente natural. Conceitos acerca de impactos ambientais de projetos urbanos voltados ao desenvolvimento de uma região, como é caracterizado o Sapiens Parque, também foram estudados ao final do capítulo.

Além de toda a conceituação teórica acerca das relações entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente, o segundo capítulo desta dissertação ainda enfatiza as aplicações práticas de tais conceitos para a região metropolitana de Florianópolis. Tais aplicações são demonstradas no decorrer da fundamentação teórica, através do levantamento das principais áreas e projetos de preservação ambiental para a região.

O terceiro capítulo deste trabalho levantou os conceitos e avaliações do modelo de planejamento urbano adotado no projeto do Sapiens Parque, denominado planejamento estratégico, que apresenta como um dos elementos precursores do desenvolvimento a atração de investimentos e de visitantes para determinada região. O planejamento urbano

¹ Professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris; e criador do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo (CRDC).

estratégico caracteriza-se por estratégias das cidades na busca de ambientes competitivos capazes de transformá-las em cidades mundiais no mundo globalizado.

O terceiro capítulo consiste em uma fundamentação teórica baseada em pesquisa bibliográfica. Foram analisadas de um lado as obras bibliográficas de ARANTES (2000), VAINER (2000), MARICATO (2000) e SÁNCHEZ (2003), que criticam a utilização do planejamento urbano estratégico como um modelo a ser aplicado a todas as realidades urbanas. De outro lado, temos a visão de BORJA e CASTELLS (2000), LOPES (1998) e GÜELL (1997), que analisam as origens e metodologias do planejamento estratégico e defendem que sua correta aplicação pode trazer benefícios para as cidades. Neste capítulo são mostrados ainda referenciais de determinadas cidades onde tal modelo já foi aplicado, como Barcelona, Rio de Janeiro e Curitiba. As análises dos estudos de caso buscam demonstrar as variações que existem em torno deste mesmo modelo e tirar conclusões parciais acerca dos seus resultados.

O quarto capítulo consiste na análise final do projeto do empreendimento Sapiens Parque, tendo como base a fundamentação teórica dos dois capítulos anteriores. Para a etapa de avaliação do projeto foram utilizados os seguintes documentos:

- Material de divulgação do empreendimento Sapiens Parque
- Legislação ambiental e urbana incidente na área de implantação do empreendimento
- Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Sapiens Parque
- Dossiê de Inserção Socioambiental do Sapiens Parque
- Memória de audiências públicas relacionadas ao empreendimento
- Crítica do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SC) a respeito do projeto Sapiens Parque
- Entrevistas com atores locais concedidas à rede de televisão local
- Notícias do empreendimento

Os documentos acima apresentam as avaliações feitas ao empreendimento Sapiens Parque pelos atores envolvidos. O quarto capítulo levanta os principais impactos positivos e negativos do empreendimento em meios físico, biótico e sócio-econômico em nível local, regional, municipal e metropolitano. A análise de tais impactos associada à fundamentação

teórica estudada permite a avaliação conclusiva dos limites do projeto Sapiens Parque como instrumento de desenvolvimento urbano sustentável para Florianópolis.

Por fim, a lista de obras citadas como Referências ao término do trabalho constitui todas as obras bibliográficas, material cartográfico, documentos de acesso eletrônico, publicações periódicas, legislação e material audiovisual que foram consultados para a elaboração desta pesquisa, independente de terem sido ou não referenciados nos textos ao longo do trabalho.

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CASO: O SAPIENS PARQUE

1.1 CARACTERIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

O desenvolvimento urbano de Florianópolis deu-se principalmente no século XX, após a cidade firmar-se como capital de Santa Catarina. VAZ (1991) atribui três fatores principais para a transformação de Florianópolis neste século: a centralização dos serviços públicos e administrativos da capital, que consolidou o núcleo do centro urbano; a integração rodoviária, que substituiu o transporte marítimo pelo rodoviário; e o turismo, que mesmo ainda sendo uma atividade sazonal trouxe modificações relevantes no desenvolvimento urbano.

As primeiras décadas do século XX marcaram a crise da atividade portuária e a estagnação da agricultura local. A construção da Ponte Hercílio Luz em 1926, que estabeleceu a conexão Ilha-continente, incrementou o transporte rodoviário e consistiu um importante impulsionador do desenvolvimento local. A urbanização acarretou melhorias em infra-estrutura, através da implantação da rede de energia elétrica e dos sistemas de abastecimento de água e captação de esgotos.

Na década de 1930, o município enfrentou um período de estagnação devido à Revolução de Trinta, quando o governo local fez oposição à candidatura de Getúlio Vargas. A vida urbana da capital, antes marcada pela presença do ativo porto exportador, manteve-se nessa época basicamente através do crescimento do setor público e dos serviços oferecidos pelo governo estadual, além da manutenção de pequena produção agrícola e industrial, fazendo com que o comércio local se transformasse na principal atividade econômica. (VAZ, 1991)

Nas décadas de 1940 e 1950 a situação econômica da capital continuou estagnada, com queda no movimento portuário e sofrendo deficiências de infra-estrutura. O comércio continuou sendo a atividade econômica principal, com pouca atividade industrial e a cidade manteve a sua característica político-administrativa.

A execução de obras viárias na metade do século XX possibilitou a expansão urbana para o interior da Ilha e forneceu o acesso às praias. Segundo VAZ (1991), Florianópolis

manteve sua imagem quase intacta até a década de 1960, quando se acelerou o processo de transformação, destacando o sistema de circulação e transportes rodoviários. Com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina em 1961 e de empresas estatais, federais e estaduais, Florianópolis passou a receber estudantes, professores e profissionais liberais de outras cidades e estados, contribuindo significativamente para o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Nesta época a indústria da construção civil começou a se destacar na cidade, além do setor de comércio e serviços:

A crescente classe média multiplicou as grandes áreas loteadas dos novos bairros residenciais e os edifícios de apartamento que margearam novas avenidas. Ela foi assistida por numerosa e periférica camada social de baixa renda que sustentou o setor de comércio e serviços com mão de obra barata e a construção civil. (VAZ, 1991:33)

A economia local passou a utilizar ainda mais as redes terrestres como transporte após a construção da BR-101 na década de 1970, que fez a conexão Norte-Sul do Estado, como também com a construção da BR-470 (Rodovia Jorge Lacerda), que ligou a capital ao planalto catarinense. Somente nesta década, com o crescimento da máquina estatal, Florianópolis reativou seu dinamismo, compensando a decadência da atividade portuária.

De acordo com CECCA (1997), as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por acentuado desenvolvimento urbano e conseqüente busca de ocupação das praias pela população local e, principalmente, por turistas estaduais, interestaduais e estrangeiros. A pavimentação de muitas vias que forneciam o acesso às praias foi realizada nesta época, frente à nova demanda de verão: a SC-401, que oferece acesso às praias do Norte da Ilha; a SC-404, que leva à Lagoa da Conceição e desta, a SC-406 que segue ao Rio Tavares e a SC-405 que passa pelo Campeche, em direção à Armação e ao Pântano do Sul.

Para atender as novas demandas de tráfego urbano, as autoridades governamentais construíram o Aterro da Baía Sul na década de 1970. O aterro serviu como escoamento para as duas novas pontes de ligação com o continente, a Ponte Colombo Machado Sales e a Pedro Ivo Campos. Além disso, o aterro se interligou à Via Expressa da Beira-Mar Norte. Aos poucos, Florianópolis perdeu ainda mais sua antiga relação com o mar, frente aos pedidos de empresários e políticos ligados ao setor turístico por novos aterros, estradas, duplicações, viadutos e túneis.

Na década de 1980, Florianópolis já se caracterizava como uma cidade voltada para o setor terciário de serviços, que hoje concentra parte de sua economia, e sua posição de

capital do Estado não se restringe apenas a gerar empregos públicos, mas indiretamente estimula outros setores intermediários da economia local. A atividade turística começou a se destacar ainda mais nesta época, tornando-se um dos pilares da economia na Ilha e concretizando a cidade como um dos principais pólos turísticos de Santa Catarina.

O turismo passou a servir de promotor de significativas modificações culturais e paisagísticas. As atividades de turismo e lazer geraram a expansão urbana desvinculada do centro, alterando a fisionomia urbana, a partir da implementação de condicionantes favoráveis à valorização do turismo: hotéis, restaurantes, loteamentos, casas de segunda residência ou aluguel, principalmente nas áreas próximas da orla. A cidade se desenvolveu formando pólos urbanos, com bairros auto-suficientes destinados às classes média e alta na sua parte central e às favelas nas áreas mais afastadas. As transformações urbanas decorrentes dessa época trouxeram conseqüências imediatas e devastadoras ao patrimônio natural e cultural:

Os recantos mais ermos da Ilha começaram a serem cortados por estradas e loteamentos, e as tradicionais e decadentes comunidades agrícola-pesqueiras transformaram-se em balneários. Na cidade, as verticais edificações modernas substituíram a maior parte das construções seculares de estilos e épocas diversas. As encostas e as periferias urbanas foram sendo intensamente ocupadas por populações mais pobres. (CECCA, 1997:59-60)

Segundo CECCA (1997), “a maior ameaça à qualidade de vida de Florianópolis deriva do desrespeito ao meio ambiente e aos ecossistemas da Ilha...” (CECCA, 1997:233). O meio ambiente natural da Ilha é diversificado e frágil, marcado pela Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), Floresta das Planícies Quaternárias, manguezais, restingas e dunas. Essa variedade de ecossistemas torna ainda mais difícil a identificação dos impactos ambientais derivados da urbanização. A condição geográfica e insular da cidade aliada ao seu particular sistema ecológico impõem limites para sua expansão urbana, ainda mais que cerca de 42% do município de Florianópolis é atualmente constituído por unidades de preservação ou conservação. O crescimento populacional local e o processo de migração tende a elevar os problemas de ordenamento urbano-ambiental do município.

Em âmbito econômico, a pesca artesanal e a pesca industrial, que sempre estiveram presentes na economia local, continuam dando modestas contribuições ao produto interno bruto municipal, assim como as atividades do setor primário da economia, como a agricultura e a pecuária. A indústria da construção civil aparece como forte atividade econômica, mas a principal fonte da economia municipal deve-se à atividade turística (que atrai brasileiros e, principalmente, a população estrangeira do Mercosul) aliada ao comércio

e ao setor de serviços derivado da estrutura administrativa municipal, estadual e federal. Também com aparente potencial tem surgido a indústria do vestuário e da informática e tecnologia. Nos últimos anos a aqüicultura também tem se tornado uma atividade mais expressiva para a população ligada ao setor marinho.

O patrimônio cultural da Ilha resulta, de acordo com CECCA (1997), do conjunto de três elementos formadores da sociedade brasileira: o branco europeu, o negro africano e o nativo indígena. Entretanto, verifica-se maior influência cultural do povoador português, em particular o imigrante açoriano. Essa influência reflete-se no traçado original das cidades, na tipologia arquitetônica, nas técnicas agrícolas e nas festas tradicionais. A construção dos aterros (principalmente na década de 1970), a valorização do sistema rodoviário e a desativação do porto, o desenvolvimento turístico, a expansão imobiliária e as dificuldades para manter a pesca artesanal são alguns dos fatores que levaram ao distanciamento das atividades tradicionais, derivadas da cultura açoriana, em Florianópolis.

Hoje a cidade passa por um processo de conurbação, criando a área metropolitana da Grande Florianópolis, juntamente com as cidades de São José, Biguaçu, Palhoça, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara e Águas Mornas, totalizando uma população de mais de 820 mil habitantes, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007. Florianópolis apresenta ainda o principal aeroporto do Estado, o Aeroporto Hercílio Luz, que desde 1989 opera com vôos internacionais. Apesar de suas deficiências no campo social, é considerada uma das capitais de maior qualidade de vida do Brasil, tendo levado o título de melhor capital do país em qualidade de vida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1998.

1.2 O EMPREENDIMENTO SAPIENS PARQUE²

1.2.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Sapiens Parque vem sendo apresentado através de um novo conceito denominado “parque de inovação”. Um parque de inovação é um ambiente que possui infraestrutura e espaço para abrigar empreendimentos, projetos e outras iniciativas inovadoras e estratégicas para o desenvolvimento de uma região, e que se distingue por possuir um modelo inovador para atrair, desenvolver, implementar e integrar estas iniciativas, visando um posicionamento diferenciado, sustentável e competitivo.

A oportunidade inicial para o Sapiens Parque surgiu a partir da parceria do poder público e da iniciativa privada, através da integração entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da CODESC, e a Fundação Centros de Referência em Tecnologia Inovadoras (CERTI).

Como destacamos na Introdução deste trabalho, o empreendimento vem sendo caracterizado como um programa de desenvolvimento regional, baseado na sustentabilidade social, econômica e ambiental. Voltado para produção científica, tecnológica e educativa, e a disseminação do conhecimento, o projeto incorpora o seguinte conjunto de conceitos e diretrizes:

- Desenvolvimento Sustentável: busca o equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental;
- Sociedade do Conhecimento: caracterizada pela crescente valorização dos produtos, serviços e relações baseadas no conhecimento e na informação;

² Todas as informações contidas neste item foram fornecidas através de documentos oficiais do Sapiens Parque.

- Economia da Experiência: tendência de geração de produtos e serviços diferenciados por proporcionarem “memorabilidade & fidelização” ao integrar: Educação – Entretenimento – Estética e Imersão;
- Convergência das Ciências e Tecnologias: também chamada de transdisciplinaridade, é o conceito que visa integrar os vários campos da ciência e da tecnologia (humanas, exatas, biológicas, sociais, etc);
- Globalização Econômica: tendência que induz ao desenvolvimento de Plataformas Mundiais, considerando as peculiaridades e diferenças locais;
- “Adoção de um Ciclo contínuo de Inovação”: busca integrar de forma eficaz a Pesquisa Livre, Pesquisa Pré-competitiva, Desenvolvimento Tecnológico e Criação de Negócios;
- Convergência Digital: tendência de crescimento e desenvolvimento de produtos e serviços que integram Tecnologia da Informação, Comunicação e Conteúdo; e
- Turismo sustentável: através dos centros culturais e de eventos, centro de esportes e lazer, centro de compras e gastronomia e do turismo ecológico.

Para o projeto está planejado um conjunto de empreendimentos públicos e privados como arena multiuso, parque florestal, centro de serviços para comunidade, centro de eventos e de convivência, hotéis, museus, centros gastronômicos e de compras, centros de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, além de empresas e organizações não governamentais que, em conjunto, irão atuar no desenvolvimento local e regional.

Segundo os empreendedores, os resultados esperados com sua implantação são (RIMA 1, 2003): geração de quase 30.000 empregos diretos nas áreas de turismo, ciência e tecnologia e serviços; geração, na fase de implantação, de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em impostos que poderão ser aplicados no melhoramento da infra-estrutura, saúde, educação e segurança; redução da sazonalidade turística na região, auxiliando na profissionalização da atividade; definição de um novo padrão de ocupação urbana para a região e valorização da sociedade catarinense.

Os idealizadores do projeto defendem que o parque deverá consagrar-se como “indutor do progresso social e material da região, harmonizando o desenvolvimento regional e a sustentabilidade ambiental, cumprindo seu papel de gerar renda e criar empregos.” (RIMA 1, 2003:03). Os principais aspectos econômicos positivos apontados consistem o aumento significativo da arrecadação de impostos, a criação de novos empregos, o aumento da renda global e *per capita*, a captação e atração de novos negócios para o estado, e o potencial mercado de consumidores construído, em parte, pelos países do Mercosul.

Já os aspectos sociais positivos apontados pelos empreendedores do parque são os seguintes: ampliação planejada da cidade, otimização dos serviços, modernização da Ilha na área de turismo e lazer, ciência e tecnologia, transportes e comunicações, aumento da rede hoteleira, estabilização do mercado de turismo e melhoria da qualidade de vida da população com a implantação de infra-estrutura e criação de novos empregos.

O primeiro projeto para o Sapiens Parque foi elaborado em 2002 pela empresa Ecoplan, selecionada através da Fundação CERTI para a execução do trabalho. O projeto finalizado pela Ecoplan foi avaliado através de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no ano seguinte, realizado pelas empresas Socioambiental Consultores Associados e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente, e sofreu alterações decorrentes das avaliações feitas. A partir de então, o projeto passou a ser de responsabilidade do instituto argentino Fundaciòn Cepa e orientado pelo arquiteto, também argentino, Ruben Pesci. Em 2005, o Sapiens Parque apresentou um novo projeto elaborado pela Fundaciòn Cepa, mantendo os aspectos conceituais do empreendimento. Os motivos pelos quais o projeto deixou de ser de responsabilidade da empresa Ecoplan para ser desenvolvido pela Fundaciòn Cepa não são esclarecidos pela Fundação CERTI. Entretanto, concluímos que o fato de o grupo argentino estar envolvido na concepção do projeto da Reserva da Biosfera Urbana para Florianópolis³, além do reconhecimento de que a busca pela integração entre o ambiente construído e a natureza constituem um dos principais focos dos projetos do instituto Cepa, influenciou na decisão de mudança da equipe responsável.

³ Sobre o projeto da Reserva da Biosfera Urbana para Florianópolis, ver Capítulo 2.

1.2.2 LOCALIZAÇÃO URBANA DO EMPREENDIMENTO

Segundo os idealizadores do projeto Sapiens Parque, a escolha da cidade de Florianópolis como local para o empreendimento deve-se à sua localização geográfica estratégica em relação aos países comprometidos com o Mercosul, e por ser praticamente equidistante em relação às principais metrópoles e aos grandes centros de negócios da região. A capital ainda possui a vantagem expressiva de ser conhecida em todo o mercado do Cone Sul por sua beleza natural, pelos seus índices superiores de qualidade de vida e pela constituição de um dos maiores pólos de tecnologia do País, apresentando assim reais condições de conjugar atividades de Centro de Negócios e Centro de Lazer.

Devido as suas características terciárias e de prestação de serviços, Florianópolis ainda é considerado um mercado consolidado para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica. A **Figura 1** mostra a localização do empreendimento no contexto urbano de Florianópolis.

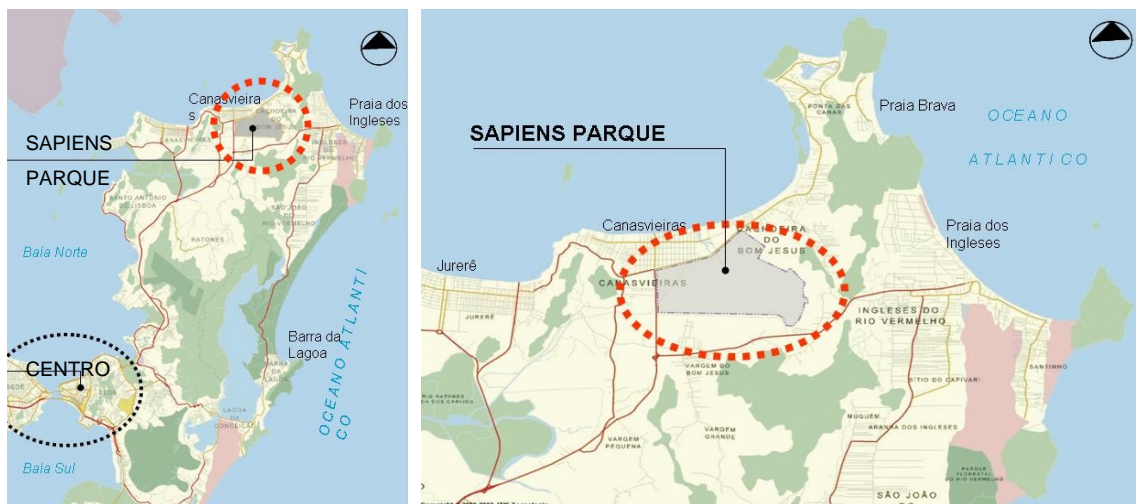


Figura 1 – Localização do Sapiens Parque
Fonte: Master Plan Sapiens Parque 2005

Como vemos na **Figura 1**, o terreno de implantação do Sapiens Parque localiza-se na região Norte da Ilha, no balneário de Canasvieiras. O projeto Sapiens Parque está proposto para ser implantado em Florianópolis em uma área superior a 400 ha (4.000.000m²) pertencente à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e ao Governo do Estado de Santa Catarina, e onde se situava a extinta Colônia

Penal de Florianópolis. Estende-se do entroncamento da rodovia estadual SC 401 com o trevo de Canasvieiras até os limites da Cachoeira do Bom Jesus, do Morro dos Freitas e terras da Vargem do Bom Jesus, no Distrito de Canasvieiras, na costa norte da Ilha de Santa Catarina, a 25 km de distância do centro da capital. O terreno de implantação do projeto pode ser conferido na **Figura 2**:



Figura 2 – Terreno de implantação do Sapiens Parque
Fonte: MasterPlan 2005 Sapiens Parque. Elaboração da autora.

A opção pela implantação do empreendimento nesta região é atribuída aos seguintes fatores:

- A região tem experimentado um dos maiores crescimentos imobiliários de todo o país, sendo procurada tanto para abrigar projetos na área residencial como empresarial e educacional.
- A expansão da cidade de Florianópolis para esta região assegura ao Sapiens

Parque uma infra-estrutura urbana essencial para o desenvolvimento de um empreendimento deste porte.

- A região norte de Florianópolis abriga algumas das mais belas praias da Ilha, que oferecem opções diversificadas de lazer, desde os esportes náuticos até o surf e o entretenimento familiar. Aliada às belezas naturais das praias, há toda uma diversidade ambiental que engloba lagoas naturais, reservas ambientais, dunas e reservas de mata atlântica.
- A região conta com uma extensa rede hoteleira e uma infra-estrutura diversificada de comércio e serviços.

Os idealizadores do projeto alegam que foram estudadas outras possibilidades de localização para a implantação do empreendimento. A região sul de Florianópolis, que engloba os bairros Campeche, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul, foi considerada inapropriada por apresentar vocações, desenvolvimento econômico e infra-estrutura bastante diferentes da região norte, o que no curto e médio prazo desfavoreceria a implantação de projetos como o Sapiens Parque, pois exigiria altíssimos investimentos, principalmente em infra-estrutura e no desenvolvimento econômico da região. A única área ao sul disponível para tamanho empreendimento estaria nas proximidades do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, fato que implica na impossibilidade de implantação do parque devido, principalmente, à influência das atividades do parque nos equipamentos dos aviões e do aeroporto, e vice-versa.

Uma terceira alternativa avaliada para a localização do parque seria na parte continental de Florianópolis que, apesar de possuir viabilidade econômica, não apresentaria “opções de terrenos de grande porte para a implantação de um projeto desta magnitude” (RIMA 1, 2003:08).

Caracterização do Norte da Ilha e do Balneário de Canasvieiras

O processo de expansão territorial para o Norte da Ilha desenvolveu-se paralelamente aos investimentos estatais e ocorreu de forma mais evidente durante a década de 1970, principalmente no Balneário de Canasvieiras e no seu entorno. As

intervenções viárias solidificaram e incrementaram esse processo. Segundo SUGAI (1994), até as primeiras décadas do século XX, a região norte da Ilha era utilizada, principalmente, para o desenvolvimento das atividades agrícola e pesqueira. A partir da década de 1950 a região começou a atrair a atenção para sua utilização balneária.

A região do balneário de Canasvieiras era extremamente visada, pois apresentava excelentes praias com águas limpas e de temperatura amena, protegidas dos ventos constantes, além de belíssimas paisagens e de conformação física bastante rica. SANTOS (1993) destaca que Canasvieiras, assim como outras praias do Norte da Ilha, devem sua ocupação urbana principalmente pelas construções das residências de veraneio da alta classe. Durante as décadas de 1950 e 1960, o Norte da Ilha passou a ser definido como uma das principais localizações com essa finalidade e para onde o Estado efetuava os maiores investimentos. O fato deu início aos interesses turísticos e imobiliários na região, impulsionando e estruturando o processo de expansão da área urbana.

Segundo SANTOS (1993), o processo de ocupação de Canasvieiras ocorreu sem a presença de um plano diretor específico para os distritos. A urbanização se desenvolvia pelas vias principais, e a tendência foi a formação de faixas contínuas ao longo da praia. A inexistência de infra-estrutura para o abastecimento de água, esgoto e drenagem pluvial, aliada a um deficiente controle do uso e da ocupação do solo, sem uma legislação mais específica e fiscalização atuante, desenvolveu uma urbanização precária que tende a comprometer os seus atrativos naturais.

A incidência direta do turismo a partir da década de 1970, através da construção de hotéis, pousadas, casas para aluguel, bares e restaurantes, acarretaram ainda maiores impactos no ambiente natural. A antiga vila de pescadores deu lugar a um espaço disputado pelos interesses capitalistas e imobiliários, transformando-a em centro de turismo de veraneio.

Dessa forma, a orla da região foi ocupada quase em totalidade, de maneira irregular e com a apropriação de áreas de preservação, devido à ausência de uma fiscalização por parte dos órgãos públicos. O tipo de ocupação originou a paisagem que caracteriza hoje o balneário, destituído de vegetação natural, com conseqüente erosão e abrasão marinhas, assoreamento de rios e córregos.

1.2.3 MÓDULOS E SETORES

O empreendimento Sapiens Parque compreende-se a partir de uma estrutura organizacional fundamentada em dois módulos principais: o primeiro denominado Experientia, e o segundo caracterizado como Scientia, ambos baseados no Ser humano e no Conhecimento. Além dos dois módulos principais, o parque ainda apresenta quatro setores: o de turismo, esporte e consórcio; o de serviços especializados; o de empresas de base tecnológica; e o de iniciativas e projetos sócio-ambientais.

O módulo Experientia congrega elementos como o Museu de Ciência, Parque Temático, Laboratórios para novas tecnologias e soluções. O Experientia objetiva a criação de novos projetos, conceitos, idéias e soluções nas áreas da educação, meio ambiente, lazer, cultura, vida urbana, empreendedorismo, esporte, educação, cidadania, ação de governo, saúde, através de experiências intensivas no uso de tecnologias centradas no ser humano.

O segundo módulo, Scientia, consolida-se através de núcleos avançados de universidades, empresas, laboratórios de ONGs e demais organizações interessadas na pesquisa, desenvolvimento e experimentação de novas tecnologias e soluções. Caracteriza-se pela busca da diversidade e interdisciplinaridade, e visa atrair talentos e competências de referências para o empreendimento.

Dentre os demais âmbitos que compõem o parque, destaca-se o setor de turismo, esporte e consórcio, que se direciona, principalmente, em propagar a vocação turística bastante forte na região. O projeto pretende reduzir a sazonalidade do turismo, característica em Florianópolis, cuja atividade acaba sempre por depender da temporada de verão. Para isso, pretende-se desenvolver uma rede de hotéis, reconhecida internacionalmente pela excelência na prestação de serviços. O setor visa novas formas atraentes, como Arena Multiuso, Centro Gastronômico, Shopping, Museu e Centros de Saber, Parque Ecológico, Aquário e Complexo Esportivo.

O setor de serviços especializados estimula o desenvolvimento de determinados tipos de serviços altamente especializados, em áreas como educação, saúde e negócios. Na questão educacional, o objetivo é atrair instituições de nível superior com atuação em assuntos particulares, como também escolas individualizadas e empresas com serviços e

soluções, tornando-se uma referência de qualidade nas entidades de ensino da região. Já na área da saúde, são previstas clínicas e centros médicos especializados. Reserva-se, ainda, espaço e infra-estrutura para o desenvolvimento de estratégias empreendedoras, como marketing e publicidade.

O terceiro setor do empreendimento, denominado Empresas de Base Tecnológica constitui fundamental segmento da chamada Economia do Conhecimento, caracterizada por gerar produtos e serviços de alto valor agregado, e exige pessoal qualificado e uma cultura de permanente inovação. O parque visa atrair e oferece toda a infra-estrutura necessária às empresas interessadas no desenvolvimento de novos negócios. As empresas de caráter tecnológico estarão integradas ao módulo principal Scientia, de forma a acessar os conhecimentos e tecnologias ali geradas.

O último setor organizacional do parque baseia-se em iniciativas e projetos sócio-ambientais, devido ao empreendimento estar voltado para a promoção do desenvolvimento regional. No aspecto social, pretende-se estimular a implantação de projetos e iniciativas voltadas para a criação de emprego e renda, e, principalmente, para a promoção da qualificação e educação, através de iniciativas como Incubadoras Sociais, Centros de Qualificação, Centros Comunitários e outros. O projeto tem por pretensão, através de equipamentos específicos, promover a interação com a comunidade, e assegurar o desenvolvimento da região, agregado à qualidade de vida das pessoas.

O Sapiens Circus caracteriza-se por ser um ambiente educacional de aprendizado e diversão, constituído de dispositivos tecnológicos e de interação com filmes e jogos. O sistema de ensino tem por fundamento a estimulação dos educandos na cooperação mútua para a construção do conhecimento e da tomada de decisões. Informações sobre a diversidade amazônica são apresentadas através dos dispositivos de ensino, e os educandos vivenciam uma experiência por meio de história fictícia ou simulação, em que a biodiversidade amazônica os ajuda a resolver um problema. Dessa forma, os educandos percebem o valor da biodiversidade, aprendem seus conceitos e são motivados a seguir com estudos posteriores dentro de sala de aula.

O projeto está sendo desenvolvido para ser executado em cinco fases, previstas para ocorrer em um total de 20 anos. O “Marco Zero” (Primeira Fase) do Sapiens Parque já está em funcionamento, contendo a sede administrativa do parque e o Sapiens Circus, conforme podemos verificar na **Figura 3**:

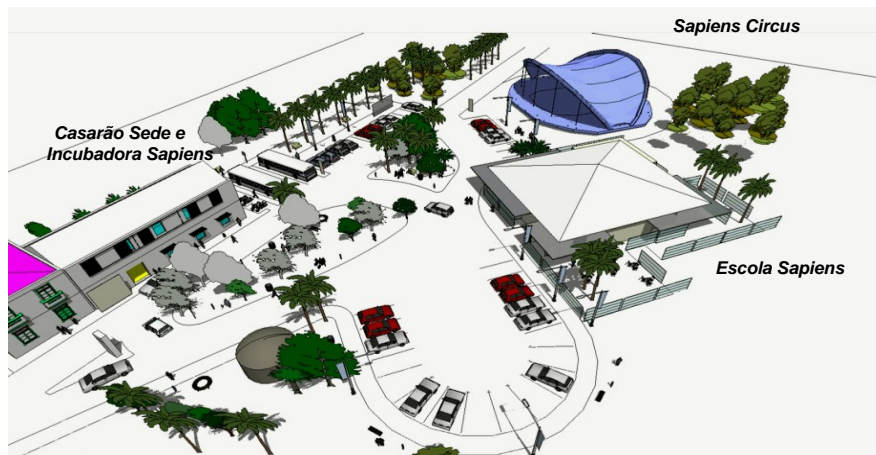


Figura 3 – Marco Zero do Sapiens Parque
Fonte: MasterPlan 2005 Sapiens Parque

1.2.4 AGENTES ENVOLVIDOS

Sapiens Parque S.A.

A Sapiens Parque S.A. nasceu como uma Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) entre a CODESC, proprietária do terreno; a Fundação CERTI, detentora do capital intelectual e autora do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional; e o Instituto Sapientia, mentor do conceito de Edutainment - Educação com Entretenimento - e parceiro de inovação em ciência e tecnologia do Sapiens.

Criada na forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado é responsável pela gestão e implementação do empreendimento. O grupo tem propósito específico de estruturar, viabilizar, implementar e operar o empreendimento dentro de altos padrões de qualidade, eficiência e estabilidade.

O projeto ainda apresenta apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Prefeitura Municipal de Florianópolis

(PMF), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)⁴, da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)⁵, e da Paradigma Tecnologia, que viabiliza o Portal do Sapiens Parque na Internet.

Codesc

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) é uma empresa de economia mista que integra a administração indireta do Estado, subordinada ao Regime de Direito Privado, e reúne condições técnicas e jurídicas para a formulação e gestão de programas que visam o desenvolvimento econômico do estado.

Foi criada pela lei estadual nº 5.089 de 30/04/75 como “holding”⁶. A empresa coordenou o Sistema Financeiro Estadual e, no decorrer dos anos, várias atividades lhe foram delegadas pelo Poder Público Estadual, tendo em vista sua qualificação jurídica, que lhe confere maior agilidade na tomada de decisões.

De acordo com seu Estatuto, a CODESC tem por objetivos principais adquirir e administrar, sob qualquer forma e nos limites permitidos em lei, participações e controles societários. E, ainda, promover, sob a orientação do Governo do Estado, o desenvolvimento econômico e a integração da ação do Estado com a dos municípios e da União.

Com essas qualificações, a CODESC pode oferecer garantias e contragarantias para o Estado, autarquias, fundações e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, em operações financeiras, sem a necessidade de autorização do Banco Central. Pode, ainda, negociar ações e cotas de outras sociedades, inclusive o controle do capital votante, tanto de economia mista como privadas. Atualmente, a CODESC é vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, por decisão do Decreto nº 923, de 31 de maio de 1996.

⁴ A FINEP tem por missão promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas ou privadas, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do País. (<http://www.finep.gov.br/>, acesso em 20/11/2006)

⁵ A FAPESC tem por missão promover o Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Estado de Santa Catarina através do fomento à pesquisa e da interação, em todos os níveis, das instituições científicas, dos complexos produtivos, do governo e da sociedade. (<http://www.fapesc.rct-sc.br/>, acesso em 20/11/2006)

Fundação Certi

A Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) é uma instituição independente e sem fins lucrativos, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com foco na inovação em negócios, produtos e serviços no segmento de tecnologia da informação.

Criada em 1984, por iniciativa de algumas empresas brasileiras, da Universidade Federal de Santa Catarina e dos Governos Estadual e Federal, a fundação é hoje referência no campo nacional e internacional pelo desenvolvimento de projetos inovadores que envolvem soluções de convergência digital. Exemplos dessa linha de projetos constituem as urnas eletrônicas, os terminais de automação bancária e terminais públicos de acesso à Internet.

A partir de 1990, a fundação passou a atuar significativamente na gestão da qualidade e produtividade, em consequência das mudanças nas políticas econômicas e industriais do Brasil. A CERTI trabalha para a ampliação de novas soluções, de forma cooperativa e integrada, através do uso de ferramentas do processo de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. A CERTI atua na análise do negócio, na concepção do produto e na implementação dos processos produtivos adequados para acelerar e assegurar maior êxito na colocação dos novos produtos no mercado.

A fundação conta, hoje com uma série de entidade e parceiros atuantes. Tem sua matriz em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina e, em 1999, inaugurou uma filial na cidade de Manaus para dar apoio às empresas de base tecnológica estabelecidas naquela região.

⁶ Holding é uma empresa que detém a quantidade suficiente de ações de uma outra companhia, que lhe permita determinar e controlar a gestão desta última.

Instituto Sapientia

Fundado em 05 de dezembro de 2002, o Instituto Sapientia é uma pessoa jurídica de direito privado, administrativamente autônomo e independente, e criado como consequência da iniciativa de alguns colaboradores da Fundação CERTI. A oportunidade de concepção de uma nova organização com competências necessárias para a prática de novos produtos e desafios partiu da necessidade de direcionamento das atividades da Fundação CERTI para o foco da Economia da Experiência.

Constituído na forma de associação e sem fins lucrativos, o instituto é operado segundo conceitos e práticas da Fundação CERTI. Tem por objeto social a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, sustentados em projetos de grande relevância sócio-ambiental e econômica para a sociedade brasileira, tais como:

- Projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada;
- Projetos e programas de experimentação e demonstração de soluções tecnológicas;
- Projetos de desenvolvimento de tecnologias, negócios e empreendimentos inovadores;
- Projeto de ambientes interativos;
- Promoção da cultura e da arte;
- Desenvolvimento de tecnologias de interatividade centradas no ser humano;
- Desenvolvimento das infra-estruturas de softwares distribuídos para integração de ambientes interativos;
- Desenvolvimento de jogos, mídias e conteúdos para a construção de experiências memoráveis.

O Sapientia é um dos mentores e parceiros do Sapiens Parque, e projetista das áreas do Experientia e Scientia. Atua com o desenvolvimento de Conteúdos Interativos, softwares interativos aplicados em jogos educacionais, implantação de experiências e pesquisas em convergência das ciências e transdisciplinaridade.

Comunidade Local

As comunidades e associações de moradores de Florianópolis diretamente envolvidas com o projeto Sapiens Parque concentram-se, basicamente, no Norte da Ilha. Tais associações estiveram representadas nas audiências públicas promovidas pelo Sapiens Parque no decorrer do ano de 2003, levantando como principais questões a serem discutidas a degradação ambiental decorrente da excessiva urbanização e a necessidade de integração do projeto com a comunidade. As principais comunidades locais envolvidas são:

- Associação dos Moradores de Canasvieiras
- Associação dos Moradores da Vargem Grande
- Associação dos Moradores da Vargem do Bom Jesus
- Associação Amigos de Carijós
- Estação Ecológica de Carijós
- União Metropolitana de Entidades Comunitárias
- Centro de Estudos, Cultura e Cidadania

2. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O presente capítulo analisará os principais conceitos que abrangem a relação do desenvolvimento com o meio ambiente. Para tanto, inicia-se com uma visão geral do significado da palavra desenvolvimento, para posteriormente inserir a dimensão ambiental em seu conceito. O estudo resulta na análise das dimensões e dos critérios de desenvolvimento sustentável como paradigma. Tais critérios serão utilizados na avaliação final do empreendimento Sapiens Parque, estudo de caso deste trabalho. Este capítulo ainda analisa as aplicações do desenvolvimento sustentável ao espaço urbano, enfocando os grandes projetos urbanos e turísticos, como se caracteriza o estudo de caso em questão.

2.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A maneira mais simplória de caracterizar o sentido da palavra desenvolvimento consiste em associá-lo ao crescimento econômico. Desde a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, a história da humanidade passou a ser quase inteiramente determinada pelo crescimento econômico. A vida cotidiana foi totalmente transformada e o padrão de vida das pessoas aumentou, enquanto a mortalidade humana diminuiu. Através do avanço da ciência e tecnologia foram possíveis inovações nas áreas da saúde pública e da medicina, resultantes principalmente da iniciativa governamental e do empreendedorismo público, e que acarretaram os rápidos aumentos da esperança de vida.

O conceito de desenvolvimento esteve associado exclusivamente ao crescimento econômico até início dos anos 1960, devido ao resultado dos processos de industrialização nas diferentes nações: haviam poucos países industrializados desenvolvidos e ricos e, por outro lado, países que permaneceram subdesenvolvidos e pobres, cujo processo de industrialização era incipiente. Segundo VEIGA (2005), a associação do desenvolvimento ao crescimento econômico facilitaria o encontro de parâmetros que serviriam para mensurar o

desenvolvimento, através da ligação com indicadores de crescimento econômico como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB)⁷ *per capita*.

Entretanto, a perspectiva de ter-se o desenvolvimento combinado somente a partir do crescimento econômico implica considerá-lo apenas segundo fenômenos econômicos secundários, como o aumento do PIB, o comportamento das exportações ou a evolução dos mercados. Apesar de constituir um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento, no crescimento econômico as mudanças são quantitativas, enquanto no desenvolvimento as mudanças são qualitativas. No desenvolvimento, devem ser levadas em consideração as disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas de cada nação.

Para VEIGA (2005), ter-se o desenvolvimento de um país conceituado somente a partir do seu crescimento econômico consiste em um pensamento simplista e reducionista. Isso porque o crescimento econômico na década de 1950 em países semi-industrializados como o Brasil não acarretou necessariamente maior acesso à saúde, educação, bens materiais e culturais às camadas mais pobres de tais nações, como acontecera nos países até então considerados desenvolvidos.

Segundo o autor, a partir da década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que não se resume à simples identificação do desenvolvimento com o crescimento econômico. Segundo os relatórios anuais elaborados pelo PNUD, o desenvolvimento significa, acima de tudo, a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão de instrumentos e oportunidades para fazerem suas escolhas.

O IDH parte do pressuposto de que para conferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Apesar de o IDH ainda apresentar suas limitações, o índice tornou-se uma referência mundial, e no Brasil ele vem sendo utilizado pelo governo federal como base para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

⁷ PIB é o indicador que mostra a produção de um país, e que leva em conta três grupos principais: Agropecuária, Indústria e Serviços. (<http://www.ibge.gov.br>, acesso em 10/10/2007)

SEN (2000) concorda que o desenvolvimento não pode ser compreendido somente a partir do crescimento econômico e da renda *per capita*, já que as variações na expectativa de vida relacionam-se a diversas oportunidades sociais que são centrais, como serviços de saúde e facilidades educacionais.

Estudos realizados pelo mesmo autor em bases de dados do Banco Mundial⁸ confirmam também a ausência de relações entre o crescimento econômico dos países e sua estrutura de distribuição de renda. Independente do crescimento econômico dos países, a estrutura da distribuição de renda é bastante persistente e há pouco o que fazer para atenuar a concentração de renda. Desde a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico variou muito entre os países, enquanto a distribuição de renda pouco alterou comparativamente. Apesar de ainda existirem controvérsias sobre as possíveis vantagens ou desvantagens que poderiam ser proporcionadas ao próprio crescimento por uma melhor distribuição da riqueza e da renda, nega-se o discurso de que o desenvolvimento dos países estaria atrelado somente ao resultado da renda *per capita* em conjunto com a distribuição de renda.

SEN (2000) defende ainda que o desenvolvimento deve promover a liberdade das nações. Para tanto, torna-se necessário que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza, carência de oportunidades econômicas, exoneração social, negligência dos serviços públicos e interferência de Estados opressivos. O mundo atual apresenta ausência de liberdades substantivas que se relaciona diretamente com a pobreza econômica. Nega liberdades elementares a muitas pessoas: liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de acesso à água tratada ou saneamento básico.

A pobreza econômica de uma nação não pode ser vista apenas como baixa renda, fome e privação física. Trata-se também da privação cultural e de capacidades básicas. A pobreza surge nas dificuldades que alguns segmentos sociais encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. As mercadorias de primeiras necessidades não são apenas as indispensáveis para o sustento, mas são também aquelas que estão relacionadas às exigências da cultura local.

⁸ O Banco Mundial é uma organização internacional constituída por 185 países desenvolvidos e em desenvolvimento e que presta apoio financeiro aos governos dos países em desenvolvimento. (<http://web.worldbank.org>, acesso em 10/10/2007)

Em seus estudos, SEN (2000) afirma que para alcançar uma alta expectativa e qualidade de vida não necessariamente é preciso haver concordância entre a renda *per capita* e a liberdade dos indivíduos. Segundo o autor, cidadãos do Gabão, África do Sul ou Brasil são mais ricos, em termos de Produto Nacional Bruto⁹ (PNB) *per capita*, do que os do Sri Lanka ou China. Entretanto, neste segundo grupo de países, as pessoas têm probabilidade de vida mais elevadas do que no primeiro grupo.

SEN (2000) constatou ainda que na Grã-Bretanha a expectativa de vida aumentou durante as duas guerras mundiais (quando a alimentação e serviços de saúde eram limitados), enquanto a renda *per capita* diminuiu. A explicação reside nas mudanças do grau de compartilhamento social durante as décadas de guerra e nos aumentos das políticas e custeio público com serviços sociais nas áreas de nutrição e saúde. As dificuldades surgidas com as guerras tornaram necessárias medidas públicas radicais para uma nova distribuição de alimentos e serviços de saúde. Portanto, torna-se importante que o processo de desenvolvimento seja conduzido pelo custeio público, que opera por meio de um programa de hábil manutenção social dos serviços de saúde, educação e seguridade social.

O autor destaca ainda a importância do desenvolvimento para a fixação de contrastes intergrupais nos diversos países. Nos Estados Unidos, os afro-americanos são pobres em relação aos americanos brancos, mas são mais ricos que os habitantes de países periféricos. No entanto, os afro-americanos têm menos chance de chegar à idade madura do que as pessoas que vivem em sociedades como a China ou Sri Lanka, com seus diferentes sistemas de saúde, educação e relações comunitárias.

SACHS (2002) lembra que os temas do desenvolvimento e direitos humanos ganharam força na metade do século XX, com o intuito de exterminar as lembranças da Grande Depressão¹⁰ e da Segunda Guerra Mundial, fornecer os fundamentos para o Sistema das Nações Unidas e impulsionar os processos de descolonização. Para o autor, o crescimento econômico é tido como uma expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alcançar os direitos plenos de cidadania para toda a população.

⁹ Produto Nacional Bruto ou Renda Nacional Bruta é a soma das rendas primárias a receber pelos setores institucionais residentes. É igual ao PIB menos as rendas primárias a pagar, líquidas das a receber, das unidades não-residentes (resto do mundo). (<http://www.ibge.gov.br>, acesso em 23/10/2007)

¹⁰ A Grande Depressão foi uma recessão econômica que teve início em 1929, trazendo altas taxas de desemprego e queda do PIB de diversos países e que terminou apenas com a Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento é o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor), significando três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; e os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à cidade (SACHS, 2002:65-66)

O autor afirma que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não-econômicas. Os aspectos qualitativos são considerados essenciais: as maneiras viáveis de produzir meios de vida não podem depender de esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre o requisito de reaproximar economia e ética, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2004:13)

Para SACHS (2004) o conceito de desenvolvimento abrange os ideais de igualdade, eqüidade e solidariedade. Ao invés de visar o crescimento do PIB, o desenvolvimento visa maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições. O crescimento não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades.

A problemática ambiental surgida na década de 1970 fez com que a dimensão ambiental fosse também integrada ao conceito de desenvolvimento, com sua conseqüente revisão e evolução para o chamado desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável exige explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental, e de viabilidade econômica. SACHS (2004), conclui que somente as soluções que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais merecem a denominação de desenvolvimento, conforme mostra a **Tabela 1**:

		Impactos sociais	Impactos ambientais
1	Desenvolvimento	+	+
2	Selvagem	-	-
3	Socialmente benigno	+	-
4	Ambientalmente benigno	-	+

Tabela 1 – Padrões de desenvolvimento econômico
Fonte: SACHS (2004:36)

Concluimos então que o conceito de desenvolvimento não abrange somente o crescimento econômico de uma nação. O crescimento econômico somente pode se transformar em desenvolvimento se vier acompanhado de impactos positivos sociais e ambientais, priorizando a efetiva melhoria das condições de vida da população. O desenvolvimento implica em uma maior apropriação e igualdade dos direitos humanos individuais e coletivos pelos povos, sem os quais não é possível o alcance de uma alta expectativa e qualidade de vida.

2.1.1 BRASIL E DESENVOLVIMENTO

Eles iriam esbravejar em vão todos os dias,
Cavar e esburacar, pazada por pazada;
Onde as tochas enxameam à noite,
Havia uma represa quando acordávamos.
Sacrifícios humanos sangravam,
Gritos de horror iriam fender a noite,
E onde as chamas se estreitam na direção do mar
Um canal iria saudar a luz.
(Fausto 11 123-30, apud BERMAN, 1987:81)

De acordo com BERMAN (1987), a segunda parte do teatro alemão “Fausto”, de Goethe, configura um drama do desenvolvimento. Expressão primária do espírito moderno, Fausto é levado a um impulso de desejo de desenvolvimento, cujas energias adquirem vida própria, dinâmica e caráter explosivo. Tal desenvolvimento, colocado por Goethe como uma tragédia, possui um custo. Fausto vende sua alma a Mefistófeles em troca de determinados bens, universalmente desejados. Adquire, dessa forma, capacidade e poder sobre a natureza, mas para tanto perde sua liberdade. Ao expulsar antigos moradores de uma área para criar uma nova sociedade, ele sofre um processo de esvaziamento. Fausto lança todo o seu poder contra a natureza e a sociedade, e luta para mudar sua vida e a vida de todos. Encontra meios de agir contra o mundo feudal e patriarcal para construir um ambiente social radicalmente novo, destinado a esvaziar de vez o velho mundo ou a destruí-lo. A obra dá-se frente às conturbações materiais e espirituais da Revolução Industrial.

SACHS (2004) compara a história de Fausto à recente crise desenvolvimentista da Argentina. O autor afirma que a crise argentina é resultado da política de fundamentalismo de mercado adotada pelo Consenso de Washington¹¹ e da dependência excessiva de recursos externos.

Para o autor, o resultado negativo da aplicação das prescrições neoliberais defendidas pelo Consenso de Washington torna necessária a urgente regulação dos mercados, que representam uma das instituições presentes no processo de

¹¹ O Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. Tornou-se o receituário imposto por agências internacionais como o Banco Mundial e o FMI para a concessão de créditos. (NEGRÃO, 1998)

desenvolvimento. O Consenso de Washington atingiu sua maturidade após a Segunda Guerra Mundial, e atuou como uma contra-reforma direcionada ao capitalismo reformado.

O capitalismo reformado foi, assim, construído com o propósito de exorcizar as terríveis lembranças da Grande Depressão, com base nos conceitos de pleno emprego, Estado de Bem-estar e planejamento. Ele proporcionou também uma alternativa ao “socialismo real” do bloco soviético, que, naquela época, tinha credibilidade entre segmentos importantes da opinião pública, devido ao seu sucesso de mobilizar toda a força de trabalho disponível para o crescimento econômico extensivo e rápido e para a industrialização. (SACHS, 2004:28)

Os trinta melhores anos do capitalismo (1945-1975) coincidiram com a Guerra Fria e a corrida armamentista entre o bloco americano e o soviético. Tal situação criou condições favoráveis para que os países em desenvolvimento, como o Brasil, tirassem proveito das melhores experiências dos dois blocos competidores, através de políticas de não-alinhamento, mas acabou com os esforços das Nações Unidas de construir uma ordem internacional mais equitativa.

Durante a Guerra Fria, os países em desenvolvimento obtiveram rendas estratégicas provenientes das superpotências, que precisavam conquistar apoio e aliados. Segundo (VEIGA, 2005), com o fim da bipolaridade, muitos desses países perderam seu interesse estratégico em atrair ajuda e investimentos. O apoio internacional diminuiu significativamente e, atualmente, somente poucas nações, detentoras e exportadoras de importantes recursos para a explosão do crescimento urbano, como petróleo ou alimentos, conseguem obter rendas estratégicas. Os países em desenvolvimento ficam submetidos à seleção natural do mercado global e à revolução tecnológica, sem qualquer tratamento diferenciado. A única fonte de renda estratégica, para a maioria deles, é o perigo que sua instabilidade representa para seus vizinhos ricos, que oferecem recursos financeiros aos países pobres, a fim de promover sua estabilidade e evitar a imigração clandestina.

A invasão da Tchecoslováquia em 1968 fortaleceu o bloco capitalista, e a queda do Muro de Berlim em 1989 marcou o fim do socialismo real como paradigma de desenvolvimento. O Consenso de Washington consolidou o receituário de medidas neoliberais, que defende a absoluta liberdade dos mercados e que ganhou força com as eleições de Margareth Thatcher, na Inglaterra e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Tais medidas passaram a ter sua implementação recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países em desenvolvimento, como uma fórmula infalível de acelerar seu desenvolvimento econômico. O ideal neoliberal predominou até final dos anos 1990, porém seu paradigma não cumpriu as suas promessas. (SACHS, 2004)

Para SACHS (2004), a crise do desenvolvimento na Argentina pode ser considerada como o fim do Consenso de Washington como programa pragmático. O autor ainda destaca que os únicos países em desenvolvimento que se deram razoavelmente bem, na década de 1990, foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar na íntegra as prescrições do Consenso de Washington.

FURTADO (1974) afirma que as economias periféricas e semiperiféricas nunca serão tão desenvolvidas quanto as economias centrais do sistema capitalista. O conceito de desenvolvimento econômico funciona como um legitimador das relações de dependência do sistema capitalista, ao invés de promover a criatividade cultural e morfogênese social.

A idéia de desenvolvimento econômico tem grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. (FURTADO, 1974: 75-76)

As formas assimétricas e desiguais da globalização atual prejudicam os interesses dos países em desenvolvimento, favorecendo alguns incluídos e deixando de fora muitos excluídos. Os incluídos vivem no capitalismo reformado, enquanto os excluídos estão condenados a formas mais duras e até selvagens de capitalismo. SACHS (2004) avalia o crescimento econômico dos países em desenvolvimento como um processo concentrador e excludente, que tende a concentrar riqueza e renda nas mãos de poucos devido à substituição do trabalho pelo capital, conseqüentemente formador de uma heterogeneidade estrutural econômica e social. Por este motivo, existe a necessidade de equilibrar as metas de modernização e industrialização, por um lado, e de promover o pleno emprego ou auto-emprego por outro, com vistas à produtividade do trabalho, que constitui na fonte de progresso econômico.

SEN (2000) defende também que os países em desenvolvimento devem dar atenção especial à promoção do trabalho, pois o direito ao trabalho decente abre caminho para o exercício de vários outros direitos. O desenvolvimento, como já vimos, pode ser traduzido através do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais. Na opinião de SACHS (2004), a visão do desenvolvimento entendido como um processo de apropriação efetiva da totalidade de direitos humanos resulta em uma maioria pobre excluída de tal processo. Sob essas circunstâncias, a inclusão justa passa a ser o requisito central para a temática do desenvolvimento, denominado pelo autor, a partir desse aspecto, como desenvolvimento incluyente.

O desenvolvimento incluyente opõe-se ao crescimento excludente, que se caracteriza pelo mercado de consumo e concentração de renda e riqueza. O crescimento excludente marca mercados de trabalho segmentados, com trabalhadores voltados a atividades informais e agricultura de subsistência precária, além da ausência quase total de participação da vida política.

O desenvolvimento incluyente é fundamentado no trabalho decente para todos. Requer a garantia de todos os direitos através da democracia; da moradia decente para todos; do acesso de todos os cidadãos aos programas de assistência e aos serviços públicos. Saúde e educação são aspectos que constituem condição necessária, mas não suficiente, para o acesso ao trabalho decente.

A nossa preocupação deve dirigir-se imediatamente às imensas desigualdades que existem hoje no acesso às oportunidades de trabalho, na remuneração do trabalho, na proteção e participação sociais e na geração de riqueza e renda. Na ausência de condições e regras eqüitativas em todos estes quesitos, o fim do trabalho (heterônomo) não tem chance de se converter numa meta realista. Tanto mais que as pessoas ainda têm que aprender a apreciar como uma verdadeira medida de sua liberdade cultural o tempo liberado para atividades autônomas e dar preferência a elas, em vez de alocar o seu tempo liberado aos prazeres do consumismo. (SACHS, 2004:44)

Para SACHS (2004), torna-se necessário reconciliar os objetivos do progresso econômico, baseado no aumento da produtividade do trabalho, com o imperativo de proporcionar oportunidade de trabalho decente para todos. O autor defende que é preciso uma estratégia que harmonize dois objetivos aparentemente contraditórios: o progresso técnico veloz e o pleno emprego.

Por um lado, o progresso técnico rápido é uma exigência nas indústrias de bens comercializáveis que competem nos mercados mundiais, ainda que isso signifique redução do número de trabalhadores. Por outro lado, as mesmas exigências não se aplicam à produção de bens e serviços não-comercializáveis que, na prática, não enfrentam competição externa nos mercados internos. Nove em cada dez pessoas estão empregadas dentro desta última categoria, de não-comercializáveis. Dessa forma, poderíamos compensar as tendências negativas do emprego provocadas pelo progresso técnico no setor de comercializáveis por meio da ampliação da participação dos bens e serviços não-comercializáveis no perfil da produção.

Para assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico, SACHS (2004) afirma que deve ser dada ênfase à distribuição primária de renda, ao invés de se persistir com o padrão excludente de crescimento. Trata-se de uma estratégia endógena de desenvolvimento, a partir das próprias forças dos países e baseada em iniciativas nacionais. Para tanto, o autor aborda algumas políticas necessárias:

- Explorar oportunidades de crescimento induzido pelo emprego e com conteúdo zero ou baixo de importações, principalmente: obras públicas; construção civil, em especial casas populares com apoio governamental; serviços sociais; empregos ligados ao aumento da produtividade dos recursos e manutenção dos equipamentos, edifícios e infra-estrutura existente.
- Elaborar uma reforma fiscal que crie um imposto de valor adicionado sobre o consumo, com isenção para os bens essenciais, mas com forte incidência sobre os artigos de luxo.
- Desenhar políticas para consolidar e modernizar a agricultura familiar como estímulo ao desenvolvimento rural.
- Promover ações para melhorias das condições dos que trabalham por conta própria e das micro e pequenas empresas, em busca do fim da informalidade.
- Estabelecer conexões benéficas entre grandes e pequenas empresas.
- Fortalecer as empresas industriais de grande porte e transformá-las em atores competitivos em escala global.

SACHS (2004) completa com a afirmação de que é necessária uma participação maior nos padrões de consumo de serviços e alimentos produzidos localmente (segurança alimentar local), e maior prioridade para investimentos em infra-estrutura e construção civil (especialmente moradia social).

Estratégias uniformes de desenvolvimento não são possíveis de serem estabelecidas, devido à diversidade de configurações socioeconômicas e culturais, e dos recursos disponíveis em micro e mesorregiões. Para serem eficientes, as estratégias devem responder aos problemas e necessidades de cada comunidade e, para tanto, precisam

garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, Estado e sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento.

Por esse motivo, deve-se elaborar o planejamento territorial a níveis municipal, micro e mesorregional, a fim de agrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e interesses comuns. Para o planejamento participativo local devem-se criar espaços para o exercício da democracia direta, através de conselhos consultivos e deliberativos, onde a comunidade pode assumir um papel ativo no processo de desenvolvimento.

O planejamento é um processo interativo que inclui procedimentos de baixo para cima e de cima para baixo dentro de um marco de um processo nacional de longo prazo, em visão compartilhada pela maioria dos cidadãos da nação sobre valores, a sua convergência em objetivos sociais e a inserção do seu Estado-Nação num mundo globalizado. (SACHS, 2004:62)

SACHS (2004) defende ainda que no processo de planejamento torna-se necessário que o Estado cumpra suas funções principais: 1- articular os espaços de desenvolvimento, do nível local (que deve ser ampliado e fortalecido) ao transnacional; 2- promover parcerias entre todos os atores interessados, em busca do desenvolvimento sustentável; 3- harmonizar metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e sociedade, buscando equilíbrio entre as diferentes sustentabilidades (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política).

2.2 A INSERÇÃO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO

Os debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente iniciaram nos anos 1960, e ganharam intensidade no início dos anos 1970. No encontro Founex, em Estocolmo, 1971, discutiu-se pela primeira vez as relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Também em Estocolmo organizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, que constitui um marco para a conscientização ambiental mundial. Segundo VEIGA (2005), previamente à realização desses dois encontros em Estocolmo, as questões que envolviam a relação entre desenvolvimento e meio ambiente originaram defensores de duas correntes opostas:

1. De um lado, encontravam-se aqueles que viam as preocupações com o meio ambiente como um atraso e como inibição dos esforços dos países ainda em desenvolvimento rumo à industrialização e ao alcance dos países desenvolvidos. Para estes, deveria ser dada prioridade à aceleração do crescimento, sendo que as conseqüências negativas produzidas por ele seriam eliminadas posteriormente, através do progresso tecnológico, quando tais países em desenvolvimento atingissem o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos. Para os defensores desta corrente não existiria dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico: depois de determinado patamar de riqueza, o crescimento passaria a melhorar a qualidade ambiental.

O processo de desenvolvimento leva a mudanças estruturais naquilo que as economias produzem. E muitas sociedades já demonstraram notável talento em introduzir tecnologias que conservam os recursos que lhe são escassos. Em princípio, os fatores que podem levar a mudanças na composição e nas técnicas de produção podem ser suficientemente fortes para que os efeitos ambientalmente adversos do aumento da atividade econômica sejam evitados ou superados. E se houver existência empírica que confirme essa suposta tendência, será permitido concluir que a recuperação ecológica resultará do próprio crescimento. (VEIGA, 2005:114)

Grossman e Krueger, defensores desta corrente, desenvolveram hipóteses de que as fases de desgraça e recuperação ambiental estariam separadas por determinado ponto situado da renda *per capita*. Entretanto, segundo VEIGA (2005), esta hipótese provavelmente será descartada, porque depois de analisar muitos países em crescimento, se concluirá que existem vários tipos de crescimento e de degradação ambiental.

2. De outro lado, encontravam-se os defensores da estagnação imediata do crescimento demográfico e econômico, supostos causadores da exaustão de recursos e poluição ou, pelo menos, do crescimento do consumo. De acordo com VEIGA (2005), esta corrente alerta sobre o inexorável aumento da entropia, que consiste na transformação das formas úteis de energia em formas que a humanidade não consegue utilizar. Ou seja, para poder manter seu próprio equilíbrio, a humanidade tira da natureza os elementos de baixa entropia que permitem compensar a alta entropia que ela causa.

Dentre as teorias desta corrente, a principal é a de Georgescu-Roegen, que defendia que a economia certamente seria absorvida pela ecologia. Por esse motivo, no curto prazo, o crescimento deveria ser o mais compatibilizado possível com a conservação da natureza (o que não significaria um “crescimento zero”). Para Georgescu-Roegen, o crescimento representa sempre o encurtamento da expectativa de vida da espécie humana.

Para os defensores deste pensamento, a degradação ambiental seria consequência da explosão populacional. Na opinião de SACHS (2002), esta teoria está equivocada, já que tal pensamento acaba por considerar que o número de não-consumidores, em sua maioria pobre, importa mais do que o consumo excessivo da minoria.

Durante o encontro em Estocolmo, as duas correntes acima foram abandonadas para dar lugar a uma alternativa que equilibrasse esses extremos, denominada paradigma do “caminho do meio”. O crescimento econômico ainda se fazia necessário, mas deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, ao invés de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB. A abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos foi denominada ecodesenvolvimento e, posteriormente, desenvolvimento sustentável.

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade. (SACHS, 2002:53)

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo SACHS (2004), foi aperfeiçoado entre o período que separa a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, e a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, de Joanesburgo, em 2002. A sustentabilidade social corresponde a um dos aspectos principais desse conceito, em que o crescimento econômico não traz desenvolvimento a menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdades. Consiste em analisar o desenvolvimento não somente a partir do crescimento do PIB, mas também em termos de geração de empregos.

Ao mesmo tempo em que ocorreram os encontros em Estocolmo, deu-se início ao estudo “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma. Segundo BRÜSEKE (1998), as teses e conclusões das pesquisas, lideradas por Dennis Meadows, alertam para as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais.

De acordo com esses estudos, se tais tendências continuarem imutáveis, os limites de crescimento do planeta serão alcançados dentro dos próximos cem anos. Seria possível modificar essas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global deveria

ser planejado de tal modo que as necessidades básicas de cada pessoa sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

Em 1974 foi elaborado um novo documento, que também contribuiu para a discussão sobre o meio ambiente e desenvolvimento, denominado Declaração de Cocoyoc. Segundo BRÜSEKE (1998), o documento foi resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), e que destacava as seguintes hipóteses: a) a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; a pobreza gera o desequilíbrio demográfico; b) a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. Os países industrializados teriam que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera.

No seguimento deste trabalho, analisaremos com maior profundidade os dois conceitos principais que alinham o desenvolvimento econômico com o meio ambiente e os aspectos sociais: o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável.

2.2.1 ECODESENVOLVIMENTO

O termo ecodesenvolvimento, de acordo com MONTIBELLER (2004), foi introduzido por Maurice Strong, secretário-geral da conferência de Estocolmo em 1972, e bastante difundido a partir de 1974. Significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, sem criar dependência externa. Tem por finalidade responder à problemática da harmonização das necessidades sociais e econômicas do desenvolvimento, e promover a qualidade de vida, com o cuidado de preservar o meio ambiente para esta e para as futuras gerações. Pressupõe uma solidariedade sincrônica com os povos atuais, na medida em que desloca o enfoque da lógica de produção para a ótica das necessidades fundamentais da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações.

De acordo com SACHS (2002), o ecodesenvolvimento busca um caminho apropriado para a conservação da biodiversidade, ao assumir a harmonização dos objetivos sociais e ecológicos. A biodiversidade necessita ser protegida para garantir o direito de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Para tanto, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma rede de áreas protegidas como parte imanente da gestão territorial e a utilização sustentável dos recursos renováveis, como uma forma de relacionamento simbiótico entre o homem e a natureza. É necessário aprendermos a fazer um aproveitamento sensato da natureza para construirmos uma boa sociedade, através da perenidade dos recursos: transformar o meio ambiente em recursos sem destruir o capital da natureza.

O ecodesenvolvimento pode ser definido como uma estratégia para a proteção de áreas ecologicamente valiosas (áreas protegidas), em face de pressões inaceitáveis, resultantes das necessidades e atividades dos povos que vivem nelas ou no seu entorno. O ecodesenvolvimento requer o planejamento local e participativo das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área.

O ecodesenvolvimento pode ser mais facilmente alcançado com o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para a melhoria do nível de vida dos povos. (SACHS, 2002:75)

Esse processo exige negociação entre os atores envolvidos (população local e autoridades), subsidiado por cientistas, associações civis, agentes econômicos públicos e privados. Tais negociações são conflituosas, porque se definem através de interesses antagônicos.

SACHS (2002) afirma que o ecodesenvolvimento pode ser instituído a partir dos seguintes esforços:

- Identificação, criação e desenvolvimento de alternativas sustentáveis de recursos de biomassa e renda.
- Envolvimento da população local das áreas protegidas nos planos de conservação e na gestão da área.
- Cultivo da conscientização da comunidade local quanto ao valor e à necessidade

de proteção da área, assim como aos padrões de sustentabilidade de um crescimento local apropriado.

Institucionalização do sistema: legislação e normas

Com o intuito de proteger a biodiversidade, o Governo Federal Brasileiro sancionou uma importante lei em julho do ano 2000: a lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. O SNUC permite trabalhos de ecodesenvolvimento nas “zonas tampão” e nas zonas de transição das camadas das reservas da biosfera, onde são admitidas atividades humanas controladas. O sistema tem por objetivos (LEI 9985/2000):

- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Proteger e recuperar recursos hídricos;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC divide-se em dois grupos de unidades de conservação: as unidades de proteção integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as unidades de uso sustentável, que tem por objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais. Fazem parte do grupo de unidades de proteção integral as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Parques Estaduais, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre. No grupo de unidades de uso sustentável incluem-se as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Proteção Ambiental Estadual, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Florestas Estaduais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A **Tabela 2** mostra as unidades de conservação delimitadas para Florianópolis e suas respectivas características, a níveis federal, estadual e municipal.

Tipo de unidade	Nº de Decreto Federal de criação	Abrangência/ Área
Estação Ecológica Carijós	Dec. nº 94.656/87	Manguezal de Ratores e do Saco Grande com área de 71,2 ha
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	Dec. nº 99.142/90	Ilhas do Arvoredo, Ilhas das Galés e Deserta, o Calhau de São Pedro e a área marinha que os circunda 17.800 ha
Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim	Dec. nº 528/92	Ilha de Anhatomirim compreende uma área de 3.000 ha. Localizado na baía norte
Reserva Extrativista do Pirajubaé	Dec. nº 533/92	Manguezal do Rio Tavares e o baixio a sua frente 1.444 ha

Tipo de unidade	Nº de Decreto Estadual de criação	Abrangência/ Área
Parque Florestal do Rio Vermelho	Dec. nº 2006/62 e Dec. nº 994/74	Rio Vermelho/ antiga Estação Florestal do Rio Vermelho 1110 ha.
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Dec. nº 1.260/75	Áreas da Mata Atlântica, dunas, restingas, manguezais e capoeirões. Dos 90.000 ha 346,5 localiza-se em Florianópolis

Tipo de unidade	Nº de Decreto/ Lei Municipal de Criação	Abrangência/ Área
Lagoa da Conceição	Dec. nº 1.261/75 e 213/79	Dunas e áreas limites adjacentes 563 ha
Parque Municipal da Lagoa do Peri	Lei nº 1.828/81 e Dec. nº 91/82	Lagoa do Peri 2.030 ha
Dunas de Ingleses/ Santinho, Campeche, Armação e Pântano do Sul	Dec. nº 112/85	Tomba o sistema físico natural das respectivas localidades. Área 953,30 ha
Restingas de Ponta das Canas e Ponta Sambaqui	Dec. nº 216/85	Área 22,8 ha
Área de preservação permanente e de uso limitado	Dec. nº 2193/85	Uso e ocupação do solo dos balneários do município, instituindo APPs e APLs. Totaliza 10.074,2 ha
Região da Costa da Lagoa da Conceição	Dec. nº 24786	Encosta da margem oeste da Lagoa da Conceição, desde a Ponta das Araçás, Ponta do Saquinho e o caminho da Costa da Lagoa. 967,5 ha
Lagoa da Chica e Lagoinha Pequena	Dec. nº 185/88 e Lei 2.193/85	Campeche e Rio Tavares. 3,75 ha
Parque Municipal da Galheta	Lei 3.455/90	Praia da Galheta 149,3 ha
Parque Municipal da Lagoinha do Leste	Lei 3.701/92 e Dec. nº 153/87	Área maior que a Bacia Hidrográfica da Lagoinha. Área 453 ha
Dunas da Barra da Lagoa	Lei 3.771/92 e Lei 2.193/85	Plano de reestruturação urbano da Barra da Lagoa e protege as dunas. 6,6 ha
Parque municipal do Maciço da Costeira	Lei 4.605/95 e Dec. nº 154/95	Áreas com relevo montanhoso e protege a vegetação da Floresta Atlântica, fauna e mananciais hídricos. 1456,3 ha
Ponta da Daniela	Lei 5.091/97	Praia da Daniela. Protege ecossistemas de manguezal e restingas. 15,64 ha

Tabela 2 – Unidades de Conservação de Florianópolis

Fonte: Floram 2002

A lei do SNUC tece ainda comentários gerais sobre as áreas pertencentes à Reserva da Biosfera, que são áreas especiais reconhecidas pelo programa intergovernamental “O Homem e a Biosfera - MaB”, estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do qual o Brasil faz parte. A Reserva da Biosfera trata-se de um modelo adotado internacionalmente de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais. Seus objetivos básicos consistem a preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. (LEI 9985/2000)

A Reserva da Biosfera é constituída por: 1 - uma ou várias áreas-núcleo, destinadas à proteção integral da natureza; 2 - uma ou várias zonas de amortecimento, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas-núcleo; e 3 - uma ou várias zonas de transição, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

Das 440 Reservas da Biosfera existentes no mundo, o Brasil possui seis delas, delimitadas a partir dos seis maiores biomas brasileiros: Mata Atlântica (RBMA), Cerrado (RBC), Pantanal (RBP), Caatinga (RBCA), Amazônia Central (RBAC) e o Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCVSP). A **Figura 4** mostra a delimitação dessas reservas no país. A primeira das Reservas da Biosfera a ser instituída no Brasil foi a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que tem atualmente 350.000 km² e forma um corredor envolvendo 15 estados brasileiros, inclusive Santa Catarina, e incorporando centenas de áreas - núcleo (Unidades de Conservação).

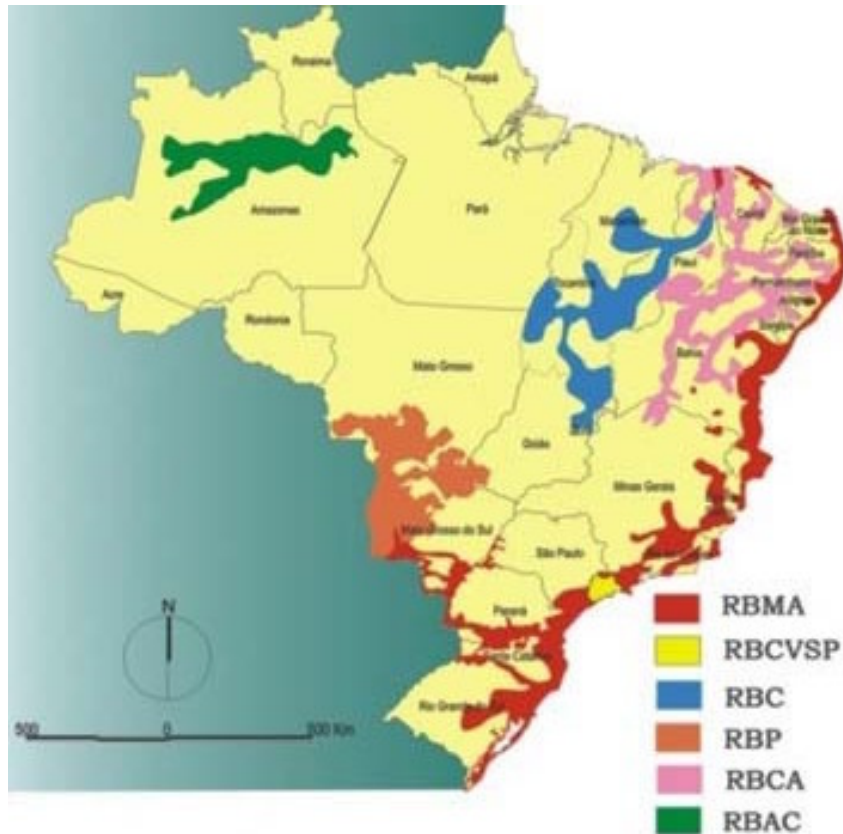


Figura 4 – Reservas da Biosfera no Brasil
 Fonte: Programa MaB – O Homem e a Biosfera.
 Disponível em <http://www.unesco.org.br>

O terreno onde será implantado o empreendimento Sapiens Parque está incluído dentro de quatro planos dirigidos à proteção de áreas naturais: o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno da Estação Ecológica de Carijós, o Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e o Parque Florestal do Rio Vermelho. Os planos colocam as condições e diretrizes que devem ser seguidas pelos seus vizinhos de modo a garantir a proteção dos recursos naturais em seu interior. De maneira geral, os planos mencionados incentivam a pesquisa, a preservação e o turismo responsável e sustentável. Atividades ambientalmente corretas, como a agricultura orgânica, o artesanato e a pesca artesanal também são incentivadas no entorno das unidades de conservação.

Além disso, Florianópolis também está incluída no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, uma proposta de lei disciplinadora do uso e ocupação do solo do litoral catarinense que objetiva potencializar seu crescimento, mantendo a qualidade de vida e sem deteriorar o

meio ambiente. A lei diz respeito ao planejamento e manejo dos recursos naturais, levando em consideração os aspectos de natureza histórica, cultural e tradicional.

2.2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável é recente. Surgiu na década de 1970, e apareceu nos relatórios da União Internacional para Conservação da Natureza na década de 1980. O conceito foi popularizado em 1987, na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, então presidentes da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), caracterizaram o desenvolvimento sustentável como um “conceito político” e um “conceito amplo para progresso econômico e social”. (VEIGA, 2005:113)

Esse encontro gerou um documento conhecido como Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), que objetivava buscar alianças para a viabilização da ECO-92, conferência das Nações Unidas ocorrida no Rio de Janeiro. O relatório afirma que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. De acordo com o relatório, a sustentabilidade compreende uma mudança nas relações econômicas, político-sociais, culturais e ecológicas. “Desse modo a natureza passa a ser vista como parte integrante de um sistema que originalmente deveria ser cíclico, excluindo o comportamento predador do modelo desenvolvimentista predominante” (OLIVEIRA, 2004). Não se reduz a simples crescimento quantitativo, pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais.

O Relatório Brundtland determina as seguintes medidas a serem seguidas pelos países em nível nacional: limitação do crescimento populacional; garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores; atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

Em âmbito internacional, o relatório propõe as seguintes metas: adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento); proteção dos ecossistemas supra-nacionais como a Antártica, os oceanos e o espaço pela comunidade internacional; banimento das guerras e implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O desenvolvimento sustentável requer mudanças nos padrões de consumo dos hemisférios Norte e Sul, a começar no que diz respeito à economia de recursos. A separação social resultante da reprodução dos padrões de consumo do Norte no Sul, em benefício de uma minoria, pede uma mudança de paradigma no processo de desenvolvimento, a favor do meio ambiente e da elevação do padrão de pobreza. Entretanto, segundo SACHS (2002), para isso são necessárias mudanças no Norte em relação aos efeitos demonstrativos dos seus padrões de consumo sobre a população do Sul, ampliados pelo processo de globalização.

O conceito do desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e modelos tradicionais de desenvolvimento, e marca uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica.

Segundo MONTIBELLER (2004), a diferença fundamental entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável consiste no fato de que o ecodesenvolvimento volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo; enquanto que o desenvolvimento sustentável enfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações.

Os primeiros indicadores de sustentabilidade, segundo VEIGA (2005), foram desenvolvidos pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD) das Nações Unidas. Em 1996, a CSD publicou o documento “Indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologías”, que continha um conjunto de 143 indicadores, reduzidos, quatro anos mais tarde, para 57 indicadores. Este documento serviu como base para a formulação dos primeiros indicadores brasileiros de desenvolvimento sustentável, através do documento “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” (IDS), apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2002 e 2004.

O documento elaborado pelo IBGE consistiu a primeira tentativa brasileira para definição de estatísticas que coloquem a dimensão ambiental ao lado da social, econômica e institucional. No campo da dimensão ambiental, foi possível apresentar indicadores fundamentais referentes à conservação do meio ambiente, organizados em cinco temas essenciais: “atmosfera”, “terra”, “oceanos, mares e áreas costeiras”, “biodiversidade” e “saneamento”.

O fato de um índice de desenvolvimento sustentável ser composto por muitas dimensões e variáveis acarreta dificuldades na sua elaboração. Ainda não existe um índice de desenvolvimento sustentável reconhecido internacionalmente como tem sido o IDH. No Fórum Econômico Mundial, em 2002, pesquisadores de duas universidades americanas (Yale e Columbia) apresentaram o índice de sustentabilidade ambiental “Environmental Sustainability Index” (ESI). O ESI não significa exatamente um índice de desenvolvimento sustentável, uma vez que estabelece somente critérios de análise de dimensão ambiental, mas ele pode ser comparado com outros índices de desenvolvimento. O ESI considera cinco componentes ambientais: “sistemas ambientais”, “estresses”, “vulnerabilidade humana”, “capacidade social e institucional” e “responsabilidade global”.

O ESI elaborado pelos estudantes de Yale e Columbia foi reapresentado em 2005 e, segundo VEIGA (2005), foi a mais reconhecida tentativa de elaboração de um índice de sustentabilidade ambiental, mas ainda não representa um consenso internacional. Por este motivo e pelo fato de o empreendimento Sapiens Parque ainda estar em fase de execução, tornando inviável a realização do trabalho através dos índices de sustentabilidade, optamos em utilizar como parâmetro para a análise do estudo de caso um sistema de dimensões e critérios de desenvolvimento sustentável desenvolvido por SACHS (2002).

SACHS (2002) defende que o desenvolvimento sustentável abrange uma série de dimensões (social, cultural, ecológica, territorial, econômica e política) classificadas segundo o autor pelos conceitos a seguir:

1. A dimensão social vem à frente da demais, na opinião de SACHS (2002), por constituir a própria finalidade do desenvolvimento. Deve visar a redução substancial das diferenças sociais.

2. A sustentabilidade cultural aparece em seguida, e tem como objetivo a busca de raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de

produção, privilegiando o processo de mudança no seio da comunidade cultural e respeitando as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

3. A sustentabilidade ecológica e ambiental vem em decorrência, e compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas compatíveis com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam, também, preservar as fontes de recursos naturais.

4. A dimensão territorial (espacial/geográfica) pressupõe evitar a excessiva concentração geográfica de populações, de atividades e do poder. Busca uma relação mais equilibrada cidade/campo.

5. A sustentabilidade econômica aparece como uma necessidade, mas não se trata de condição prévia para as anteriores, uma vez que um transtorno econômico traz consigo o transtorno social que, por seu lado, obstrui a sustentabilidade ambiental. É possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado.

6. A sustentabilidade política (nacional) é importante na pilotagem do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

7. Igualmente importante constitui a sustentabilidade política (internacional) para manutenção da paz mundial e estabelecimento de um sistema de administração para o patrimônio comum da humanidade.

SACHS (2002) delimita os critérios para cada uma das dimensões acima, esquematizados também por MONTIBELLER (2004) conforme a **Tabela 3**:

DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE	CRITÉRIOS	OBJETIVOS
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> * Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social * Distribuição de renda justa * Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente * Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais 	Redução das diferenças sociais
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> * Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação) * Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) * Autoconfiança combinada com abertura para o mundo 	Busca de raízes endógenas e respeito às especificidades de cada cultura
ECOLÓGICA/ AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> * Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis * Limitar o uso dos recursos não-renováveis * Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais 	Equilíbrio entre a utilização e preservação dos recursos naturais
TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> * Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público) * Melhoria do ambiente urbano * Superação das disparidades inter-regionais * Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento) 	Evitar a excessiva concentração geográfica de populações
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> * Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado * Segurança alimentar * Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica * Inserção soberana na economia internacional 	Aumento da produção e da riqueza social e independência econômica externa
POLÍTICA (NACIONAL)	<ul style="list-style-type: none"> * Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos * Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores * Um nível razoável de coesão social 	Governar o processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade
POLÍTICA (INTERNACIONAL)	<ul style="list-style-type: none"> * Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional * Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco) * Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro de negócios * Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade internacional 	Mantenimento da paz mundial baseado no princípio de igualdade e da qualidade do meio ambiente

Tabela 3 – Dimensões, objetivos e critérios de desenvolvimento sustentável
 Fonte: Sachs (2002)/ Montibeller (2004). Elaboração da autora.

Portanto, o paradigma do desenvolvimento sustentável abrange um conjunto de sustentabilidades que apresentam critérios de aplicação em nível global, nacional e local. Para os fins de análise deste trabalho, tomaremos os conceitos e critérios delimitados por SACHS (2002) para as dimensões de sustentabilidade acima, que podem ser concentradas nos três pontos principais: dimensão social, dimensão ecológica e ambiental e dimensão econômica.

2.3 SUSTENTABILIDADE URBANA

A insalubridade das cidades provocada pela excessiva urbanização no século XX originou propostas urbanísticas que buscavam um equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais integrados ao desenho da paisagem. Deu-se início à “tendência do verde” que se refletiu nas cidades-jardins¹², de Howard.

Em todas as épocas, o medo das infecções da cidade e as atrações do campo aberto proporcionaram estímulos tanto negativos quanto positivos (...) Água, ar puro, fugas aos ásperos ruídos humanos, extensões abertas para cavalgar, caçar, praticar o arco, caminhar pelo campo – tais são as qualidades que a aristocracia sempre apreciou em toda parte...(MUMFORD, 1998:526)

Howard propunha um novo modelo de desenvolvimento urbano, que empregasse facilidades técnicas para acabar com as diferenças cada vez maiores entre o campo e a cidade. Apesar de as cidades-jardins defenderem a idéia de preservação da natureza, ainda a encaravam como bem de usufruto do ser humano. De acordo com ANDRADE (2003), alguns princípios de desenvolvimento urbano sustentável podem ser identificados no modelo de cidade-jardim tais como: tamanho controlado com acessibilidade aos espaços verdes e aos pedestres, transporte público adequado, uso misto (de-zoneamento), reaproveitamento de resíduos sólidos em terras agrícolas e centros comerciais com economia local.

A visão da natureza como um bem de utilização humana permanece no modelo de urbanização do Modernismo. Embora tivesse um discurso social e uma preocupação com a vida saudável, não incluía em suas idéias o esgotamento de recursos. Reflete os princípios da Carta de Atenas¹³, que desenvolveu a idéia da cidade como “máquina” em uma utopia funcionalista da época. O construído em meio ao aberto e a habitação dentro do espaço verde viraram a marca registrada e o ideal da cidade moderna. Caracterizava-se pela monofuncionalidade dos bairros e pela desarticulação e distância entre o espaço público e o

¹² As cidades-jardins, de Ebenezer Howard, foram uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição nas cidades por meio de desenho de novas cidades que tivessem uma estreita relação com o campo. Howard concebia sua cidade-jardim de forma a propiciar aos homens mais liberdade em uma vida comunitária renovada. (ANDRADE, 2003, aquitexto Portal Vitruvius)

¹³ A Carta de Atenas consiste em um conjunto de artigos do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1933, cujo tema foi a Cidade Funcional. Baseia-se na localização das atividades segundo a função: moradia, lazer, trabalho, transporte. (FRAMPTON, 2000)

privado. Em função disso, o espaço público da cidade moderna era pobre em relações de encontro, ritual e movimento.

Jane Jacobs, em seu livro “Morte e Vida nas Grandes Cidades”, faz um relato ofensivo aos fundamentos do planejamento urbano moderno. A autora defende o estudo das relações sociais antrópicas como forma de planejamento para cidades saudáveis. E enfatiza a necessidade de uma diversidade de usos mais complexa e densa e que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social.

A problemática ambiental e social urbana colocou em questionamento o paradigma urbanista moderno. Algumas contribuições importantes quanto ao tema da sustentabilidade urbana surgiram na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, a partir da qual explicita-se a tentativa das cidades de se organizarem na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento. A Agenda 21¹⁴ desponta como um modelo participativo de mudança de atitude em relação ao meio ambiente a partir da necessidade de transformar compromissos abstratos em ações de nível nacional e local.

“Cidades Sustentáveis” é um dos documentos da Agenda 21 Brasileira. Seu objetivo é oferecer propostas para introduzir a dimensão ambiental nas políticas urbanas vigentes ou que venham a serem adotadas. Dentre as premissas que o nortearam, merece destaque a denominada *crescer sem destruir* por traduzir que o desenvolvimento sustentável das cidades implica, ao mesmo tempo, no crescimento dos fatores positivos da sustentabilidade urbana e na diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano.

A Conferência Habitat II, ou Cúpula das Cidades, realizada em Istambul em 1996 (20 anos após a Habitat I, em Vancouver, Canadá) teve como foco principal atualizar os temas e paradigmas que fundamentam a política urbana e habitacional, com o objetivo de reorientar a linha de ação dos órgãos e agências de cooperação internacional para estes temas, incluindo a do próprio Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat.

¹⁴ A Agenda 21 consiste em um programa de ação global adotado por 182 governos. É o primeiro documento a alcançar consenso internacional e que fornece um plano para assegurar o futuro sustentável do planeta lançando questões sobre o desenvolvimento e o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2004)

De acordo com ROLNIK (1996), a conferência em Istambul abordou o processo de urbanização nos países em desenvolvimento e apresentou um quadro negativo de tendências, com destaque para a insustentabilidade da qualidade de vida nas cidades. Tal fato deve-se tanto pela destruição de recursos naturais e de seu patrimônio cultural, quanto pela gestão e operação não planejadas dos seus serviços.

Após a Conferência do Rio de Janeiro e da Habitat II, a cidade passou a ser vista não mais como um problema a ser evitado, mas como uma realidade que pode ser transformada para melhor. Esta nova forma de pensamento deve-se, fundamentalmente, ao fracasso das políticas de fixação da população rural e à constatação de estatísticas internacionais e nacionais, que comprovam que a cidade constitui a forma que os seres humanos escolheram para viver em sociedade e prover suas necessidades. Segundo a Agenda 21 Brasileira, a proporção de pessoas que moravam em cidades no Brasil era de 76% em 1996. Atualmente, mais de 80% da população brasileira mora em cidades, sendo que as projeções apontam para uma taxa de mais de 88% em 2020.

No Brasil, surgiram instrumentos com a intenção de direcionar as novas formas de se projetar a cidade, entre legislações urbanas e ambientais. Um desses instrumentos consiste na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), já vista neste capítulo, e também na própria Agenda 21 Brasileira, que será analisada adiante. O Estatuto da Cidade¹⁵ constitui outro importante instrumento de política urbana, e reserva também algumas orientações relevantes no que tange respeito ao tema do meio ambiente urbano, das quais destacam-se:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

¹⁵ O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) é a lei federal que dá as diretrizes e regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que falam sobre a Política Urbana que deverá ser praticada pela União, Estados e Municípios. (disponível em <http://www.estatutodacidade.org.br>, acesso em 15/06/2005).

- Audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

O estatuto ainda coloca à disposição dos municípios o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) que deverá ser executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos dos empreendimentos ou atividades quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

Para Florianópolis, existe atualmente uma proposta conceitual de um plano piloto para a primeira Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano (**Figura 5**), buscando integrar o modelo básico das Reservas da Biosfera aos conceitos de ecologia urbana. O objetivo é a integração entre a conservação da natureza e de seus processos com a manutenção do patrimônio cultural e dos processos de urbanidade.

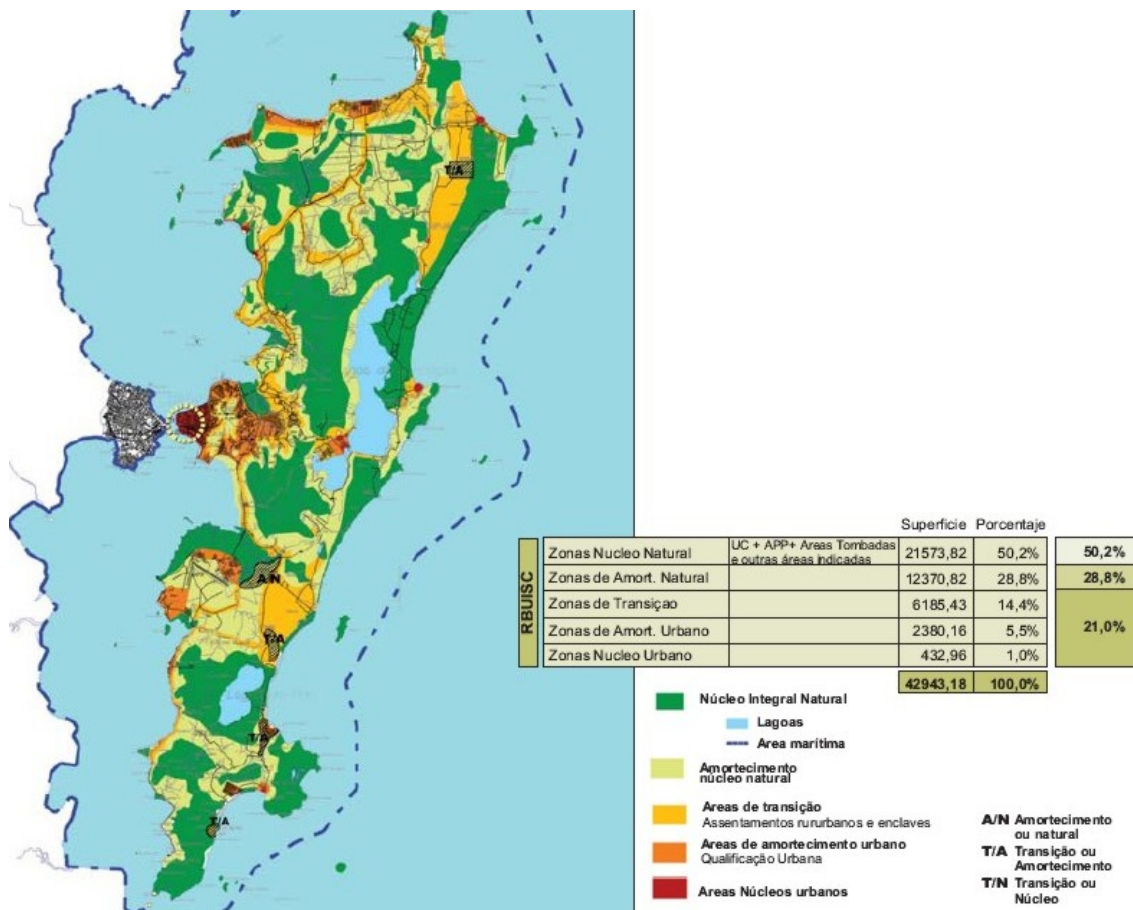


Figura 5 – Proposta de Reserva da Biosfera Urbana para Florianópolis

Fonte: Proposta Projeto Piloto RBU. Disponível em <http://www.planodiretorfloripa.sc.gov.br>

A proposta da Reserva da Biosfera Urbana é composta de cinco zonas, da predominantemente natural à predominantemente urbana, conforme mostra a **Figura 5**:

- Zonas Núcleo Natural (Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente e áreas tombadas): que constitua uma manifestação íntegra e representativa de um ecossistema.
- Zonas de Amortecimento de um Núcleo Natural: entorno imediato ao núcleo com padrões de uso onde a funcionalidade ecológica e geográfica da área é mantida.
- Zonas de Transição: zona com padrões de uso que salvaguardem a integridade e a funcionalidade das zonas anteriores, proporcionando uma área de descompressão urbana compatível com a vizinhança natural.
- Zonas de Amortecimento de um Núcleo Urbano/ Cultural: entorno imediato ao núcleo urbano, com padrões de uso que integrem eficazmente as funções de urbanidade e/ou conservação do patrimônio cultural com uma paisagem natural sustentável.
- Zonas Núcleo de Urbanidade e/ou Patrimônio Cultural: que constitua um testemunho autêntico de um bem cultural ou de uma área de urbanidade sustentável.

A proposta está em processo de aprovação na UNESCO, e tem como um dos idealizadores o arquiteto argentino Ruben Pesci, atual responsável também pelo projeto do empreendimento Sapiens Parque. Apesar de ser bastante inovador, o projeto apresenta controvérsias, tendo como uma das críticas o fato de abranger somente a Ilha de Santa Catarina, ignorando a parte continental com a qual estabelece relações.

Os estudos de sustentabilidade urbana não apresentam uma linha única de pensamento, fato que caracteriza o tema como uma área de investigação nova, dinâmica e ainda não consolidada, em busca de uma identidade. Porém, na visão de STEINBERGER (2001), os problemas urbanos de outrora estão sendo vistos como os problemas ambientais de agora, anunciando a onda do modismo. Antes que a questão ambiental aparecesse com a força e a centralidade que tem hoje, essas dificuldades já estavam nas agendas dos planejadores urbanos e autoridades municipais.

A sustentabilidade urbana concretiza-se como base para surgimento de um novo paradigma, onde o meio ambiente passa a ser o tema central em torno do qual todos os discursos e projetos sociais devem ser reformulados para serem legítimos. A questão social urbana transformou-se em questão ecológica ou ambiental, ocorrendo uma substituição de paradigmas. Esse enfoque provoca uma visão negativa no planejamento, uma vez que admite ser possível a substituição do social pelo ambiental, quando o ideal seria uma integração entre as duas dimensões. Falar da problemática sócio-ambiental urbana soaria como uma “roupagem da moda para nossas velhas questões sociais (e urbanas)” (STEINBERGER, 2001). No entanto, definir e tratar conjuntamente os dilemas sociais e ambientais constitui uma necessidade.

2.3.1 DIRETRIZES PARA A SUSTENTABILIDADE URBANA

O mais completo documento nacional que coloca estratégias a serem implementadas no processo de gestão urbana a fim de atingir a sustentabilidade das cidades consiste na Agenda 21 Brasileira. Segundo o documento “Cidades Sustentáveis” da Agenda 21, a problemática social e a problemática ambiental urbanas são indissociáveis. A sustentabilidade das cidades deve ser situada dentro do conjunto e das opções de desenvolvimento nacional. A viabilidade da sustentabilidade urbana depende da capacidade de integração das suas estratégias entre os planos, projetos e ações governamentais de desenvolvimento urbano, e entende-se que as políticas federais têm um papel instigador fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável como um todo.

A sustentabilidade das cidades depende ainda do cumprimento da chamada Agenda Marrom, que se preocupa, sobretudo, com a melhoria da qualidade sanitário-ambiental das populações urbanas. As estratégias prioritárias para atingir a sustentabilidade urbana e que devem remeter-se aos objetivos macro do desenvolvimento sustentável em qualquer das escalas consideradas (global, nacional ou local) são:

- Redução da pressão sobre os recursos disponíveis, através da busca de equilíbrio dinâmico entre uma determinada população e sua base ecológico-territorial;
- Aumento da responsabilidade ecológica, através de relações de interdependência

entre os fenômenos e pelo princípio da co-responsabilidade de países, grupos e comunidades na gestão dos recursos e dos ecossistemas compartilhados como o ar, oceanos, florestas e bacias hidrográficas;

- Busca da eficiência energética, com redução significativa nos níveis de consumo atual, e busca de fontes energéticas renováveis;
- Desenvolvimento e utilização de tecnologias ambientalmente adequadas, alterando progressiva e significativamente os padrões atuais do setor produtivo;
- Alteração dos padrões de consumo e diminuição significativa na produção de resíduos e no uso de bens ou materiais não-recicláveis;
- Recuperação de áreas degradadas e reposição do estoque dos recursos estratégicos (água, solo, cobertura vegetal);
- Manutenção da biodiversidade existente.

É necessário ainda estabelecer a descentralização das instâncias decisórias e de serviços, para o fortalecimento do local e incentivo da gestão comunitária, descarregando o setor governamental das responsabilidades de gestão urbana que a comunidade deseja assumir no que se refere ao desenvolvimento e à preservação do meio ambiente. No sentido de reorganizar o sistema de gestão, a Agenda 21 ainda determina os seguintes marcos de gestão urbana:

- Incentivo ao surgimento de cidades menores, ou de assentamentos menores dentro das grandes cidades; preferência pelos pequenos projetos, de menor custo e de menor impacto ambiental; foco na ação local;
- Incorporação da questão ambiental nas políticas setoriais urbanas (habitação, abastecimento, saneamento, ordenação do espaço), através da observância dos critérios ambientais que visam preservar recursos estratégicos (água, solo, cobertura vegetal) e proteger a saúde humana;
- Integração das ações de gestão, visando à redução de custos e ampliação dos impactos positivos;

- Necessidade do planejamento estratégico, colocando restrições ao crescimento não-planejado ou desnecessário;
- Descentralização das ações administrativas e dos recursos, com vistas às prioridades locais e combate à homogeneização dos padrões de gestão;
- Incentivo à inovação e ao surgimento de soluções criativas;
- Inclusão dos custos ambientais e sociais no orçamento e contabilidade dos projetos de infra-estrutura;
- Indução de novos hábitos de moradia, transporte e consumo nas cidades (incentivo ao uso da bicicleta e de transportes não-poluentes; incentivo às hortas comunitárias, jardins e arborização com árvores frutíferas; edificações para uso comercial ou de moradia que evitem o uso intensivo de energia, utilizando materiais reciclados);
- Fortalecimento da sociedade civil e dos canais de participação; incentivo e suporte à ação comunitária.

A Agenda 21 Brasileira levanta as principais questões intra-urbanas que afetam a sustentabilidade do desenvolvimento das nossas cidades. São elas: dificuldades no acesso à terra e déficit habitacional, com conseqüente aumento do espaço construído irregular e informal; deficiências nas questões sobre abastecimento e esgotos, resíduos sólidos, drenagem, saúde e saneamento ambiental; elevada taxa de motorização, com conseqüente aumento da poluição do ar; desemprego e precarização do emprego.

O documento ainda determina quatro estratégias prioritárias a serem implementadas nas cidades brasileiras, que estão associadas a um conjunto de diretrizes, propostas e ações:

- Aperfeiçoar a regulação do solo e ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, e promoção da eqüidade, eficiência e qualidade ambiental.
- Promover o desenvolvimento institucional e fortalecimento da capacidade de

planejamento e gestão democrática da cidade, através da efetiva participação da sociedade e incorporar no processo a dimensão ambiental.

- Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, através da redução de custos e desperdícios, e fomentar o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.
- Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento de recursos naturais, com vistas à sustentabilidade urbana.

A Agenda 21 Brasileira vem sendo aplicada nas cidades a partir da elaboração de diretrizes particulares locais, em nível municipal, através das chamadas agendas locais. Em Florianópolis, a Agenda 21 local dividiu o município em dez regiões. Optou-se pela “regionalização do território do município com vistas a obter um estudo mais homogêneo, para alcançar uma maior participação da comunidade nas análises de seus problemas e na obtenção de soluções” (AGENDA 21 LOCAL, 2000:11).

O diagnóstico da região norte da Ilha, onde será implantado o Sapiens Parque, apontou principalmente o problema de ausência de infra-estrutura: sistema viário, energia elétrica, abastecimento de água e rede coletora de esgotos. Algumas dessas deficiências aliadas à ocupação irregular em área de preservação acarretam conseqüências ambientais graves, como a descaracterização da paisagem por ocupação das encostas e supressão das matas, poluição das águas superficiais e subterrâneas, erosão e abrasão marinhas e assoreamento de rios e córregos.

O diagnóstico aponta ainda deficiências no sistema de limpeza urbana, transporte público, educação, saúde e segurança, assim como carências de espaços de lazer. Dentre as diretrizes apontadas pela Agenda 21 Local para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável na região norte da Ilha, destacamos as seguintes:

1. Recuperação ambiental das áreas degradadas, com o reflorestamento de morros, de matas ciliares, da orla litorânea; normatização e fiscalização das atividades de pesca nas águas da baía Norte; implantação de um programa de educação ambiental visando o conhecimento, a valorização e a importância de preservação de ecossistemas frágeis;

2. Projetos que visem a criação de empregos e geração de renda, tais como criação

de cooperativas de separação do lixo reciclável; a organização das atividades de passeio e pesca com turistas; implantação de viveiros comunitários para a produção de mudas de vegetação nativa da Mata Atlântica; a implantação de sistema de fiscalização ambiental comunitária; a criação de núcleos da terceira idade para propiciar novas oportunidades produtivas e de lazer;

3. Recuperação e preservação de construções antigas, como as igrejas tradicionais da região norte, devem ser objetivos de toda a comunidade, dos envolvidos com a cultura, e também do setor turístico;

4. Implantação de rede coletora e de sistema de tratamento de esgoto nas comunidades da região norte e a conclusão da rede coletora de esgotos em Ingleses deve ser um esforço do poder público, com a participação da comunidade, do comércio e dos serviços.

5. Instalação de áreas de lazer, como praças, e de esportes, como quadras poliesportivas, em todas as comunidades.

De forma geral, podemos concluir que a Agenda 21 Local recomenda como diretrizes de desenvolvimento sustentável para o Norte da Ilha: a recuperação e preservação ambiental e arquitetônica, a implantação da infra-estrutura urbana necessária, a criação de emprego e renda através de cooperativas comunitárias e a instalação de áreas de lazer e esportes.

2.4 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Florianópolis atualmente possui o turismo como uma das principais atividades econômicas e impulsionadoras do seu desenvolvimento urbano. Reconhecida pelas suas belezas e paisagens naturais, a cidade atrai visitantes de todo o Brasil e de outros países, dando impulso à economia local. A região norte da Ilha, onde será implantado o projeto Sapiens Parque, deve sua urbanização ao turismo, graças às suas praias de águas limpas e de temperatura amena. Entretanto, a atividade turística mal planejada tem seus reflexos na ausência da infra-estrutura necessária e na conseqüente degradação ambiental. Sendo o

turismo um importante pilar do modelo de planejamento urbano de que trata este trabalho e sendo o turismo sustentável um dos conceitos do empreendimento Sapiens Parque, abordaremos questões relacionadas à atividade turística no texto seguinte.

O advento da globalização, que tem seus marcos iniciais no século XX, e da atual terceira revolução científico-tecnológica acarretou o incremento da atividade turística, diretamente relacionada a esses dois fenômenos. Segundo AGUIAR e DIAS (2002), o desenvolvimento do turismo sempre acompanhou o avanço das novas tecnologias, sofrendo grande impulso na primeira revolução industrial na Inglaterra do século XVIII, e na segunda revolução industrial nos Estados Unidos e na Europa, em fins do século XIX e início do XX.

O turismo, ao mesmo tempo em que sofre influência da globalização, contribui para sua expansão e solidificação, aumenta o intercâmbio de idéias e de pessoas e, dessa forma, colabora para o desenvolvimento de uma consciência global. Para PAIVA (1998), o turismo deve converter-se em um meio de integração, renovação, convívio e até mesmo em um mecanismo de transformação da sociedade. Consiste em uma atividade econômica que envolve a qualidade de vida, aumento do lazer, do descanso, do desfruto e do ócio.

O turismo movimentava muitos recursos e constitui, segundo AGUIAR e DIAS (2002), a principal atividade econômica do século XXI, a maior “indústria” existente, superando os setores tradicionais, e tornando-se um importante gerador de postos de trabalho. O turismo, portanto, é um fenômeno universal que conecta todas as partes do sistema global e aumenta a compreensão dos indivíduos de pertencerem a um todo. Ao mesmo tempo, o turismo incrementa a consciência das pessoas de pertencerem a um local determinado, pois com a presença do outro, ao se explicitarem as diferenças se fortalece a identidade cultural. Além de promover o respeito às diferenças, o turismo apresenta papel positivo como promotor da compreensão e da paz entre os diferentes povos.

Apesar de todos os pontos positivos explicitados, o desenvolvimento da atividade turística apresenta seus impactos negativos. A característica consumista do turista, que busca beneficiar-se dos serviços da melhor maneira possível, vem acarretando pressão sobre o meio ambiente. Essa forma individualista de consumo trouxe para a atividade a necessidade de utilização dos melhores recursos naturais, por vezes não renováveis.

AGUIAR e DIAS (2002) afirmam que nas áreas costeiras do Brasil predominou o turismo relacionado com o ambiente natural, e os efeitos negativos da atividade foram acentuados, principalmente vinculados à falta de planejamento. Há poucas exceções de

lugares onde o planejamento urbano conseguiu evitar a construção de verdadeiras muralhas de prédio à beira-mar. A atividade turística apresenta grande capacidade de alterar o meio ambiente em um tempo relativamente curto, e as prefeituras não conseguem dimensionar seus impactos. As paisagens naturais que serviram para obtenção dos recursos originais acabam por degradar-se em um curto prazo, impedindo sua recuperação. Os investimentos de infra-estrutura necessários para o desenvolvimento da atividade, como alojamento e transportes, que oferecem um retorno em curto prazo, são priorizados em prejuízo dos investimentos que poderiam manter ou recuperar a paisagem natural.

No Brasil, o problema se agrava devido à ausência ou insuficiência de planejamento na implantação dos projetos turísticos. De acordo com AGUIAR e DIAS (2002), os problemas causados direta ou indiretamente pelo turismo, de modo geral, passaram por algum crivo da administração pública que, diante da possibilidade de geração de recursos em curto prazo, ignora os prejuízos que ocorrerão a médio e longo prazo. Os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos grandes empreendimentos turísticos ou são ignorados, ou feitos sem critérios técnicos adequados, tornando-se instrumentos de legitimação que justificam a depredação de algum recurso natural.

A ausência de planejamento adequado gera a degradação do meio ambiente natural, social e cultural, fato que implica em uma sucessão de problemas que comprometerão a atividade turística no futuro. Apesar dos aspectos negativos, experiências nacionais e internacionais demonstram que o turismo, quando integrado a um processo de planejamento, pode impactar de forma positiva, já que a atividade atrai a atenção dos poderes públicos para a preservação do meio ambiente e para a conservação dos recursos naturais.

O Poder Público apresenta papel fundamental no planejamento turístico, que funciona como regulador ou provedor de serviços públicos indispensáveis à sua ampliação, como os sistemas viários, de comunicação e de proteção ao meio ambiente. O setor público tem o papel de fiscalizador das ofertas turísticas e de regulador do mercado e do uso do solo, além de promover a educação e conscientização da população.

Apesar de a atividade turística favorecer a valorização do meio natural por parte da população local e provável melhoria na qualidade dos serviços de preservação e conservação ambiental, os impactos negativos possíveis causados pela atividade ainda aparecem em maior número. O turismo ocasiona impactos ao ar (com o aumento de infra-estrutura de transporte, e conseqüente aumento da poluição atmosférica); nas águas (através da intensificação do consumo nas áreas concentradas e pela contaminação

derivada dos resíduos sólidos); na flora (o turismo descontrolado altera de muitas maneiras a cobertura vegetal – abate da vegetação, utilização do fogo, ação de colecionadores de plantas, acumulação de lixo, prática de campismo predatório); na fauna (os padrões de comportamento dos animais são modificados pela presença dos turistas); e na paisagem (o acréscimo acelerado da infra-estrutura necessária para a atividade provoca alterações no ambiente natural e urbano, modificações no solo, aumento do ruído e da luminosidade).

A exploração desordenada dos recursos naturais para fins turísticos, embora tenha gerado vantagens econômicas para várias regiões, provoca impactos no meio ambiente que podem acabar com os mesmos recursos naturais que motivaram a demanda turística. O fato de apresentar estreita relação com o meio ambiente diferencia o turismo das demais atividades, e impõe a necessidade de se instituírem novas formas de exploração dos recursos para tal fim, que levem em consideração sua capacidade de suporte e suas condições de sustentabilidade, para que as futuras gerações possam usufruir o mesmo benefício.

A tomada de consciência da depredação causada pela atividade turística deu origem a dois novos conceitos relacionados ao meio ambiente: o ecoturismo e o turismo sustentável. Os conceitos significam o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, através da conservação do patrimônio natural e cultural, buscando a formação de uma consciência ambientalista e promovendo o bem estar das populações envolvidas. Consiste em toda forma de turismo baseado na natureza, em que a motivação principal dos turistas seja observar e apreciar essa natureza ou as culturas tradicionais dominantes das zonas rurais.

As principais características desse segmento são: incluir elementos educacionais e de interpretação; procurar reduzir todas as possibilidades de impactos negativos sobre o entorno natural e sociocultural; contribuir para a proteção das zonas naturais – gerando benefícios econômicos para as comunidades, organizações e administrações anfitriãs que administram zonas naturais com objetivos conservacionistas, oferecendo oportunidades alternativas de emprego e renda para as comunidades locais e incrementando a conscientização sobre conservação dos ativos naturais e culturais, tanto nos habitantes quanto nos turistas.

O ecoturismo se constitui em um segmento do setor turístico. Já o turismo sustentável está fundamentado sobre critérios de sustentabilidade, deve ser suportável ecologicamente em longo prazo, viável economicamente e justo desde uma perspectiva ética e social para as atividades locais.

2.5 IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS

A implantação de grandes projetos urbanos como o Sapiens Parque devem obrigatoriamente apresentar, segundo as leis brasileiras, um estudo prévio dos impactos sócio-econômicos e ambientais que tais empreendimentos acarretarão no futuro. Esse estudo foi realizado pelo empreendimento Sapiens Parque, e será visto no próximo capítulo deste trabalho. Como base para a análise, introduziremos na seqüência os principais conceitos que envolvem a questão dos impactos ambientais urbanos.

Os impactos sócio-econômicos e ambientais associados ao processo de urbanização desencadearam preocupações com o tema a partir da década de 1960. Em uma sociedade altamente industrializada, riscos ambientais e tecnológicos constituem elementos intrínsecos à mesma. A atitude com que o ser humano vem se relacionando com a natureza tornou-se a grande ameaça para a sua própria sobrevivência.

A expansão e maneira precária como foram implantados os novos assentamentos das cidades brasileiras criaram um conjunto de grave degradação. As práticas desequilibradas da ocupação humana estão expressas nos desmatamentos, ocupação de fundos de vales, encostas, mangues. No presente estágio da situação econômica e do planejamento urbano, torna-se inevitável a expansão física das cidades, mas cabe às políticas urbanas procurar formas de prevenir os novos impactos ambientais. A Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente¹⁶ define impacto ambiental como:

...qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II- as atividades sociais e econômicas; III- a biota; IV- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V- a qualidade dos recursos ambientais (Resolução CONAMA 001/86, art. 1º)

¹⁶ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Foram criados com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao governo federal diretrizes de políticas governamentais para a preservação do meio ambiente e dos meios de exploração dos recursos naturais, bem como deliberar sobre normas e padrões compatíveis com a preservação do meio ambiente O SISNAMA foi promulgado por lei em 31 de agosto de 1981, e é constituído por repartições e entidades da federação, dos estados e do Distrito Federal e, também, das fundações públicas para o meio ambiente (<http://www.sbau.com.br>, acesso em 20/11/2006).

Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas em movimento, causado por perturbações (uma nova ocupação ou construção de um objeto novo) no ambiente.

A previsão de impactos compreende uma solução para escapar dos desastros do sistema capitalista avassalador, e sua aplicação exige inteligência com relação ao futuro e evita os radicalismos. Eis o motivo pelo qual as equipes técnicas responsáveis por esse tipo de estudo são imbuídas de ampla responsabilidade cultural e moral, e que pode ter por conseqüência o sucesso ou a descrença total perante o resto da comunidade científica. Os especialistas em impactos, através da legislação existente, possuem força para exigir ponderação e melhoria na organização dos espaços destinados a receber projetos desenvolvimentistas. Porém, na visão de AB'SÂBER (1994), ainda que bem preparados eles não apresentam poder para, sozinhos, transformar a estrutura da sociedade.

MILARÉ (1994) salienta que todo e qualquer projeto desenvolvimentista interfere no meio ambiente. Sendo certo que o crescimento é um imperativo, impõe-se discutir os instrumentos e mecanismos que os conciliem, diminuindo ao máximo os impactos ecológicos negativos e, conseqüentemente, os custos econômico-sociais.

Segundo o autor, dentre os instrumentos de conjugação entre desenvolvimento e proteção ambiental utilizados atualmente, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) merecem destaque. O EIA é de maior abrangência, e compreende o levantamento da literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e a própria redação do relatório. O RIMA destina-se especificamente ao esclarecimento das vantagens e conseqüências ambientais do empreendimento, refletirá as conclusões daquele. É a parte mais compreensível do processo, esclarecedor para o administrador e o público.

O estudo de impacto ambiental deve ser elaborado antes da instalação da obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. O escopo principal do estudo de impacto ambiental é a prevenção ambiental, e evitar que os interesses imediatos dos proponentes de um projeto se revelem, posteriormente, prejudiciais ao meio ambiente. Preconiza a obrigação de se levar em consideração o meio ambiente na tomada de decisões, pública ou privada. Ainda tem por objetivos a transparência administrativa por parte do poder público e dos proponentes quanto aos efeitos ambientais de determinado projeto; a consulta aos interessados, através da participação da comunidade envolvida no processo; e a motivação da decisão ambiental, que obriga o órgão

público a fundamentar uma decisão que não seja exatamente a melhor para a preservação ambiental.

2.5.1 IMPACTOS DE PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

Prever impactos em relação a um projeto de qualquer tipo, destinado a uma determinada região¹⁷ e a um sítio ou gleba em particular, trata-se de uma operação técnico-científica multidisciplinar de grande importância. Trata-se de uma maneira de revelar o nível de esclarecimento atingido pela sociedade do país em relação à capacidade de antever quadros futuros da organização espacial de seu território¹⁸. Além disso, indica o nível de força de pressão social pelos grupos mais esclarecidos para fazer bom uso dos instrumentos legais de cultivo da qualidade ambiental e do ordenamento territorial. Prever impactos consiste, inclusive, em um excelente método para avaliar o potencial da legislação existente, e sua aplicabilidade em casos reais.

Segundo AB'SÁBER (1994), para que se possa realizar um estudo dos impactos causados por determinado projeto é necessário entender o espaço total no qual está inserido, em relação a um sítio de implantação e a uma região de localização. Torna-se imprescindível o conhecimento da estrutura, da composição e da dinâmica dos acontecimentos que caracterizam o espaço total da região proposta. O diagnóstico do próprio local de implantação do projeto é bastante válida, mas ainda mais importante, consiste a análise do seu entorno em curto, médio e longo prazo. Portanto, o conceito de espaço total, perante qualquer projeto a ser inserido em qualquer área de um território, torna-se de grande significado para uma correta previsão de impactos.

AB'SÁBER (1994) define espaço total como o arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização humana que lhe foi imposta ao longo dos tempos. O espaço total inclui todo o conjunto dos componentes inseridos pelo homem, no

¹⁷ Utiliza-se, aqui, o conceito de região como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fenômeno (migrações, agropecuária, tecnologias de comunicação, renda e condições de vida, condições de habitação, divisão do trabalho). (DIAS e SANTOS, 2003)

¹⁸ O conceito de território é usado como referência associada à localização e extensão dos fenômenos. É também pensado como aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Representa o espaço definido e delimitado por relações de poder, podendo existir e ser construído nas diferentes escalas. (DIAS e SANTOS, 2003)

decorrer da história, na paisagem¹⁹ de uma área considerada participante de determinado território.

De acordo com SANTOS (1982), cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança na economia, nas relações sociais e políticas, a paisagem se modifica para se adaptar às novas necessidades da sociedade. Essas transformações, no entanto, são somente parciais. As mudanças sociais não provocam obrigatoriamente ou automaticamente modificações na paisagem. A paisagem representa diferentes momentos no desenvolvimento de uma sociedade, é o resultado de uma acumulação de tempos.

SANTOS (1982) define o espaço social metodologicamente a partir de três conceitos: forma, estrutura e função. Essas partes conseguem identificar-se completamente e são consideradas equivalentes, constituindo o “todo”, e jamais devem ser analisadas em separado. Nenhuma das três categorias existe dissociada das demais e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos ao espaço total.

O espaço total supõe o movimento comum dialético e concreto da estrutura, da função e da forma e, para estudá-lo, é preciso levar em consideração todas as estruturas que a compõem e que, em conjunto ou isoladamente, a reproduzem. Por esse motivo, para fim de previsão de impactos de projetos em determinado espaço total, cada caso é particular e apresenta determinada abrangência, a considerar os sistemas ecológicos, naturais e antrópicos.

Em cada época ou processo histórico o espaço total de uma região apresenta uma acumulação de implantações e infra-estruturas. Entretanto, segundo AB’SÁBER (1994), para trabalhos de previsão de impactos futuros, será sempre na circunstância do presente que as combinações de fatos e atividades produzidas pelo homem, pela sociedade e pela economia terão maior interesse.

A área do entorno de qualquer projeto, através de suas vias, população, qualidade do ar, qualidade das águas, qualidade dos solos e demais condicionantes, consistem os principais elementos para a prevenção de impactos. A prevenção passa a ser um ato de tomada de precauções para assegurar harmonia e compatibilizar funções no interior do espaço total no futuro, limitando as expectativas dos especuladores e gananciosos do sistema capitalista.

¹⁹ O termo paisagem é usado aqui como o suporte geoecológico e bioecológico modificado por uma infinidade variável de obras e figuras humanas (AB’SÁBER, 1994).

A tarefa de perceber os impactos em processo constitui o ponto de partida para a previsão dos possíveis impactos acarretados por objetos de diferentes tipos, tais como novas indústrias, hidrelétricas, novas estradas e rodovias, sistema viário mais denso, ferrovias e projetos intra-urbanos e interurbanos.

Enfim, detectar mudanças na organização do espaço, visto em sua totalidade, ajuda a compreender situações análogas ou prever mecanismos similares que podem ocorrer em outras áreas de um país ou território. Outrora, o grande atributo cultural do homem residia em sua capacidade de reconstituir a trajetória da espécie e reconstruir a história das sociedades humanas. Ao fim do segundo milênio, identifica-se um atributo novo, qual seja, o de prever o impacto das ações dos homens e da economia sobre o futuro, em diferentes dimensões e profundidades de tempo (AB'SÁBER, 1994:35).

Segundo AB'SÁBER (1994), todo espaço geográfico²⁰ é resultado de uma acumulação mais curta ou mais longa de processos históricos cumulativos decorrentes do desempenho de diversos atores sociais. Quando considerado na totalidade, o espaço geográfico apresenta um caráter de acumulação de processos culturais, acima de tudo construtivos, ora muito agressivos, ora apenas interferentes, ora dotados de uma espécie de auto-organização que envolve diferentes níveis de acomodação. Envolve três dimensões básicas: uma pirâmide social projetada sobre o espaço total, uma acumulação de infra-estruturas e um sistema de relações humanas vinculadas ao regime social e político vigente.

Os países em desenvolvimento das regiões tropicais estão sujeitos às grandes desigualdades provenientes desse processo, em virtude dos territórios de dimensões continentais e de regiões geoeconômicas de roteiro histórico diferenciado. Qualquer engano de avaliação ou previsão dos impactos pode ocasionar danos irreparáveis para o futuro da região, da sociedade e do país.

Para fim de avaliação de impactos de projetos desenvolvimentistas nesses países, AB'SÁBER (1994) afirma a necessidade de ampliar as considerações sobre a estrutura, a composição sócio-econômica e a funcionalidade da sociedade nos diferentes tipos de espaço geográfico. Além disso, destaca, como método de análise complementar, os estudos realizados por Bernard Kaiser, da Universidade de Toulouse (1966), sobre a tipologia dos espaços em tais países. Kaiser identificou, por vários critérios, a existência de regiões em

²⁰ Entende-se por espaços geográficos de um país de dimensões continentais aquelas células espaciais dinâmicas nas quais a organização herdada da natureza se sobrepôs ou instalou uma certa organização imposta pelos homens (AB'SÁBER, 1994).

vias de desenvolvimento; regiões em processo ativo de planificação regional; regiões de especulação agrícola; bacias urbanas; e por fim, regiões auto-organizadas ou de organização complexa. O Brasil consistia um país em que se podia encontrar toda essa tipologia de espaços geográficos e sociais diferenciados.

A classificação de Kaiser, para efeito de previsão de impactos, apresenta-se dividida da seguinte maneira: 1) espaços naturais predominantemente florestados; 2) espaços de especulação agrária em áreas de razoável desenvolvimento econômico e social, em grande contraste com a devastação das coberturas vegetais primárias; 3) espaços sob planejamento ativo, no Nordeste do Brasil e na Amazônia, com subsídios atomizados, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); 4) espaços dotados de bacias urbanas agigantadas pelo desdobramento histórico de redes urbanas, sob comando econômico e político de grandes metrópoles; 5) regiões auto-organizadoras que, em face de uma evolução histórica e econômica oportuna de aproveitamento de recursos naturais, foi possível adotar atributos e infra-estruturas modernizantes; 6) espaços de sutura e pioneirismo tardio; 7) espaços de organização incompleta, perturbados pelo ritmo e irregularidades do clima semi-árido quente; 8) espaços costeiros de especulação para lazer, turismo de temporada e segunda residência.

As regiões costeiras e de especulação para lazer e turismo, última classificação tipológica definida por Kaiser para efeito de avaliação de impactos nos países em desenvolvimento, consistem o objeto do presente trabalho. Ao longo da ampla faixa litorânea atlântica do país, desenvolveu-se um tipo de espaço superpartilhado e superdesejado para atividades múltiplas de lazer.

Balneários de diversos padrões de organização e em diferentes estágios de implantação ocorrem lado a lado com loteamentos especulativos, situados mais próximos ou mais distantes da faixa das praias. Cidades turísticas e balneárias com excesso de casas e apartamentos, enquanto se vende a imagem de uma natureza deslumbrante, mas que, na verdade, está totalmente comprometida pelos próprios planos de loteamento e urbanização; glebas à espera de valorização, condomínios fechados que privatizam praias ilegalmente e espaços de antigas colônias de pesca sendo invadidos ponto a ponto por residências de lazer, projetos de loteamento ou edificações à espera do aval dos órgãos de meio ambiente: são alguns dos processos selvagens de expansão de uma fronteira caótica de lazer na costa de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. (AB'SÂBER, 1994:44).

Todo o espaço costeiro brasileiro acabou comprometido pelos negócios imobiliários e pela sedução dirigida para pressionar populações tradicionais não capacitadas a entender o

significado do dinheiro na esfera do capitalismo anômalo. A faixa litorânea caracterizou a imagem de um sistema desigual de trocas, onde áreas de grande valor são compradas por pouco e vendedores ingênuos acabam-se tornando os futuros favelados das grandes cidades vizinhas. O conflito entre os diversos interesses em jogo, nesses casos, acaba por agravar ainda mais a situação. Em nenhum outro espaço físico e ecológico do país é mais necessário utilizar as técnicas e métodos de previsão de impactos do que nas regiões costeiras, onde se alternam setores turísticos, grandes aglomerações urbanas, postos e distritos industriais.

3. PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO

3.1 GLOBALIZAÇÃO E A NOVA FUNÇÃO DAS CIDADES

Com a Revolução Industrial as cidades reafirmam seu papel como centro de moradias, serviços e cultura e, aos poucos, vêm se adaptando às mudanças que incidem no mundo com a globalização. O conjunto de acontecimentos, processos e agentes externos de uma cidade terminam sempre por penetrar e influenciar o sistema urbano, independentemente se tais efeitos são desejáveis ou não. O advento da globalização aumentou a velocidade com que se sucedem essas mudanças externas, cujas inovações tecnológicas, alterações econômicas e socioculturais dificultam a previsão de suas implicações nas cidades.

Conseqüentemente, também no planejamento urbano torna-se difícil conciliar essas transformações com o processo construtivo de uma cidade. Por este motivo, é preciso identificar essas mudanças em curso e avaliar a importância dos impactos destas no desenvolvimento urbano. GÜELL (1997) afirma que dentre as mudanças ocasionadas pela globalização, as principais dizem respeito a aspectos geopolíticos, econômicos, sociais e tecnológicos. Tais mudanças interferem não somente as grandes cidades, mas também as pequenas e médias cidades.

No campo geopolítico, a situação atual se caracteriza por uma convivência contraditória entre as forças da globalização e as da fragmentação, por uma necessidade de as nações preservarem sua diversidade e soberania frente às pressões globalizadoras exercidas pelos agentes econômicos.

A nova ordem econômica, por sua vez, é determinada pela globalização dos mercados, pelo impulso de intercâmbios comerciais e aumento da competitividade empresarial, que pedem novas referências para o funcionamento das bases econômicas das cidades. Atualmente, torna-se necessária a melhoria do nível de competitividade das empresas locais, o aumento das inovações tecnológicas, a penetração nos mercados exteriores e a capacitação de mão-de-obra.

Por outro lado, a nova ordem econômica acarreta modificações nas estruturas sociais, já que impõe aos governos locais desenvolver uma política de prevenção e antecipação dos problemas sociais, intervindo em áreas que tradicionalmente seriam reservadas aos governos estaduais e regionais. A globalização da economia e introdução de novas tecnologias nos processos de produção, sem a aplicação de mecanismos corretores, tendem a aumentar as desigualdades sociais, a pobreza, o desemprego e a insegurança social.

O novo contexto tecnológico, caracterizado por aceleradas mudanças, requer que as pessoas sejam capazes de assumir e adaptar-se a esses avanços. As empresas e a própria sociedade necessitam desmontar paradigmas e desenvolver novos modelos que permitam recuperar a convivência social. Segundo BORJA e CASTELLS (2000), a revolução tecnológica, organizada em torno da tecnologia da informação, encontra-se no centro de todas essas transformações. O processo de globalização da economia e a comunicação modificaram nossas formas de produzir, consumir, informar e pensar, a partir da nova infraestrutura tecnológica.

El planeta es asimétricamente interdependiente y esa interdependencia se articula cotidianamente em tiempo real, a través de las nuevas tecnologías de información y comunicación, en un fenómeno históricamente nuevo que abre de hecho una nueva era de la historia de la humanidad: la era de la información.²¹ (BORJA e CASTELLS, 2000:21)

A capacidade de acumulação e reprodução capitalista passou a organizar a economia mundial segundo a interação e relacionamento entre os espaços urbanos locais, regionais e mundiais. De acordo com LOPES (1998), as mudanças decorrentes da globalização expandiram esse processo e criaram uma nova realidade econômica, social e política, onde as cidades ganharam novas funções em uma sociedade integrada em rede. Essa rede mundial é constituída a partir de centros específicos de controle da economia mundial, designados “cidades globais”²², que tendem a incorporar outros centros financeiros regionais e secundários na medida em que a escala do controle se expande.

As novas funções criadas para as cidades originaram o espaço das cidades mundiais, que se caracteriza pelo ambiente competitivo entre as cidades. Dentro deste

²¹ O planeta é assimetricamente interdependente e essa interdependência se articula cotidianamente em tempo real, através das novas tecnologias da informação e comunicação, em um fenômeno historicamente novo que abre de fato uma nova era da história da humanidade: a era da informação.

²² Expressão cunhada por Saskia Sassen em 1991, para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros, a partir dos quais se obtém um controle global dos mercados financeiros secundários, dado que o investimento estrangeiro ocorre cada vez mais segundo o mercado de ações e de títulos (COMPANS, 2001:106)

contexto, as cidades estabelecem entre si relações hierárquicas de poder, determinadas pela competição dos espaços. As cidades buscam a ampliação de seu espaço de comando e controle, a partir de especializações que lhes dêem uma vantagem competitiva para atingir uma abrangência de ação mundial, cujo sucesso definirá sua posição hierárquica.

Em contrapartida às novas funções de articulação e controle, as cidades passam a influir nas opções estratégicas das empresas a partir de posicionamentos urbanos, fiscais, econômicos e sociais. As ações estratégicas no âmbito das cidades são definidas dentro da lógica do mercado, em sobreposição à lógica do cidadão, que sempre comandou a evolução urbana. A característica principal desse processo é a primazia do global sobre o local na busca de vocações e especializações urbanas. (LOPES, 1998:38)

As novas funções da cidade mundial geram problemas inéditos a serem enfrentados, ao mesmo tempo em que abrem novos horizontes de desenvolvimento econômico e social. Tais problemas constituem expansões das funções normais da cidade, geradas pela globalização, de espaço local a centro articulador de economias regionais, nacionais e internacionais. A inserção da cidade no conjunto de economias interdependentes define a especialização de suas novas funções e as transformações a elas inerentes.

Veremos a seguir como as novas funções atribuídas às cidades influenciam no processo de planejamento urbano, gerando a reprodução de cidades-modelo cujo principal objetivo é tornarem-se atraentes para o capital e obter sua posição como “cidade global”.

3.2 ESTRATÉGIAS DAS CIDADES PARA AS NOVAS FUNÇÕES URBANAS

O planejamento urbano direcionado pelo Estado e executado no Brasil nas primeiras décadas do século XX fundamentava-se no controle racional e centralizado das políticas públicas urbanas. Na década de 1970 o planejamento urbano passou por uma série de questionamentos acerca do encaminhamento das ações realizadas no espaço. A urbanização acelerada originou a necessidade de maior mobilização de recursos por parte dos governos locais, que atendessem às demandas da população por serviços públicos. O nível de atendimento a essas demandas, segundo LOPES (1998), é definido pela competitividade da cidade na produção de bens e serviços, já que a capacidade de cobrança de impostos está diretamente vinculada ao ritmo de acumulação de riqueza. Torna-se necessário ampliar a

capacidade de acumulação de riquezas a níveis compatíveis com o crescimento dos tributos locais que são necessários para o atendimento dessas demandas.

Essa questão originou um novo modelo de planejamento fundamentado na idéia de cidade como máquina de produzir riquezas, onde o termo dominante é a gestão empresarial. O conceito de fundamentalismo de mercado vem sendo utilizado pelo neoliberalismo para referir-se a uma ideologia com pretensões universais e inquestionáveis que defendem o domínio absoluto da economia e do mercado sobre as esferas políticas, sociais e culturais do mundo globalizado.

A concepção de cidade como categoria funcional nos moldes da produção industrial acabou então substituída pela concepção mercadológica. Além da competição pela produção e consumo, declara-se uma disputa entre as cidades para tornarem-se espaços atraentes para o capital. Na análise de ARANTES (2000), tal pensamento se manifesta na convergência entre governantes, burocratas e urbanistas de que cada oportunidade de renovação urbana possa ser uma possibilidade de elevar vantagens comparativas das cidades no mundo global. Para tanto, torna-se indispensável a elaboração de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização.

ARANTES (2000) afirma que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e acumulação capitalista, sendo a configuração espacial urbana reflexo dessa relação com a reprodução do capital. Os efeitos da globalização sobre as políticas de ocupação do território urbano constituem dado essencial nos cálculos sobre como tornar uma cidade competitiva.

Nesta nova fase do capitalismo, as cidades passam a ser geridas e consumidas como mercadoria. O lugar representa um valor-de-uso para seus habitantes e valor de troca para os interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva. A cidade passa a ser vista como empreendimento e as políticas urbanas são então conformadas com o propósito de expandir a economia local e aumentar riquezas. Assim como a orientação e o controle da expansão urbana foram substituídos pelo impulso de crescimento, um novo tipo de profissional emergiu da metamorfose do funcionário público local: o planejador-empREENDEDOR.

ARANTES (2000) ressalta ainda que alguns elementos tomam força para dar sentido à “fórmula” de sobrevivência das cidades no mundo da competitividade extrema. O padrão

que vem proliferando consiste em processos de “gentrificação”²³: a conhecida “revitalização urbana” em zonas degradadas, possível graças à união entre o setor público e a iniciativa privada e encarregada de promover os investimentos privados com fundos públicos. Caracteriza-se por projetos dirigidos a gerar a promoção do “espetáculo” e da cultura – como negócio e mercadoria – e que transformam a cidade existente tornando-a mais atrativa para novos moradores, em substituição aos antigos habitantes, e mais interessante para o capital internacional.

... o seu cenário de origem vem a ser o do movimento de volta à cidade, no mais das vezes dando origem aos conhecidos processos de gentrification (ou “revitalização urbana”, conforme preferem falar seus promotores), em grande parte desencadeados pelo reencontro glamouroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital. (ARANTES, 2000:15)

O presente modelo de planejamento está embasado no chamado “culturalismo de mercado”, de forma que a cultura passa a constituir a âncora identitária da nova urbanística, tornando-se negócio e imagem, em uma nova fonte de acumulação de poder e dinheiro. LOPES (1998) confirma que na competitividade entre cidades constitui importante aspecto a infra-estrutura física e social, associada a uma identidade cultural marcante e que torne as cidades atraentes como local de vida. O espaço local é definido pela estruturação social e cultural, que caracteriza e diferencia uma cidade da outra.

ARANTES (2000) conclui que todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica em uma transferência de riquezas e chances de vida, do público em geral para grupos rentistas e seus associados. As cidades, na busca pela atratividade, cercam-se de aparatos culturais de alto padrão, mas somente aqueles que possuem condições poderão usufruí-los. O capital cultural incorporado nas cidades forja o seu futuro, reduzindo o futuro das áreas menos favorecidas.

Na opinião de VAINER (2000), atualmente a questão urbana tem como ponto central a problemática da competitividade urbana. Para o autor, no discurso do planejamento estratégico urbano, a cidade em seu conjunto e de maneira direta, aparece assimilada à empresa, entre os elementos que presidem o empresariamento da gestão urbana: a produtividade, a competitividade e a subordinação dos fins à lógica do mercado.

²³ O processo de “gentrificação” significa práticas de reapropriação de espaços pelo mercado através de operações urbanas que lhes conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientando-os para o consumo de camadas médias. Apresentados como espaços “revitalizados” para fins

Competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial.
Competir na atração de novas indústrias e negócios.
Ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços.
Competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada.
(World Economic Development Congress & The World Bank, 1998,
apud VAINER, 2000:77)

Agir empresarialmente na cidade significa tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas pelo mercado. Constitui a condição de transposição do planejamento estratégico da corporação privada para o território público urbano. Este projeto de cidade implica direta e imediata apropriação da mesma por interesses empresariais globalizados e depende do banimento da política, da dissimulação do “conflito” e da redução das condições de exercício da cidadania.

VAINER (2000) ainda afirma que a instauração da cidade como empresa constitui a negação da cidade enquanto espaço político, porque a tendência liberal é a de contrariar o sentido da democracia sempre que os interesses do mercado entram em conflito com os interesses democráticos. Para então construir política e intelectualmente as condições de legitimação de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local torna-se necessário gerar um “patriotismo de cidade” e um consenso entre os habitantes, por meio de um sentimento de identidade adquirido através da promessa de geração de empregos.

... a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço de política, como lugar de construção da cidadania. A reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada em uma luta travada em nome do auto-governo, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial. (VAINER, 2000:98)

O novo conceito de planejamento impõe a presença de novos atores, basicamente do setor privado. A parceria público-privado assegura que interesses do mercado estarão presentes, representados no processo de planejamento urbano pela participação direta dos empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e à execução das políticas urbanas. Tais parcerias permitem ao setor privado a satisfação de seus interesses junto ao poder público. Várias são as formas e os mecanismos de transferência dos recursos públicos (financeiros, fundiários e políticos) para os grupos privados: a participação privada em agências públicas e o surgimento da associação empresarial com o aporte de capitais por parte do poder público para financiar empreendimentos de grupos empresariais privados.

mercadológicos, neles a população original vivencia a “revitalização” como mecanismo gerador de expulsão e segregação social. (SÁNCHEZ, 2001:163)

Para LOPES (1998), a parceria entre os governos locais e a iniciativa privada nasce como nova necessidade. As cidades que permitem oferecer maior competitividade em termos globais às empresas privadas são as mais procuradas para a instalação dessas empresas, o que conduz a um processo de centralização das atividades econômicas. Cidades com fortes posições de mercado têm condições de atrair investimentos essenciais ao processo de acumulação. A mobilidade do capital passa a exigir dos governos locais constante apoio e suporte aos atores econômicos privados, o que conduz a limitações na administração do espaço urbano sob sua jurisdição.

A parceria público-privado desenvolveu-se em um parâmetro básico de competitividade, em função da necessidade de atração de agentes econômicos por parte das cidades. A gestão pública é cada vez mais condicionada pela lógica do mercado, sendo uma função essencial a sua capacidade de otimização da produtividade dos agentes econômicos localizados, ou que venham a se localizar no espaço da sua jurisdição. (LOPES, 1998:56)

Além da parceria público-privado, o *marketing* urbano ou *city marketing* constitui outro parâmetro de competitividade, que passa a ser determinante no processo de planejamento e gestão das cidades. Trata-se de uma tentativa de construção de uma imagem positiva da cidade, objetivando atrair investimentos e visitantes. Pode-se dizer que o problema que existe por trás do *marketing* urbano é o mesmo que se encontra em qualquer propaganda enganosa, em que as qualidades do produto a ser comercializado são exageradas e possíveis defeitos são escondidos.

Para MARICATO (2000), a dissimulação da cidade em publicidade e propaganda constitui uma representação: a construção da ficção. Para atrair investimentos, determina-se a necessidade de criar produtos urbanos, que podem ser, por exemplo, uma oferta cultural ou uma imagem de cidade segura ou atrativa. A venda da cidade deve estar baseada na venda dos seus atributos específicos, que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional. O governo local deve então promover a cidade para o exterior, através de uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e serviços. A cidade é apresentada com uma imagem de cidade justa e democrática, acompanhada da imagem de uma cidade segura. Mas a oferta de uma cidade segura não quer dizer, necessariamente, segurança para os que nela habitam: significa a criação de segurança e áreas de isolamento para os visitantes.

A pesquisadora SÁNCHEZ (2003) concorda que o *city-marketing* contribui para a produção de imagens e discursos referentes à cidade. Dessa maneira, são aprovadas as

estratégias de intervenção urbana que objetivam a construção do mercado e do espaço mundiais, impondo e justificando o novo discurso sob a égide da globalização.

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo. A construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político do Estado, perfila-se por meio dos processos de renovação urbana (como exigência da economia competitiva) e por meio da construção de imagem para inseri-la no mercado. Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de city-marketing importantes instrumentos de difusão e afirmação. (SÁNCHEZ, 2003:148)

Como forma de apoio ao seu discurso, os governos utilizam-se de investimentos em imagens simbólicas do *marketing* urbano internacional que guardam relações de semelhanças significativas entre si. Tal identificação, segundo SÁNCHEZ (2003), permite pensar que os processos de renovação urbana, as pautas para a gestão pública das cidades e o campo político-institucional para a atuação dos agentes guardam também semelhanças. A autora realiza uma análise de processos de renovação urbana a partir da década de 90 nas cidades de Barcelona e Curitiba, segundo as políticas públicas e estratégias de “venda” efetuadas nessas cidades. O estudo será visto ainda neste capítulo e leva a resultados convergentes acerca de como tais cidades vêm sendo “vendidas”.

O novo modelo de planejamento vem sendo propagado como única alternativa para fazer frente às novas condições impostas pela cidade capitalista e pela globalização. Analisaremos, em seguida, as origens do planejamento estratégico através dos estudos de GÜELL (1997). Veremos como ocorreu sua transição para o planejamento urbano e de que maneira tal processo foi aplicado em determinadas cidades, como variações em torno do mesmo modelo.

3.3 O MODELO ESTRATÉGICO DE PLANEJAMENTO DAS CIDADES

O conceito de planejamento estratégico foi extraído da prática militar e passou a ser utilizado como instrumento empresarial a partir da segunda metade do século XX, para posteriormente ser aplicado também nos processos de gestão e planejamento urbanos.

De acordo com GÜELL (1997), no que concerne ao campo militar, o termo “estratégia” pode definir-se como a arte de conduzir um exército até a presença do inimigo e dirigir as operações para atingir o objetivo desejado. Sua aplicação remonta às guerras das origens da história (há mais de 2300 anos), e tanto a estratégia militar antiga quanto a estratégia militar moderna e contemporânea apresentam um aspecto em comum, invariável através do tempo e da história: desenvolvem-se por contraposição de interesses, por antagonismo entre Estados.

A estratégia pode então ser definida a partir de um sentido elementar e universal, como uma astúcia para superar os obstáculos postos pela vontade do oponente. Onde existir antagonismo, haverá estratégia como método que permite hierarquizar e classificar ações para escolher com rapidez os procedimentos eficazes voltados a reduzir ou eliminar as contraposições ou antagonismos.

A aplicação dos princípios da estratégia militar na gestão empresarial deu-se efetivamente no período pós-guerra, momento em que as empresas tinham por objetivo transpor seus competidores e dominar o mercado. Segundo GÜELL (1997), nas empresas americanas Dupont de Nemours e General Motors foram incorporadas as primeiras estratégias (fixação de objetivos) e táticas (meios para alcançá-los) aos planos das empresas.

GÜELL (1997) define a estratégia empresarial como um modo sistemático de gerenciar mudanças na empresa com o propósito de competir em vantagem no mercado, adaptar-se ao entorno, definir os produtos e maximizar os benefícios. Trata-se de um processo reflexivo e criativo de elaboração de uma série de estratégias que buscam o crescimento, rentabilidade e eficiência da empresa, levando-se em consideração os aspectos fortes e fracos presentes, em consideração às ameaças e oportunidades futuras.

O processo metodológico do planejamento estratégico empresarial compreende o conjunto de etapas dispostas abaixo. O planejamento caracteriza-se mais como um processo circular, onde tais etapas podem ocorrer simultânea e muitas vezes, do que necessariamente como um processo seqüencial lógico, como mostra a **Figura 6**:

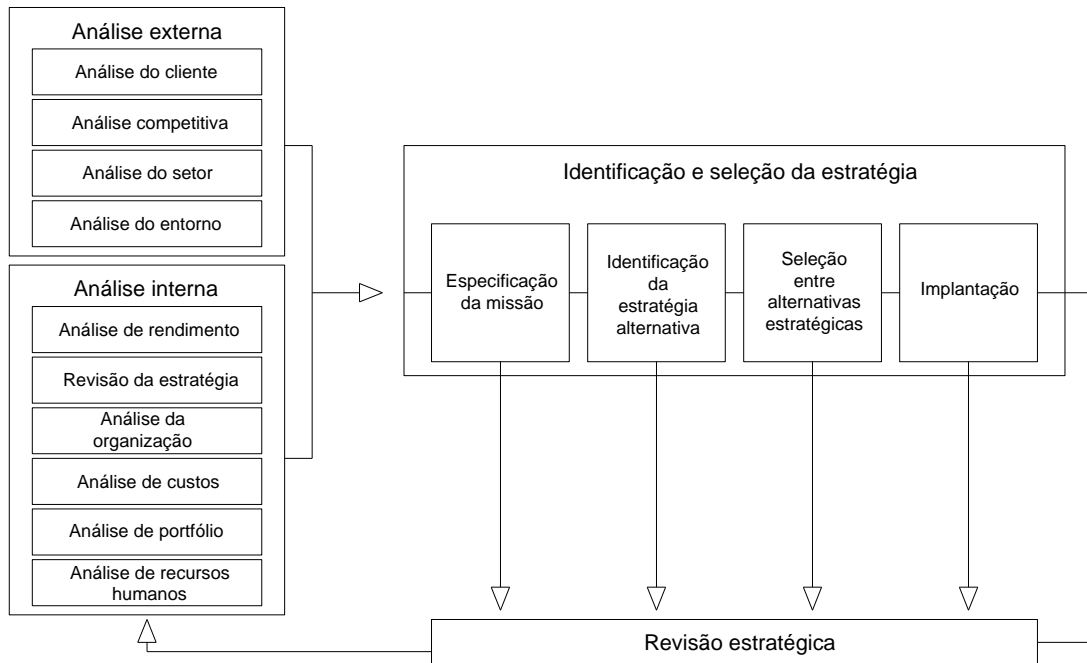


Figura 6 – Processo Metodológico da Estratégia Empresarial

Fonte: Aaker apud Güell, 1997:26

- **Análise externa:** implica no exame dos elementos exteriores relevantes para a empresa, com identificação dos riscos e oportunidades, presentes e futuras. Esta etapa se divide em quatro partes: análise do cliente, análise competitiva, análise do setor e análise do entorno.

- **Análise interna:** proporciona compreensão detalhada dos aspectos da empresa de potencial estratégico, com identificação dos pontos fortes e fracos, problemas e restrições. Esta etapa compreende, fundamentalmente, a análise dos rendimentos, da estratégia existente, da organização interna, dos custos, *portfolio* de produtos, recursos e limitações financeiras.

- **Especificação da missão:** a partir das análises anteriores, é possível identificar os objetivos e metas que se quer para o negócio, levando-se em consideração diferenciais alternativos relacionados às áreas de negócios da empresa, que a diferencie dos demais competidores.

- **Identificação de estratégia alternativa:** dedução de diversas alternativas estratégicas que facilitem a obtenção de vantagem competitiva da empresa, baseada, em geral, em torno de três elementos: diferenciação, baixo custo e concentração.

- Seleção entre alternativas estratégicas: entre os critérios de seleção cabe dar destaque para a sensibilidade ante as oportunidades e ameaças do entorno, a resposta aos objetivos da organização e a facilidade de execução.
- Implantação: plano operativo que contém objetivos específicos em curto prazo, necessidade de modificações na estrutura organizacional da empresa, que se adapte à nova estratégia.
- Revisão estratégica: determinar quando são necessárias a revisão e mudança de estratégias.

GÜELL (1997) aponta uma série de fenômenos que explicam a inserção dos fundamentos do planejamento estratégico em âmbito urbano:

1. O dinamismo derivado das mudanças econômicas e políticas e as inovações tecnológicas, acompanhadas das modificações socioculturais, vêm exigindo do planejamento urbano novas soluções.

2. Os gestores públicos são obrigados a se inclinar perante as exigências de competitividade dos diversos agentes sociais e econômicos, que constituem os atores da cidade.

3. A abertura dos mercados e a integração das nações em nível global têm incentivado a competitividade entre cidades, que exige do planejamento capacidade de antecipação e atuação ofensiva.

4. Por último, a complexidade e a inter-relação dos problemas das cidades demandam o enfoque multidisciplinar e intersetorial, para superar as limitações dos tradicionais planos setoriais.

O ritmo com que se sucedem as mudanças decorrentes do processo de globalização acarreta dificuldades e questões relevantes ao planejamento e à gestão urbana. GÜELL (1997) acredita que apesar dos equívocos conceituais cometidos nos primeiros planos estratégicos, realizados nas décadas de 1980 e 1990, os seus benefícios ultrapassam as desvantagens e podem ser de grande utilidade, se convenientemente utilizados. Ele defende de que para evitar a vulgarização do planejamento estratégico, é necessário inseri-lo nos processos tradicionais de planejamento físico, econômico e social.

Términos como orientación hacia la demanda, atractivo de la oferta urbana, posicionamiento competitivo y acciones de marketing, que hasta hace poco quedaban restringidos al ámbito empresarial, hoy son moneda común em las administraciones locales y regionales. Este naciente interés em el sector público por los conceptos de estrategia empresarial viene motivado no tanto por la corriente neoliberal em boga como por la magnitud y celeridad de los cambios socioeconómicos que estan afectando de forma significativa a nuestras ciudades. Esta situación há conducido a la exploración de nuevos enfoques em materia de planificación urbana que respondan a las exigencias emergentes, entre los cuales destaca la planificación estratégica por su novedad y su amplia difusión.²⁴ (GÜELL, 1997:17)

O autor afirma que o dinamismo do entorno tem produzido uma série de modificações relevantes nos instrumentos tradicionais de planejamento urbano, que capacite a atividade de planejamento a dar uma resposta ágil e adequada à nova realidade. Tais modificações abrangem a atividade de planejamento e gestão urbana, e são sintetizadas a partir dos seguintes pontos (GÜELL, 1997:51):

- Descentralização das competências urbanísticas: através da transferência das competências urbanísticas dos governos centrais aos periféricos, de forma a reforçar os governos regionais. Esta situação favorece a adaptação da legislação urbanística às peculiaridades de cada região, debilitando o planejamento centralizado.
- Participação dos agentes de desenvolvimento econômico nas decisões urbanísticas: através dos agentes econômicos públicos e privados que atuam de forma direta, por meio das suas atividades produtivas, ou indireta, por meio do desenvolvimento de infra-estruturas.
- Crescente participação dos movimentos sociais no urbanismo: através da intervenção da sociedade civil no processo de desenvolvimento urbano. Os movimentos sociais canalizam as preocupações e desejos dos grupos cidadãos.

²⁴ Termos como orientação segundo a demanda, atrativo da oferta urbana, posicionamento competitivo e ações de marketing, que até pouco tempo estiveram restritos ao espaço das empresas, são hoje comuns nas administrações locais e regionais. Este crescente interesse do setor público pelos conceitos de estratégia empresarial vem motivado não somente pela corrente neoliberal em voga, mas também pela magnitude e velocidade das mudanças sócio-econômicas que estão afetando de maneira significativa as nossas cidades. Esta situação tem conduzido à exploração de novos enfoques no que se refere ao planejamento urbano, que respondam às exigências emergentes, dentre os quais destaca-se o planejamento estratégico por sua novidade e ampla difusão.

- Aumento da rivalidade entre as cidades: a rivalidade entre as cidades para atrair atividades econômicas obriga os governos a utilizar todos os instrumentos a sua disposição, incluindo os que abrangem o planejamento urbano, como forma de aumento da competitividade e atratividade.
- Incorporação de inovações tecnológicas na gestão urbanística: o aperfeiçoamento dos sistemas de informações e automatização dos procedimentos administrativos permitem a utilização de instrumentos mais sofisticados, que facilitem a tomada de decisões complexas nas gestões urbanas.
- Maior exigência de transparência: os cidadãos já não admitem mais que os processos de planejamento e gestão urbana sejam elaborados e executados somente por um grupo de técnicos e agentes econômicos.

O conjunto de modificações acima citadas acarreta, por sua vez, a necessidade de novo enfoque metodológico e outros instrumentos de análise. Para GÜELL (1997) é necessário um projeto estratégico ambicioso que cumpra com dois objetivos: 1- orientar e articular as ações setoriais empreendidas conforme um programa global; 2- estimular o conjunto da sociedade para atingir um horizonte definido.

VAINER (2000) afirma que o planejamento estratégico aplicado às cidades e inspirado nos conceitos e técnicas derivados do planejamento empresarial foi originalmente sistematizado na Harvard Business School. Segundo seus precursores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Na prática, nasceu da implantação do neoliberalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra. O primeiro plano estratégico foi aplicado na cidade de São Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos, em 1982.

Na análise de LOPES (1998) quanto ao modelo de Harvard, o autor comprova que o arquétipo procura estabelecer a melhor forma de adaptação de uma organização ao seu meio ambiente. O modelo define as forças e fraquezas internas de uma organização frente às ameaças e oportunidades externas, levando em consideração o valor de sua administração e as responsabilidades sociais. As estratégias são definidas com o objetivo de obter vantagens em função das oportunidades e minimizar as fraquezas e ameaças.

O planejamento estratégico pode definir-se como uma forma sistemática de articular as mudanças, tendo por base uma ação integrada em longo prazo. Estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que comporta um risco, mas identifica o curso das ações específicas, formulando indicadores para acompanhamento dos resultados e destacando os agentes sociais e econômicos locais ao longo de todo o processo.

Não entraremos, neste trabalho, na questão dos métodos e técnicas do planejamento estratégico urbano. Trataremos o tema como estratégias de intervenção e gestão urbanas como meio para atrair investimentos e/ou visitantes e obter a posição das cidades em nível nacional e internacional. Analisaremos, a seguir, as estratégias de intervenções urbanas baseadas nessas premissas e colocadas em prática em três cidades: Barcelona, Curitiba e Rio de Janeiro.

3.4 VARIAÇÕES EM TORNO DE UM MESMO MODELO

3.4.1 BARCELONA E O CASO DA VILA OLÍMPICA

Barcelona é a capital da Catalunha, uma região cuja sociedade encontra-se em constante luta de auto-afirmação. Segundo os estudos de SÁNCHEZ (2003), tal fato contribuiu para a compreensão da posição política do governo da cidade, que buscou a transformação de Barcelona em “cidade-modelo” dentro da Comunidade Européia.

As intervenções estratégicas urbanas realizadas em Barcelona e que impulsionaram o seu projeto de cidade tiveram início na década de 1980, durante o governo de Pasqual Maragall pelo Partido Socialista. Maragall assumiu o poder em 1982 (após renúncia de Narcís Serra ao cargo de alcaide) e teve seu mandato revalidado por quatro vezes consecutivas, nas eleições de 1983, 1987, 1991 e 1995. Esta seqüência político-administrativa foi primordial para o sucesso do seu projeto de renovação urbana, que atingiu o auge com o projeto olímpico realizado para a futura sede das Olimpíadas de 1992.

No início da década de 1980, a política urbana adotada pelo governo municipal comprometia-se com o ideário de equidade e de justiça social na cidade. A avaliação feita por SÁNCHEZ (2003) mostra que nos primeiros anos do governo socialista verificou-se um

esforço, por parte da administração pública municipal, para garantir que os investimentos em infra-estrutura fossem também investimentos socialmente redistributivos, em termos de equalização das condições de vida urbana nos espaços da cidade. Prevaleceram as intervenções em pequena escala, efetivamente distribuídas em todas as áreas periféricas da cidade. Tratava-se de um “urbanismo defensivo”, que buscava basicamente resgatar a normalidade administrativa e a ética de gestão.

No final da década de 1980, iniciou-se uma etapa de aplicação de intervenções urbanas mais ofensivas na cidade. As reivindicações dos atores coletivos e o levantamento das necessidades dos bairros foram reconhecidos em alguns casos, sendo determinadas definições projetuais e prioridades para as obras. Entretanto, tal situação não se aplicou a toda a cidade: as reivindicações constituíram um dado a levar-se em conta no lançamento das intervenções urbanas, mas não consistia elemento único para o planejamento.

Em 1986, a nomeação de Barcelona como sede das Olimpíadas de 1992 consistiu em decisivo fator acelerador da modernização urbana e uma justificativa para o projeto de renovação urbana desenvolvido nos anos 1980 e 1990. O projeto girou em torno das grandes obras olímpicas de renovação (**Figuras 7 a 10**), elaboradas a partir da parceria da administração pública com os setores empresariais privados.

O que estava em disputa era o espaço político, o sentido dado ao espaço da cidade e o poder de cada instituição, pública ou privada, sobre fragmentos da cidade que estavam sendo renovados e que seriam inseridos num mercado cujas conexões eram trans-escalares: locais, regionais, nacionais e internacionais. É nesse período de profunda renovação urbana para os jogos olímpicos que é possível identificar a emergência da cidade-mercadoria, do espaço da cidade concebido e renovado para um mercado global, da cidade tornada uma marca, um emblema dessa transformação espacial. (SÁNCHEZ, 2003:237)



Figura 7 – Barcelona - Estádio da Vila Olímpica
Foto: Fernando Hayashi



Figura 8 – Barcelona - Estádio da Vila Olímpica e Torre Telefônica ao fundo
Foto: Fernando Hayashi



Figura 9 – Barcelona - Arena de Esportes da Vila Olímpica. Foto: Fernando Hayashi



Figura 10 – Barcelona - Torre Telefônica de Montjuïc/ Vila Olímpica. Foto: Fernando Hayashi

O alegado sucesso do “modelo Barcelona” favoreceu a difusão desse conceito de projeto aos planos desenvolvidos na América Latina e em particular no Brasil, permitindo identificar alguns pontos principais para os quais se voltam a ação política e os programas (SÁNCHEZ, 2003:319):

- A competitividade econômica, com políticas de apoio às empresas, a criação de emprego, a atração de investimentos e o *city- marketing*.
- A coesão social por meio de programas de fortalecimento da identificação dos cidadãos através de um “projeto de cidade”, com estímulo ao sentido de pertencimento, a integração de minorias, o bem-estar social.

- Uma melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente urbano, com vistas à construção da “sociedade sustentável”.
- A modernização da gestão, com programas relativos a finanças e impostos, com a participação do cidadão e atendimento ao cidadão.
- A melhoria da mobilidade através da gestão do trânsito, dos estacionamentos e dos transportes públicos.
- Infra-estrutura urbana e de telecomunicações com a modernização de portos, aeroportos, teleportos e com projetos e operações urbanísticas para a reestruturação urbana.
- A modernização e a expansão do turismo urbano.

O modelo de Barcelona foi difundido através de técnicas e procedimentos de “trabalho qualitativo”, onde são estabelecidos cenários futuros, imagens e tendências para as cidades, com ênfase na definição dos seus atributos e seu papel regional e internacional. Indicadores oferecem um panorama das ações políticas necessárias, criando “oportunidades” para as cidades: competição com outras cidades, expectativas relativas à qualidade de vida, cenários de competitividade econômica, infra-estrutura e meio ambiente, dinâmica demográfica, migrações e coesão social.

3.4.2 CURITIBA E SUAS INTERVENÇÕES URBANAS

A imagem de Curitiba como “cidade-modelo” deu-se no início dos anos 1970. Segundo SÁNCHEZ (2003), a população de Curitiba praticamente dobrou em uma década, no período que vai de 1960 a 1970, resultante da migração campo-cidade. Tornou-se necessário um Plano Preliminar de Urbanismo, feito em 1965, e que propunha diretrizes de uso do solo, transporte coletivo, localização industrial e áreas de lazer.

Os Planos Diretores seguintes, datados de 1966 e da década de 1970, apresentavam um modelo de expansão urbana por meio de eixos estruturais, ao longo dos quais propunha-se uma solução de transporte coletivo através de canaletas exclusivas para

ônibus. Outras propostas dos planos diziam respeito a padrões específicos de uso do solo, altura das edificações e atividades permitidas, além de uma zona especial para a promoção da industrialização.

O Plano Diretor da década de 1970 é marcado pelas intervenções que deram início à formação da imagem de cidade-modelo que girou em torno de Curitiba desde então: a recuperação do centro, com preservação do Centro Histórico e incentivo a determinadas atrações culturais e de lazer, a criação daquela que seria promovida como a “primeira rua de pedestres do Brasil” (o calçadão da Rua das Flores) e a criação dos primeiros parques urbanos.

As intervenções urbanas desta época caracterizaram Curitiba como símbolo de inovação, modernidade, eficiência e preocupação com o meio ambiente, legitimando a imagem da cidade como modelo e referência entre as demais cidades brasileiras. Tal imagem começou a se impor em escala nacional a partir da década de 1970, perdeu espaço apenas por alguns anos na década de 1980 e voltou com força política na década de 1990.

SÁNCHEZ (2003) declara que a história deste projeto demonstra a necessidade de conciliação do planejamento urbano com o atendimento dos interesses empresariais, na busca de uma hegemonia política que possa materializar o plano e alcançar a implementação das políticas urbanas. A autora coloca um conjunto de fatores explicativos para alcance do projeto:

1. A construção de uma coalizão de interesses das elites empresariais e políticas em torno do projeto de cidade e continuidade político-administrativa permitiram a implementação do plano. Tal continuidade deu-se através da primeira administração do prefeito Jaime Lerner, da Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1971-1975); seguida por Saul Raiz, do seu mesmo grupo político (1975-1979); para então uma nova indicação à prefeitura por Jaime Lerner (1979-1982).

2. A construção de um conjunto institucional orientado à implementação do plano e viabilizado por sua identificação com os principais atores do ideário desenvolvimentista e tecnocrático governamental da época.

3. A construção de uma imagem de cidade modelo, impulsionada pelo *city-marketing* e através da articulação entre política, cultura, mídia e planejamento

4. A identidade do projeto com o ideário associado a uma agenda global para as cidades, difundida nos anos 1990 a nível internacional.

A partir dos anos 1980, a política de planejamento urbano de Curitiba passou a apresentar novos atores. O novo governo surgido na época, regido por duas gestões do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (1983-1988) promoveu uma reorientação das políticas públicas urbanas, voltada para a urbanização das áreas periféricas e construção de equipamentos sociais. Além disso, inseriu-se o planejamento participativo, em oposição ao antigo planejamento tecnocrático. Apesar de a nova gestão política ter representado um período de ruptura com as gestões anteriores, não foi possível a consolidação de seu projeto político.

Os movimentos sociais de bairro e os movimentos sindicais tiveram emergência e fortalecimento como atores coletivos em Curitiba, questionando as políticas urbanas relativas à habitação, a transporte público e ao saneamento. Construíram, na época, ações políticas que foram capitalizadas pela oposição para desestabilizar a hegemonia da coalizão local da década anterior (SÁNCHEZ, 2003:161)

Em 1989, Jaime Lerner retomou a prefeitura da cidade, com o mesmo discurso político e tecnocrático de sucesso utilizado na década de 1970. A hegemonia de seu grupo político permaneceu durante toda a década de 1990. Conclui-se que, em trinta anos de governos municipais, somente um período (1983-1988) não foi liderado pelo chamado “lernismo”.

SÁNCHEZ (2003) afirma que é da década de 1960 a criação do instituto que elaboraria e colocaria em prática o plano de cidade proposto pelo governo lernista. O IPPUC- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba nasceu de uma comissão organizada para levantar os debates em torno do plano, e seu objetivo manifesto consistia em “preparar a cidade para o futuro”. A instituição caracterizou-se por uma linha de planejamento tecnocrático e funcional. A condição tecnocrática constituía parte de uma ideologia que colocava o conhecimento científico como detentor do destino da cidade e lhe conferia legitimidade como instrumento político.

Nesta mesma época, configurou-se uma aliança entre políticos e técnicos do planejamento da cidade com os empresários ligados aos grandes interesses privados. Esse conjunto compreende os atores a partir do qual é instaurado o projeto de cidade proposto. As mudanças espaciais promovidas pelo Plano Diretor sempre foram compatíveis com os interesses dos líderes empresariais da cidade, principalmente os vinculados aos setores industriais, imobiliários, de construção civil e transporte público. As políticas dos planejadores

mostram uma subordinação da técnica às necessidades e imperativos das empresas, através da violação de normas relativas ao uso do solo, com o objetivo de conceder a determinadas empresas os alvarás necessários para a construção de grandes empreendimentos.

O planejamento urbano em Curitiba não só não alterou significativamente as práticas espaciais dos atores privados, como parece ter contribuído para conferir uma vitalidade adicional a essas práticas, fazendo prevalecer os interesses corporativos diante do interesse público (SÁNCHEZ, 2003:172)

Curitiba teve a atração de indústrias como um dos principais condicionantes para a elaboração do Plano Diretor da década de 1960, idéia que originou a Cidade Industrial de Curitiba – CIC, caracterizada como uma política urbana para criação de um espaço favorável à realização dos interesses do capital industrial. Esta política urbana implicava na concessão de subsídios para atrair novos investimentos com a pretensão de mudar a face da economia urbana.

Os programas de atração de indústrias vinham acompanhados de uma ação comunicativa e veiculação de imagens de uma cidade diferente e evoluída das demais no que se refere a áreas de transporte, infra-estrutura e lazer. A construção simbólica da identidade da cidade a partir da oposição às demais foi fortalecida na década de 1990. A **Tabela 4** e as **Figuras 11 a 14** resumem as transformações nas políticas, intervenções e imagens que Curitiba sofreu desde a década de 1960:

PERÍODO/GESTÃO	POLÍTICAS	INTERVENÇÕES	IMAGENS-SÍNTESE
1971-1975 -Jaime Lerner 1975-1979 - Saul Raiz	Zoneamento/ transporte/ uso do solo/ atração de indústrias/ renovação do centro	Eixos estruturais / sistema de transporte de massa / Cidade Industrial de Curitiba	1. CIDADE PLANEJADA 2. CIDADE MODELO 3. CIDADE MODERNA E HUMANA
1979-1982 - Jaime Lerner	Transporte/ revitalização	Ampliação sistema de transportes/ renovação do Centro Histórico/ reciclagens de edifícios/ parques urbanos	4. CIDADE MODERNA E HUMANA
1989-1992 - Jaime Lerner	Políticas ambientais: reciclagem lixo, áreas verdes/ políticas de atração de empresas	Renovação sistema de transporte/ parques/ ciclovias/ equipamentos culturais e de lazer: Jardim Botânico, Ópera de Arame, Rua 24 Horas, Universidade Livre do Meio Ambiente	5. CAPITAL ECOLÓGICA 6. CIDADE DE PRIMEIRO MUNDO 7. CAPITAL DA QUALIDADE DE VIDA
1993-1996 - Rafael Greca	Política de equipamentação e animação cultural/ turismo urbano	Equipamentos culturais e de lazer: Faróis do Saber, "Ruas da Cidadania", "Memorial da Cidade"	8. CAPITAL DA CULTURA 9. CIDADE LUZ
1997-2000 - C. Taniguchi	Zoneamento/ uso do solo/ reestruturação industrial/ plano estratégico de gestão/ atração de empresas: comércio, serviços	Infra-estrutura viária/ contornos/ infra-estrutura de apoio às empresas/ empresariamento da gestão municipal/ eficiência de serviços	10. CAPITAL TECNOLÓGICA 11. MELHOR CIDADE PARA FAZER NEGÓCIOS
2001-2004 - C. Taniguchi	Atração de empresas/ políticas sociais		12. CAPITAL SOCIAL

Tabela 4 – Transformações nas políticas, intervenções e imagens de Curitiba
Fonte: Sánchez (2004)



Figura 11 – Curitiba – Ópera de Arame
Fonte: <http://www.curitiba.países-america>



Figura 12 – Curitiba – Sistema Integrado de Transportes
Fonte: <http://www.curitiba.países-america>



Figura 13 – Curitiba – Museu Oscar Niemeyer
Fonte: <http://www.curitiba.países-america>



Figura 14 – Curitiba – Jardim Botânico
Fonte: <http://www.curitiba.países-america>

Curitiba e o mito da cidade-modelo apresentam um discurso oficial veiculado na mídia nacional e internacional, como centro de experimentação de novos processos e centro difusor de novos valores. Uma das últimas imagens a ela associada consiste na de “melhor cidade brasileira para se fazer negócios”, reportagem publicada no ano 2000 pela revista nacional Exame.

3.4.3 RIO DE JANEIRO E OS PLANOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS

A cidade do Rio de Janeiro apresenta hoje o segundo Produto Interno Bruto (PIB) municipal do país, e é visitada por mais de 40% dos estrangeiros que chegam ao Brasil, consagrando-se como o maior destino turístico nacional. Situa-se entre as vinte cidades mais populosas do mundo, com rico acervo arquitetônico e inestimável patrimônio histórico, além das evidentes belezas naturais.

Apesar de apresentar condições positivas únicas, a intensificação urbana ocorrida após a Segunda Guerra Mundial decorrente do fluxo imigratório de outras regiões contribuiu para acelerar o quadro de carência e dificuldades nos setores de telecomunicações, saúde, transportes e segurança pública, que foram distribuídos de maneira diferenciada no espaço urbano. A situação piorou a partir da década de 1960, quando o então presidente Juscelino Kubitschek tirou da cidade a condição de Capital Federal e centro de poder decisório econômico-político. Segundo os documentos do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, seu primeiro plano estratégico surgiu com a justificativa de reverter este quadro negativo e destacar as qualidades da cidade.

O primeiro plano, intitulado “Rio Sempre Rio”, teve início em 1993 no primeiro governo do prefeito Cesar Maia, eleito em 1993 através do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O plano foi publicado em 1996, e foi um dos precursores desse tipo de planejamento no Hemisfério Sul. O Rio de Janeiro tornou-se uma das primeiras cidades a elaborar um plano estratégico como instrumento de planejamento, de pacto consensual entre governo municipal e iniciativa privada.

Em janeiro de 2001, ao assumir a prefeitura novamente, dessa vez pelo Partido da Frente Liberal (PFL), o governo de Cesar Maia recorreu mais uma vez a esse instrumento de planejamento. Foi lançado o Plano Estratégico II da Cidade do Rio de Janeiro, cujo título “As cidades da Cidade” sugere um estudo das diversas regiões do município e suas diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas.

Nesta nova fase, o foco deixou de ser a busca de uma nova identidade para fortalecer a cidade e inseri-la de forma competitiva no cenário mundial, mas encontrar meios que pudessem indicar os caminhos em direção ao futuro desejável para cada região e, a partir da articulação harmônica e conciliada desses caminhos, construir uma cidade mais solidária, com igualdade de oportunidades para todos. (Cesar Maia, Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 2003)

Neste segundo plano estratégico, o município foi dividido em 12 regiões, e cada região teve seus objetivos e estratégias definidas dentro da cidade, a partir dos seus potenciais (**Tabela 5 e Figuras 15 a 18**). O plano considera, separadamente, as características, tendências e aspirações de cada região. A partir dos objetivos centrais de cada uma delas, foram estabelecidas estratégias e formuladas propostas para as áreas, criando-se um modelo próprio para cada: os Planos Estratégicos Regionais. A escolha por este processo buscava retratar o cenário diversificado presente no Rio de Janeiro.

PLANOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	OBJETIVO CENTRAL
REGIÃO 1 - BANGÚ	Ser um pólo de ecoturismo e lazer, resgatando suas tradições histórico-culturais e desenvolvendo seu potencial industrial.
REGIÃO 2 - BARRA DA TIJUCA	Ser um pólo de negócios focado no turismo, lazer e serviços e um modelo de preservação ambiental.
REGIÃO 3 - CAMPO GRANDE	Ser o centro de referência para o ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica, pesqueira e agrícola, consolidando as diferentes expressões histórico-culturais da região.
REGIÃO 4 - CENTRO	Ser o centro de referência histórico-cultural do país, consolidando as vocações de centro de negócios, centro de desenvolvimento de tecnologia e principal centro de telecomunicações da América Latina.
REGIÃO 5 - GRANDE MÉIER	Voltar a ser a "capital dos subúrbios cariocas", como centro de comércio varejista e pólo prestador de serviços, com relevo na cultura e lazer.
REGIÃO 6 - ILHA DO GOVERNADOR	Ser a principal base de chegada do turista à cidade, preservando a qualidade de área residencial e incrementando as atividades esportivas, culturais e artísticas.
REGIÃO 7 - IRAJÁ	Ser o principal centro de abastecimento da cidade e um pólo formador de atletas, garantindo a tradição residencial e a qualidade de vida.
REGIÃO 8 - JACAREPAGUÁ	Ser o grande centro de eventos nacionais e internacionais, tendo como foco do desenvolvimento econômico o ecoturismo, a indústria de alta tecnologia, garantindo a tradição histórico-geográfica.
REGIÃO 9 - LEOPOLDINA	Ser uma região de bairros integrados, resgatando a relação de vizinhança, desenvolvendo-se a partir de indústrias de base tecnológica não poluentes.
REGIÃO 10 - TIJUCA / VILA ISABEL	Ser um grande pólo de lazer cultural, de ecoturismo, de desenvolvimento econômico focado no setor de serviços e comércio, garantindo a qualidade de vida.
REGIÃO 11 - ZONA NORTE	Ser o grande pólo de comércio e centro industrial não poluente, preservando e incrementando suas tradições histórico-culturais e características residenciais.
REGIÃO 12 - ZONA SUL	Ser a vitrine nacional e internacional do turismo, da cultura e do lazer, reforçando a imagem da maneira de ser carioca.

Tabela 5 – A diversidade do Rio de Janeiro e suas potencialidades.

Fonte: Plano Estratégico do Rio de Janeiro. Elaboração da autora.



Figura 15 – Rio de Janeiro/ Jacarepaguá – Autódromo de Jacarepaguá
Fonte: Plano Estratégico do Rio de Janeiro, 2004.



Figura 16 – Rio de Janeiro/ Tijuca – Maracanã
Fonte: Plano Estratégico do Rio de Janeiro, 2004.



Figura 17 – Rio de Janeiro/ Zona Sul – Cristo Redentor
Fonte: Plano Estratégico do Rio de Janeiro, 2004.



Figura 18 – Rio de Janeiro/ Centro – Catedral Metropolitana
Fonte: Plano Estratégico do Rio de Janeiro, 2004.

O plano buscou resgatar as tradições locais e estabelecer diretrizes de desenvolvimento local para as regiões, definindo sua contribuição no desenvolvimento da cidade. Na elaboração do plano, foi necessário estipular uma metodologia própria de trabalho, por tratar-se de um processo inovador na cidade, percebida como uma “soma de partes”, e não somente como um todo, como ocorre nas grandes metrópoles.

Em 2005, ao assumir a prefeitura do Rio de Janeiro pela terceira vez, novamente pelo PFL, Cesar Maia teve a possibilidade de dar continuidade ao plano estratégico iniciado na gestão anterior. Com vistas aos Jogos Panamericanos realizados na cidade em 2007, o prefeito ainda realizou a execução de obras e edificações direcionadas aos equipamentos esportivos como parte do processo de revitalização urbana da cidade, em uma versão brasileira do “modelo-Barcelona” visto neste capítulo.

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS: LIMITES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Até o presente verificamos, neste capítulo, como as mudanças, processos e agentes externos das cidades reforçados pela globalização, atribuíram a elas novas funções urbanas. O espaço, tornado global, impõe a necessidade de inserção das cidades a nível internacional e, para tanto, o planejamento urbano vem sendo direcionado com tal objetivo, através de estratégias urbanas voltadas ao mercado mundial.

Estratégias urbanas como as analisadas para Barcelona, Curitiba e Rio de Janeiro proporcionaram sua posição como cidades globais, mas ao mesmo tempo resultaram em impactos negativos em âmbito social, econômico e ambiental. Na conclusão deste capítulo, apontaremos alguns desses impactos negativos, segundo as colocações feitas pelos pesquisadores do planejamento estratégico.

As intervenções urbanas analisadas consistiram, fundamentalmente, de aparatos culturais e de um conjunto de serviços e comércio aliados a investimentos em infra-estrutura que visavam à atração de capital, principalmente internacional, e de usuários e visitantes. Na opinião de VAINER (2000), essas revitalizações urbanas não são direcionadas a todos os cidadãos: a abertura das cidades para o exterior é seletiva e usufruída por grupos específicos e qualificados:

O realismo da proposta fica claro quando nossos pragmáticos consultores deixam claro que esta abertura para o exterior é claramente seletiva: não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos do campo ou de outros países igualmente pobres; queremos visitantes e usuários solventes. (VAINER, 2000:80)

A pobreza e a violência urbana condicionam ou influenciam nas decisões dos agentes econômicos e na atratividade da cidade. Por este motivo, os pobres (nativos ou imigrantes) constituem demanda solvável para o planejamento estratégico, estando excluídos dessas áreas revitalizadas e, conseqüentemente, do próprio processo de planejamento. Tal situação resulta também da concentração excessiva de investimentos públicos nas áreas revitalizadas. Os governos locais, ao invés de priorizar o caráter social dos investimentos públicos, o fazem de acordo com os interesses privados.

A limitação de recursos leva a investimentos insuficientes nas regiões de pobreza, a favor da qualificação de áreas urbanas específicas que permitam a sua inserção global. Os

investimentos por parte do poder público no campo social foram abandonados pelas autoridades para priorizar os investimentos que visavam atrair parcerias com o poder privado. As cidades mundiais tornaram-se então fragmentadas, com áreas adequadamente atendidas em contraste com as áreas desamparadas.

A qualificação dessas áreas urbanas específicas favorece o desenvolvimento de novos centros urbanos que são determinantes no processo de segregação sócio-espacial. O centro da cidade é resultado do seu processo de crescimento, originário da divisão social do trabalho e da divisão territorial do trabalho. De acordo com MARICATO (2000), o poder público cria oportunidades para o surgimento dessas novas centralidades e ao mesmo tempo designa estratégias para evitar a circulação e apropriação do espaço pelas pessoas de baixo poder aquisitivo.

O Estado concede maiores benefícios para esses novos centros através da legislação. O zoneamento urbano concentra os privilégios da urbanização em determinadas áreas da cidade. Por exemplo, demandas exageradas de transporte coletivo em uma única direção. Dessa forma, o Estado valoriza essas regiões em detrimento das demais e a escassez de espaços nessas áreas favorece ainda mais sua valorização, expulsando alguns grupos sociais ou substituindo-os por outros, gerando uma cidade segmentada. Os centros urbanos, que deveriam ser vistos como espaço coletivo, acabam virando um privilégio para poucas pessoas. Os demais grupos sociais, sem alternativas, são obrigados a morar em cortiços, favelas e loteamentos que se situam nas periferias e onde a pobreza é homogeneamente disseminada.

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003:152)

A sociedade global caracteriza-se, por sua própria lógica de valores universais e potencial de geração de riquezas, em uma sociedade excludente, não só de cidades, mas também de espaços dentro das cidades. Segundo LOPES (1998), a busca de uma nova estrutura da sociedade urbana capaz de absorver e solucionar os problemas da globalização envolve limites de concentração e exclusão, proporcionais ao tamanho do espaço urbano e da população das cidades. Os centros das cidades mundiais apresentam concentração de poder e riqueza, que favorecem a inserção de agentes sociais competitivos

e integrados no espaço global. Paralelamente, essas mesmas cidades abrigam áreas de exclusão consideradas irrelevantes no planejamento estratégico, já que consistem populações que não participam do processo de formação de riqueza.

As ações globais e locais interagem no sentido de criar áreas de prosperidade e de irrelevância e exclusão em espaços urbanos contínuos ou separados, obrigando as novas formulações estruturais da sociedade. Por outro lado, as cidades assumem a função primordial de arena moderna para o desenvolvimento, os confrontos e as confluências dos atores principais da sociedade atual. (LOPES, 1998:60)

Essa realidade acaba por criar bairros com carência de empregos, comércio, serviços e infra-estrutura. A dinâmica de exclusão social tem como conseqüências a depreação ambiental pela ocupação de terrenos em zonas protegidas e os altos índices de violência e insegurança. As cidades mundiais consolidam a existência de espaços separados para os diferentes grupos sociais. O planejamento urbano ligado a uma cidade caracterizada pela segregação sócio-espacial reduz a diversidade que tradicionalmente caracteriza os núcleos urbanos e é marcado pela pobreza da vida social e pela ausência dos espaços públicos.

Ideologicamente, a região da cidade que concentra os investimentos públicos e as intervenções urbanas começa a se identificar como a imagem oficial e a representação da cidade. A cidade oficial consiste na parte onde o poder público oferece investimento em infra-estrutura, equipamentos urbanos, fácil mobilidade e acesso, constituindo o espaço da minoria privilegiada. A imagem desta área é utilizada para a “venda” da cidade e valorização imobiliária, na busca da imagem do “espetáculo” e na corrida do título de cidade global.

A segregação e exclusão sócio-espacial urbana vêm acompanhadas de outra conseqüência da cidade global: a exclusão econômica. Segundo LOPES (1998), a informatização criou duas novas condicionantes para o processo de desenvolvimento econômico: a dispersão geográfica da produção, em função da diversidade de localização de bens e serviços em termos mundiais; e a difusão tecnológica, que abre novas e significativas oportunidades de desenvolvimento para as diversas cidades. Essas duas condicionantes apresentam implicações importantes na estruturação da sociedade e acarretam novas demandas de qualificação do espaço urbano. Na opinião de RIZZO (2005), para integrar as cidades em suas posições na economia global, torna-se necessário também integrar e estruturar suas sociedades locais. “Sem uma base sólida nos cidadãos, os governos municipais não terão a força que é necessária para navegar naqueles circuitos globais”. (RIZZO, 2005:74)

As modificações no mercado de trabalho constituem o efeito mais importante da reestruturação da organização social e dos valores culturais da sociedade. À medida em que as cidades integram-se em maior ou menor grau à divisão internacional do trabalho, ocorre uma valorização daqueles que lidam com o trabalho informacional. Não estar integrado conduz a um desemprego crescente ou a uma possível desvalorização do trabalho.

A integração em rede, além de ser um poderoso acelerador do desenvolvimento local, é um processo altamente excludente para vastos segmentos da população, que se tornam irrelevantes do ponto de vista econômico. Essa exclusão envolve não só vastas regiões, englobando várias cidades, como também dentro das próprias cidades, adicionando mais um fator da nova divisão internacional do trabalho. A exclusão econômica induz à exclusão social. (LOPES, 1998:63)

A principal consequência desse mercado de trabalho excludente é a informalidade. A economia informal correspondia a um fenômeno secundário dentro da estrutura econômica das cidades, ligada basicamente à pobreza. LOPES (1998) conclui que com a nova divisão internacional do trabalho, a informalidade deixa de ser uma saída para a resolução dos problemas de geração de empregos e de formação de riqueza das camadas mais pobres da população, para ser um fenômeno de adaptação da sociedade aos novos requisitos da organização informacional.

O planejamento urbano das cidades globais acarreta ainda limites quanto ao papel do Estado na administração pública. Para atingir o *status* de cidade global o Estado passa a intervir pouco no planejamento. O modelo urbano estratégico baseado na lógica mercadológica insere empresários e empreendedores como atores políticos. O Estado perde a sua autonomia, que passa então a ser regida pelo mercado através da financeirização das economias e dos orçamentos públicos.

O Estado intervém minimamente nas decisões sócio-econômicas e os grandes atores políticos são empresários e investidores. Essa tendência na administração local se confirma no crescente processo de privatização das empresas públicas, na desregulamentação das atividades econômicas e sociais e na reversão dos padrões universais de proteção social. O poder local composto por políticos comprometidos com a perspectiva empresarial da cidade lança mão dos instrumentos necessários para tornar o espaço urbano mais atraente, baseando-se na flexibilização das leis de uso do solo e na crescente necessidade imposta pelo mercado de as cidades globais estarem constantemente inseridas no circuito do fluxo internacional de capital e informação. (AMÊNDOLA, 2002, disponível em <http://www.feth.ggf.br>, acesso em maio de 2006)

OLIVEIRA (2003) aprofunda esta questão alegando que o planejamento urbano regido pela lógica do mercado passa a ser constituído a partir do que ele denomina “Estado

de Exceção. As empresas se apropriam das políticas sociais, impondo novos critérios para as mesmas, pois necessitam da eficiência e da produtividade das políticas públicas, resultando em uma situação de exclusão social. O Estado, dessa maneira, torna-se supérfluo e passa a ser desempenhado como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. A exceção consiste no fato de que as políticas sociais não têm mais a concepção de mudar a distribuição de renda, pelo contrário, acabam transformando-se em “antipolíticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2003:09).

O autor conclui que as cidades constituem locais por excelência das exceções e o Estado constitui a administração da exceção. Nas relações entre o poder público e o urbano, a cidade reduz-se a um espetáculo onde todas as formas de planejamento almejam a supressão do conflito de classes, em busca da funcionalização da cidade. A sociedade brasileira, através desse processo, desenvolve-se caracterizada por uma situação de desigualdade social.

Se historicamente as relações entre o Estado e o urbano pautaram-se por um esforço de normatividade da relação capital-trabalho, cabendo ao planejamento enquadrar a exceção e transformá-la em norma, transformações radicais recentes na economia e sociedade brasileiras sugerem que a exceção parece ter enquadrado o planejamento. Às desigualdades históricas da sociedade brasileira vieram juntar-se aquelas advindas da reestruturação produtiva e da globalização, reformatando o mercado, funcionalizando a relação Estado-capital, transformando políticas sociais em antipolíticas de funcionalização da pobreza, erigindo em norma o que antes dela se afastava, pontuando um esforço teórico que transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção. (OLIVEIRA, 2003:09).

Não são de hoje as críticas feitas à administração pública brasileira que sugerem sua associação ao resultado de desigualdade social característico de nossas cidades. MARICATO (2000) destaca que o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito apenas a uma parte da cidade. A administração pública brasileira permite a exclusão sócio-espacial e a legislação urbana só é aplicada quando conveniente, com o objetivo de valorização do solo. “A ineficácia dessa legislação é de fato apenas aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos”. (MARICATO, 2000:147)

O Estado, além de perder sua autonomia perante a influência dos interesses do mercado, também acaba enfraquecido pelos novos condicionantes impostos pela globalização. Ao dar novo sentido para o local dentro do processo de integração, a globalização tornou conflituosa a relação entre os diversos níveis de governo.

Cidades e Estado apresentam interesses diversos, que enfraquecem o Estado e oferecem às cidades papel mais relevante. A deficiência da qualidade administrativa dos governos nacional, estadual e municipal conduziu a uma reestruturação geral do Estado, a partir da diminuição de suas funções em paralelo à privatização de suas instituições e serviços. Essa tendência abriu novas perspectivas de mobilização de recursos, mas criou dificuldades de gestão. Segundo MARICATO (2002), as propostas que enfatizaram a autonomia das cidades e a disputa entre elas para a atração de investimentos e prestígio, alimentaram a campanha de enfraquecimento do Estado-Nação ou, pelo menos, desviaram a atenção dos governantes e governados sobre as políticas nacionais.

Na Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU (Istambul, 1996) falou-se da necessidade de criação de uma OCU – Organização das Cidades Unidas, a exemplo da ONU – Organização das Nações Unidas. Uma multidão (sic) de argumentos procurava evidenciar a crescente importância e autonomia das cidades. “Não há prefeitos que têm mais prestígio que muitos presidentes?”, era um argumento muito ouvido. Aparentemente as cidades-estado estão de volta: poderosas e independentes (MARICATO, 2002:57).

Os governos locais, na visão de LOPES (1998), são os mais aptos a administrar a cidade na sociedade global porque possuem maior capacidade de representação e legitimidade com relação aos seus representados, e constituem agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais. Além disso, possuem maior flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobras em um espaço de fluxos econômicos entrelaçados, demandas e ofertas em constantes mudanças e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos.

A partir das colocações vistas até o presente, podemos então concluir que os resultados da aplicação do planejamento estratégico no espaço urbano apresentam nas cidades os seguintes limites potenciais e impactos negativos em meio social, econômico e ambiental:

1. Conflitos entre as diversas esferas de governo (cidades x Estado), devido à importância dada ao local no processo de integração global;
2. Perda da autonomia do Estado perante a influência dos interesses do mercado;
3. Concentração excessiva de investimentos públicos nas áreas destinadas à revitalização urbana, com conseqüente carência de investimentos públicos nas demais áreas;
4. Direcionamento dos investimentos públicos conforme os interesses privados,

- sem dar prioridade ao seu caráter social;
5. Conflitos entre as necessidades da população local e as intervenções urbanas voltadas à inserção global das cidades;
 6. Valorização imobiliária das áreas que sofrem revitalização urbana, com expulsão ou substituição de grupos sociais;
 7. Depredação ambiental decorrente da ocupação de terrenos em zonas protegidas, face à expulsão de alguns grupos sociais das áreas revitalizadas;
 8. Exclusão social;
 9. Segregação sócio-espacial;
 10. Fragmentação da cidade, com áreas corretamente atendidas em contraste a áreas desassistidas pelo poder público;
 11. Aumento do número de bairros com carência de infra-estrutura e serviços, caracterizados pela pobreza e pela violência urbana;
 12. Aumento da violência urbana e insegurança nos bairros excluídos;
 13. Exclusão do mercado de trabalho aos segmentos da população que se tornam irrelevantes do ponto de vista econômico;
 14. Desemprego e desvalorização do trabalho;
 15. Propagação do mercado de trabalho informal;
 16. Aumento das desigualdades, através do processo de concentração econômica, social e espacial.

No seguimento deste trabalho, veremos como os impactos negativos apontados como resultantes do planejamento estratégico refletem-se no caso do empreendimento Sapiens Parque. Para tanto, analisaremos as avaliações feitas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SC) e pelas empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do empreendimento, além da posição da comunidade local quanto à sua implantação. Ao final do trabalho, cruzaremos as informações obtidas com os critérios e objetivos de desenvolvimento sustentável designados por SACHS (2002) e vistos no capítulo anterior, segundo as dimensões de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

4. AVALIAÇÕES DO EMPREENDIMENTO SAPIENS PARQUE

4.1 AVALIAÇÕES DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

O primeiro projeto para o empreendimento Sapiens Parque, elaborado pela empresa Ecoplan, foi escolhido a partir de um Workshop patrocinado pelo grupo CERTI em 2002. O Workshop contou com a participação de arquitetos integrantes do núcleo do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SC). Segundo o documento com a avaliação crítica referente ao empreendimento (**Anexo 1**), expedido pelo grupo de arquitetos após a realização do Workshop, o Sapiens Parque apresenta singularidades que o torna um projeto único:

- Baseado nos conceitos de inovação, conhecimento e tecnologia;
- O empreendimento é proposto como um projeto ordenador, que não se limita somente ao sítio no qual está inserido, colocando-se como uma nova centralidade de requalificação urbana para Florianópolis, baseada na preservação ambiental e na busca de qualidade de vida;
- O projeto procura identificar as qualidades que tornaram Florianópolis uma cidade desejada, e desenvolver no conjunto de suas atividades a possibilidade de que se torne um ícone para a região, o país e o mundo;
- O empreendimento é apresentado como uma forma de superar a exclusão social.

Os arquitetos chamam a atenção para alguns elementos diferenciadores com relação ao terreno onde será implantado o empreendimento. Por tratar-se de área pertencente a uma empresa estadual e, portanto, de natureza pública, destaca-se a necessidade de identificar espaços públicos, atividades e equipamentos estruturadores que levem em conta as vocações de Florianópolis e os aspectos sociais do empreendimento. Além disso, o grupo chama a atenção para a localização privilegiada do terreno e questiona o projeto como a única possibilidade de reurbanização e de reestruturação urbana do Norte da Ilha. Os arquitetos ainda destacam o fato de o sítio de implantação do Sapiens Parque estar

localizado próximo ao Parque Florestal do Rio Vermelho e à Estação Ecológica de Carijós, sendo necessária sua integração a tais regiões de preservação.

Em entrevista concedida durante uma audiência pública realizada em junho de 2004 para a discussão do RIMA do Sapiens Parque a arquiteta Silvia Lenzi, participante do Workshop realizado em 2002, afirmou que o desafio do empreendimento é articular o projeto com a própria cidade. A arquiteta chama a atenção para o caráter público que deve ter o empreendimento, decorrente do fato de envolver recursos e investimentos públicos:

“Nós tivemos a oportunidade de conhecer esta proposta há dois anos atrás, e em um grupo de arquitetos formulamos alguns questionamentos em relação a esta proposta. Nós entendemos que é uma grande oportunidade para a cidade, mas o grande desafio deste empreendimento é a articulação do projeto com a cidade. Existe um autor argentino que fala que devemos construir cidades concretas para homens concretos, e é o que está faltando neste projeto(...) Nós não podemos mais ir na contra-mão da história do urbanismo no Brasil, que recentemente aprovou, nem tão recentemente, foi no ano 2001, o Estatuto da Cidade. Dentro do Estatuto da Cidade tem uma série de instrumentos, inclusive um que se chama Estudo de Impacto de Vizinhança, onde se prevê toda uma análise de empreendimentos de porte muito menor do que o projeto Sapiens, onde existe uma contrapartida *pra* cidade e *pra* sociedade em relação ao impacto que aquele empreendimento causa. Neste caso aqui o que aparece no RIMA, reconhecendo-se o impacto que tem, se remete toda uma responsabilidade ao poder público. Quando se fala em interesse público, eu gostaria de ter mais claro que interesse público é esse do projeto, quando a comunidade só fica com o ônus e não tem um benefício direto em relação a esta proposta.”(Arquiteta Silvia Lenzi, Entrevista à TV Justiça, 2004)

O grupo de arquitetos elaborou uma avaliação crítica ao modelo de projeto apresentado nas primeiras versões do Master Plan do Sapiens Parque, baseado em “clusters”²⁵ como unidade básica para a organização do espaço urbano. Estudos de casos de modelos semelhantes mostram aumentos nas taxas de desagregação comunitária, com conseqüente aumento da marginalidade, violência urbana e exclusão social. Além disso, a proposta de lagos artificiais como cenário dominante do projeto também foi considerada segregadora, já que o efeito resultante reforça a condição de isolamento das zonas-ilha criadas (**Figura 19**).

²⁵ Clusters (grupos, agrupamentos ou aglomerados) são concentrações geográficas de empresas de determinado setor de atividade e organizações correlatas, de fornecedores de insumos a instituições de ensino e clientes. (<http://www.hsm.com.br>, acesso em 19/12/2007)



Figura 19 – Master Plan Original do Sapiens Parque 2003
Fonte: EIA-RIMA Sapiens Parque (2003)

A concepção inicial do projeto do empreendimento mostrou-se inadequada para cumprir as idéias originais de programas propostos pelo Sapiens Parque. Os arquitetos realizaram as seguintes críticas ao Master Plan 2003:

- As dimensões e natureza pública do terreno obrigam o projeto a contar com atividades e equipamentos que garantam adequadas compensações à cidade;
- Os projetos iniciais consistem em repetições conceituais que poderiam estar em qualquer lugar do mundo, sem levar em consideração a contextualidade local;
- Os projetos constituem elementos isolados do seu entorno, tornando o parque um elemento desagregador e não integrador da estrutura urbana existente;
- A análise apresentada para o projeto não inclui o estudo do comportamento do entorno urbano imediato e do Norte da ilha, restringindo-se apenas ao terreno;
- Os projetos defendem a monofuncionalidade de atividades, que gera setores isolados entre si;
- A distribuição das atividades é feita com indiferença sobre o sítio de implantação e

dos requerimentos ambientais específicos para cada atividade;

- As zonas de urbanização possuem tamanho e conformação similar e homogênea, independente da atividade ali exercida e das condições do sítio;
- Não há definição de quais áreas concentram espaços públicos, semi-públicos e privados, e a solução prevista para articular entre si estes três níveis de apropriação;
- Não há esclarecimento a respeito de qual foi o suporte técnico selecionado e em que referenciais nacionais ou internacionais o projeto foi embasado.

O grupo de arquitetos defende a importância da articulação da cidade com as áreas verdes preservadas e os espaços públicos. Além disso, o IAB chama a atenção para a necessidade de vinculação do projeto com o mar e com terminais de transporte público, sem esquecer dos problemas de infra-estrutura viária e de serviços.

A monofuncionalidade deve dar lugar a atividades variadas, que permitam a celebração da cidadania e caracterizem a centralidade regional, conformando uma unidade que articule toda a região norte da Ilha. O compromisso do empreendimento deve ser o de “construir cidade”, e não somente criar um parque tecnológico com algumas atividades complementares para uso da população local.

4.2 AVALIAÇÕES DO EIA-RIMA 2003

O EIA-RIMA elaborado para avaliação dos impactos sócio-econômicos e ambientais do empreendimento Sapiens Parque apresenta por base um diagnóstico interdisciplinar, considerado a partir das relações entre o homem e a natureza na região de influência. A análise, de acordo com as empresas Socioambiental Consultores Associados Ltda e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente, responsáveis pelo estudo, parte das interações dos diversos grupos sócio-culturais ao longo do tempo, de forma a identificar transformações da realidade e possibilitar o estabelecimento de tendências e cenários.

A área de influência tida como base para os estudos apresenta-se definida, pelos responsáveis na elaboração do EIA-RIMA, a partir de três parâmetros: área diretamente afetada (ADA), área de influência direta (AID), e área de influência indireta (AII).

Consideraram-se áreas diretamente afetadas pelo empreendimento os 450 hectares situados na planície sedimentar do Distrito de Canasvieiras. A região caracteriza-se pela baixa declividade, fraca drenagem e ocorrência de remanescentes de restinga arbórea e banhados, e também reflorestamentos de pinus e eucalipto.

A área de influência direta delimita-se a partir da bacia hidrográfica do Rio Ratonos e também localidades do norte e nordeste da ilha que não são abrangidas totalmente por esta bacia (Ponta das Canas, Canasvieiras, Jurerê, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses, Santinho e Rio Vermelho). A região sofreria diretamente os efeitos do projeto, em particular no que tange à dinamização sócio-econômica e à infra-estrutura básica. De acordo com os realizadores do estudo, a delimitação desta área deu-se em razão das características sociais, econômicas, físicas e biológicas do local onde se pretende inserir o empreendimento, e das particularidades e dimensões do projeto.

Por fim, a área de influência indireta considerada é a que real ou potencialmente está sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação do parque, e abrange ecossistemas e sistemas sócio-econômicos que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

Em audiência pública realizada em 2004 para discussão do RIMA, a comunidade local criticou os critérios utilizados para delimitação das áreas afetadas pelo empreendimento. As colocações levantadas apontam que o relatório destaca as três áreas de influência acima especificadas, mas que se dedica efetivamente à apenas duas delas: a área diretamente afetada, que compreende o terreno de implantação do parque em si, e a área de influência direta, que compreende, basicamente, o Norte da Ilha. A área que compreende o restante da Ilha seria, dessa forma, ignorada pelo estudo de impacto feito. Destaca-se que um empreendimento de porte e repercussão como o Sapiens Parque, com previsão de alcance de quase 30 mil empregos diretos, não poderia ser tratado com tal classificação arbitrária. Além disso, o estudo também ignora a ligação do parque com o Aeroporto Hercílio Luz, que fica a 50 km ao sul do seu terreno de implantação.

Apesar das críticas existentes com relação aos critérios utilizados para definir a delimitação da área de abrangência do empreendimento na elaboração do EIA-RIMA, consideramos importante para a avaliação do projeto apresentar o levantamento dos impactos apontados pelo estudo. Dos 58 impactos potenciais localizados pelo EIA-RIMA, 13 deles ocorrem em meio físico (sendo todos negativos), 10 ocorrem em meio biótico (sendo 8 negativos), e 35 deles ocorrem em meio sócio-econômico (sendo 24 negativos e 1 tanto negativo quanto positivo).

Os impactos foram classificados conforme seu grau de abrangência em I (interno à área do empreendimento – total de 9 impactos), L (local ou entorno próximo – total de 7 impactos), R (regional ou Norte da Ilha – total de 29 impactos) e M (municipal ou metropolitano - total de 13 impactos). Os demais critérios para a classificação dos impactos dizem respeito à natureza do impacto (novo, ampliação ou antecipação), ao momento de ocorrência nas fases do empreendimento (planejamento, implantação ou ocupação), à forma de manifestação (direta ou indireta), ao grau de importância (alto, médio ou baixo), à magnitude (grande, média ou pequena), à persistência do impacto (temporário ou permanente), à manifestação (imediate, a médio ou longo prazo), à durabilidade (curto, médio ou longo), ao grau de reversibilidade do efeito (reversível, parcialmente reversível ou irreversível) e à possibilidade de mitigação e de compensação direta (total, parcial, nenhuma ou desnecessária).

Selecionamos aqui, alguns dos principais impactos identificados, relacionados na **Tabela 6** conforme o meio em que ocorrem (físico, biótico ou sócio-econômico), segundo os apontamentos feitos no EIA-RIMA e com suas respectivas ações de compensação ou potencialização. A **Tabela 6** mostra também os efeitos de cada impacto (P= positivo e N= negativo). A lista completa dos impactos em meio físico, biótico e socioeconômico pode ser conferida no **Anexo 2**. Nos textos que seguem, veremos o resultado deste estudo com maiores detalhes.

PRINCIPAIS IMPACTOS POTENCIAIS IDENTIFICADOS NO SAPIENS PARQUE		EFEITO	POSSÍVEIS AÇÕES DE MITIGAÇÃO/ COMPENSAÇÃO OU POTENCIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS
MEIO FÍSICO	Degradação da qualidade da água provocada pela drenagem	N	Tratamento das águas de drenagem através de zonas de banhado (Wetlands) e/ou infiltração.
	Poluição das águas pelo esgoto sanitário do empreendimento	N	Sistema de tratamento de esgoto próprio do empreendimento.
	Poluição das águas pelo esgoto sanitário da população induzida pelo empreendimento	N	Plano Diretor Participativo do Norte da Ilha; Ampliação dos sistema de tratamento público de esgoto; Melhoria da viabilidade econômica do sistema em função da redução de sazonalidade da demanda; Monitoramento e controle do manancial Ingleses/Rio Vermelho.
	Risco de perda de qualidade do manancial Ingleses/ Rio Vermelho por ocupação pela população induzida pelo empreendimento	N	Plano Diretor Participativo do Norte da Ilha; Monitoramento e controle do manancial.
	Demanda por jazidas externas (argila e pedra)	N	Realizar aterro de forma seletiva; Buscar fontes comerciais já licenciadas.
MEIO BIÓTICO	Proteção de ambientes originais (banhado e restinga arbórea) pelo Parque Natural	P	-
	Ocupação e fragmentação de ambientes naturais remanescentes na bacia, em função da pressão imobiliária	N	Programas de monitoramento e controle; Estabelecimento de corredores ecológicos; Elaboração do Plano Diretor participativo do Norte da Ilha e outras ferramentas de planejamento.
MEIO SOCIOECONÔMICO	Valorização imobiliária	P/N	Programa de prevenção contra especulação imobiliária; Programa de capacitação das comunidades.
	Saturação do Sistema Viário	N	Gestão diferenciada de horários de entrada/saída dos funcionários; Estímulo ao transporte alternativo e/ou solidário; Ampliação do Sistema Viário; Implantação de faixa exclusiva de ônibus.
	Geração de tráfego lento por transporte de cargas (aterro e materiais de construção)	N	Gestão dos horários de transporte de forma a reduzir o impacto nos horários de pico, inclusive nas pontes Ilha/Continente.
	Demanda de água do SAPIENS PARQUE	N	Reuso de esgoto tratado; Captura e utilização de água de chuva; Equipamentos economizadores de água; Monitoramento e controle do manancial Ingleses/Rio Vermelho; Ampliação do sistema de abastecimento previsto pela CASAN.
	Atração de infra-estrutura e serviços de telecomunicações	P	-
	Pressão sobre o sistema de transporte coletivo	N	Fornecimento de transporte próprio das empresas instaladas no Sapiens Parque; Horários diferenciados de entrada e saída de funcionários; Sistema de pontuação de sustentabilidade para transportes alternativos; Aumento da frota de ônibus e de linhas.
	Aumento da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer e de serviços sócio-educativos	P	-
	Adensamento de ocupações ao longo das vias, dificultando ampliações futuras do sistema viário	N	Plano Diretor Participativo do Norte da Ilha; Legislação de alinhamento e/ou declaração de Utilidade Pública das áreas estratégicas; Campanhas informativas; Definição de vias alternativas
	Risco de exclusão das comunidades locais frente às oportunidades criadas	N	Acessibilidade das comunidades aos equipamentos e espaços de lazer, entretenimento, cultura, esportes e serviços comunitários; Programas de capacitação comunitários; Política de absorção de mão-de-obra local.
	Expulsão da população local por aumento da especulação imobiliária no entorno	N	Programa de capacitação das comunidades locais; Programa de prevenção contra especulação imobiliária.
Aumento de violência por tensão sócio-cultural	N	Política de absorção de mão-de-obra local; Transporte diário de mão-de-obra da construção civil.	

Tabela 6 – Principais Impactos identificados pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque

Fonte: EIA-RIMA Sapiens Parque (2003). Elaboração da autora.

4.2.1 IMPACTOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM MEIO FÍSICO E BIÓTICO

Dentre os impactos em meio físico identificados pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque, destacam-se os que estão relacionados aos problemas de drenagem. Segundo estudos de hidrodinâmica do Rio Papaquara, que corre ao sul do terreno, boa parte da área de implantação do Sapiens Parque está sujeita a cheias periódicas. A análise das interferências causadas pelo empreendimento sobre a drenagem, em função da disposição do sistema de lagos do projeto, tornou necessária a revisão do antigo Master Plan de 2003. Segundo MASCARÓ (1994), os lagos podem funcionar como bacias de estocagem de água em áreas de inundação, quando necessário. Mas o RIMA apontou a inadequabilidade dos lagos, no momento em que interrompem os canais de drenagem existentes. Além disso, a redução da superfície de inundação e a maior impermeabilização do solo contribuem para diminuir o potencial de drenagem do terreno. Outro aspecto criticado no estudo diz respeito à necessidade de aterros nas regiões edificadas do empreendimento, decorrente do fato de tratar-se de área sujeita a inundação.

Com relação ao sistema de esgoto, os empreendedores prometem a solução imediata através do encaminhamento do esgoto gerado pelo empreendimento para uma rede coletora própria de tratamento, a Estação de Tratamento de Esgoto Sapiens (ETE-SAPIENS). O objetivo é promover o tratamento do esgoto gerado pelo parque para possível reuso não potável posterior. Entretanto, esta solução não é válida para o esgoto produzido pelos habitantes ou turistas induzidos pelo empreendimento (o RIMA estima cerca de 22.000 pessoas a mais que as estimativas sem o empreendimento em 2020). O Sapiens Parque alega que o sistema de esgotamento sanitário do Norte da Ilha, realizado através da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Canasvieiras e de outros sistemas particulares, já está defasado e não atende às demandas da população na alta temporada de verão. Dessa forma, segundo os empreendedores, a necessidade de ampliação da ETE de Canasvieiras tornar-se-ia imprescindível, independente da implantação do empreendimento.

Em meio biótico, os impactos principais consistem na supressão da área aberta e da vegetação aquática, decorrentes das escavações do lago e da implantação de aterros. O Sapiens Parque defende que tais áreas serão compensadas principalmente através da criação do Parque Natural, localizado ao sul do terreno, onde se pretende preservar o ambiente autóctone. Tanto este quanto os demais impactos negativos identificados em meio

biótico (como supressão e fragmentação de ambientes originais, pressão direta sobre a população de jacarés e perturbação do ambiente de lontras) apresentam como medida compensatória principal a criação e gestão de um Parque Natural.

Apesar da importância dos impactos em meio biótico internos à área do empreendimento e da eficiência das medidas adotadas pelo Sapiens Parque para sua mitigação, consideramos de maior relevância os impactos em nível regional e municipal. Um dos principais impactos negativos em meio biótico externos ao terreno diz respeito à ocupação e fragmentação de ambientes naturais remanescentes, em função da pressão imobiliária.

A valorização dos imóveis em razão da expectativa da implantação do empreendimento e mais concretamente a partir do início de sua real implantação torna as áreas de ambientes frágeis mais suscetíveis à ocupação humana, por parte de parcela da população menos favorecida economicamente, dada a valorização econômica das áreas mais adequadas para o processo de urbanização. Esta parcela da população, atraída por potenciais oportunidades de renda, ou simplesmente expulsa por pressão imobiliária das áreas já urbanizadas, não encontrando imóveis acessíveis em áreas adequadas, tende a ocupar áreas impróprias, como várzeas, banhados, beiras de rios e encostas, gerando prejuízos aos ambientes naturais remanescentes, à paisagem e, por vezes, com riscos à população (deslizamentos e inundações). (RIMA 7, 2003:32)

O Sapiens Parque coloca essa ocupação irregular como existente e tendencial na região e que o parque somente acarretaria a aceleração desse processo. Como meio de mitigação do impacto, o RIMA sugere a elaboração do Plano Diretor para o Norte da Ilha e de ferramentas de planejamento que possam estabelecer mecanismos legais de planejamento e gestão do espaço urbano, além de programas de monitoramento que garantam o cumprimento do zoneamento urbano. O RIMA cita também a implantação do Parque Natural do empreendimento como forma de compensação desse impacto.

Justificativa semelhante é apresentada ao constatar-se que a população induzida pelo empreendimento poderá colocar em risco a qualidade do aquífero de Ingleses e Rio Vermelho, principal manancial de água potável subterrâneo da Ilha. O RIMA coloca que a expansão urbana da região norte trata-se de um fenômeno crescente, que vem gerando ocupações indiscriminadas, legais e ilegais, de importantes áreas desse manancial. A especulação imobiliária tende a se aprofundar na região com a implantação do empreendimento, o que levaria a um aumento da demanda por áreas menos adequadas à ocupação humana e de menor valor, em virtude da saturação e/ou valorização econômica das áreas mais adequadas para a urbanização. A ocupação de áreas impróprias pode vir a comprometer a qualidade da água do manancial. Mas o RIMA afirma que tal processo já é

uma realidade, e como solução sugere a elaboração do Plano Diretor do Norte da Ilha e o monitoramento do manancial.

Mais que a metade dos impactos identificados em meio físico e biótico foram classificados como sendo de abrangência interna ou local à área do empreendimento. Já os impactos em meio sócio-econômico foram classificados em sua totalidade como sendo de abrangência regional ou metropolitana, como veremos a seguir.

4.2.2 IMPACTOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EM MEIO SÓCIO-ECONÔMICO

A valorização imobiliária da região norte da Ilha e também decorrente da implantação do parque, apesar de apresentar seus aspectos positivos, acarreta a dificuldade do acesso à moradia e expulsa as comunidades locais ou, como já citado no item acima, favorece a ocupação sobre ambientes naturais. Além disso, o incremento do custo de indenizações futuras, em casos de necessidade de desapropriações por parte do interesse público, também constitui uma consequência da valorização imobiliária.

Esses resultados sobre o meio sócio-econômico foram vistos no capítulo anterior como impulsionadores da segregação social urbana característica dos modelos de planejamento regidos através da lógica do mercado. Tais impactos negativos decorrentes da valorização imobiliária e apontados pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque foram justificados, mais uma vez, como um quadro tendencial para a região norte da Ilha:

Certamente o empreendimento contribui com estes aspectos, porém esta contribuição tem que ser relativizada frente às tendências atualmente observadas quanto a estes mesmos aspectos, uma vez que já são bastante fortes e crescentes. Estas tendências levam a projetar o Norte da Ilha em 2020 com uma população de aproximadamente 90 mil habitantes. As projeções com o SAPIENS PARQUE elevariam estes números em mais 6,5%, atingindo então aproximadamente 96 mil pessoas frente à população atual de aproximadamente 55 mil habitantes. A valorização dos imóveis derivada do aumento populacional é, portanto, devida antes ao tendencial do que ao empreendimento. (RIMA 7, 2003:44)

O RIMA alega que a valorização imobiliária e suas consequências em meio sócio-econômico são tendenciais e independentes da implantação do Sapiens Parque, onde o empreendimento influenciaria pouco e só teria a contribuir para esta valorização através da qualificação do espaço. Essa afirmação é dada perante a justificativa de que o projeto

acarretará melhorias de infra-estrutura, diferenciais de equipamentos, oportunidades, serviços e padrão do espaço, trazendo incremento significativo em curto e médio prazo.

O risco de expulsão da população local não é decorrente somente da especulação imobiliária, mas também das novas oportunidades criadas pelo Sapiens Parque. A criação e expansão de negócios consiste em um dos principais aspectos positivos levantados pelo empreendimento. Segundo o RIMA, o Sapiens Parque terá sua distribuição econômica definida pela realidade de Florianópolis, sendo cerca de 70% do empreendimento dedicado às atividades de serviços e 23% às atividades de comércio. Mais que isto, suas atividades são significativamente diferenciadas das atividades convencionais atuais, o que implicaria em uma ampliação da base de serviços e produtos, evitando a saturação.

Por outro lado, de acordo com o RIMA, toda a riqueza gerada aumenta o poder de consumo e das oportunidades de negócios fora do empreendimento, atingindo principalmente os setores mais convencionais da economia da cidade e sendo também beneficiados pelo empreendimento. Todos esses fatores favorecem para a diminuição da sazonalidade do turismo, que constitui a principal atividade econômica de Florianópolis e do Norte da Ilha. Entretanto, o RIMA não nega que tais oportunidades estão restritas somente a pequena parcela da população:

O padrão de sofisticação de um Parque de Inovação exige uma qualificação diferenciada da mão-de-obra em todos os níveis de formação. Portanto, apesar da grande geração de empregos propiciada, a absorção de mão-de-obra local e regional dependerá de sua capacitação e qualificação. O mesmo é válido para os empreendedores, inclusive aqueles que se encontram ou se instalarão nas comunidades do entorno. Por outro lado, se as comunidades locais não participarem destes benefícios, tendem a ser marginalizadas socioeconomicamente e até mesmo expulsas, pois o seu nível de renda poderá ser menor que o das populações migrantes, acarretando em dificuldades de acesso à moradia, serviços e bens de consumo. (RIMA 7, 2003:110)

Inclusive, a geração de empregos, levantada como o principal impacto positivo do empreendimento em meio sócio-econômico, tem seus efeitos locais reduzidos por esse mesmo fator. O RIMA faz uma estimativa completa do número de novas vagas de emprego que surgirão com a implantação do Sapiens Parque, desde sua fase de construção até sua fase de operação. O resultado mostra um número de 27.628 empregos diretos e de 41.441 empregos indiretos somente na fase de operação do empreendimento, em um total de 69.069 empregos diretos e indiretos para todo o aglomerado urbano de Florianópolis gerados nesta fase (previsão para o ano 2030).

O RIMA afirma que as estimativas de novos profissionais formados em nível médio e superior no aglomerado urbano de Florianópolis e que estarão disponíveis no mercado mostram que a capacidade de mão-de-obra local é suficiente para suprir as novas vagas de empregos diretos do empreendimento. No entanto, o RIMA deixa claro que “é importante lembrar que as contratações ficam por conta das empresas que irão se instalar no empreendimento, e estas seguramente irão obedecer a critérios de mérito e qualificação em suas contratações” (RIMA 7, 2003:36). O documento adverte, nesta e em outras passagens do texto, que tais benefícios nem sempre poderão ser usufruídos por todos, já que dificilmente essas empresas “estarão dispostas a contratar pessoas que possuam qualificação inadequada ou inferior a outra que não seja habitante do local, apenas obedecendo a critérios de origem ou critérios geográficos” (RIMA 7, 2003:36).

Tal situação repete-se para as demais fases do empreendimento como, por exemplo, para a mão-de-obra necessária na construção. O parque poderá trazer muitos empregos locais para o ramo da construção civil durante sua execução, mas o RIMA lembra que as empreiteiras de fora do aglomerado metropolitano de Florianópolis poderão trazer seu próprio quadro de trabalhadores, reduzindo esse impacto positivo do empreendimento sobre o mercado de trabalho local.

Além disso, a vinda de trabalhadores de fora do aglomerado urbano de Florianópolis, principalmente durante a fase de construção do parque, acarreta impactos sócio-culturais regionais de natureza negativa. São elas: o risco de introdução ou propagação de doenças tropicais ou sexualmente transmissíveis, o aumento do risco de exploração ou violência sexual e o aumento da violência por tensão sócio-cultural. O RIMA coloca que estes impactos poderiam ser mitigados através de políticas de absorção de mão-de-obra local e campanhas educativas.

Para o Sapiens Parque, a natureza diversificada do empreendimento amplia a base de oferta de mão-de-obra e de talentos, melhorando a competitividade local para ocupar as vagas criadas. O foco no conhecimento “cria um ambiente de inovação e capacidade, aumentando o acesso dos profissionais locais à qualificação necessária para competir com êxito pelos postos de trabalho criados” (RIMA 7, 2003:36). Por isso, o RIMA destaca que a inserção dos atores locais no mercado de trabalho do parque depende da oferta de cursos e qualificações para que se desenvolvam as competências necessárias para o desempenho de suas funções.

As questões abordadas acima colocam em dúvida o principal argumento a favor da implantação do Sapiens Parque, no que se refere à geração de empregos. Além disso, constatamos ainda uma última colocação: o RIMA estima somente a quantidade de empregos que será gerada pelo empreendimento, sem levar em consideração os empregos que serão eliminados com a presença do parque. Este estudo foi ignorado pelo Sapiens Parque, já que não foi cumprida a lei do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) que exige o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos desta dimensão.

Um segundo impacto positivo em meio sócio-econômico foi classificado pelo RIMA como de grande magnitude: o aumento da arrecadação de impostos. O RIMA faz um diagnóstico do potencial de geração direta de impostos para arrecadação municipal, estadual e federal. O resultado mostra um total de cerca de R\$ 1,56 bilhões de impostos gerados desde a fase de implantação até o início da operação do parque. Desses, cerca de R\$ 1,1 bilhões derivam da implantação, comercialização e equipamentos do parque, enquanto cerca de R\$ 436 milhões correspondem aos impostos anuais gerados pela sua operação (**Tabela 7**). Essas projeções correspondem a um valor futuro (para 2020), podendo sofrer variações e sendo os impostos da fase de implantação distribuídos em pelo menos 15 anos.

Fase	Tributos gerados consolidados	Período
Implantação e Comercialização	R\$ 603.059.530,00	Em 15 anos
Equipamentos	R\$ 525.010.200	Em 15 anos
Operação	R\$ 436.691.869	Anual*
CONSOLIDAÇÃO DOS TRIBUTOS GERADOS	R\$ 1.564.761.599,00	Acumulado**

*Após operação completa

**Até final de 1º ano de operação plena (não computados impostos gerados durante operação parcial)

Tabela 7 – Impostos gerados pelo empreendimento Sapiens Parque

Fonte: RIMA-1 Sapiens Parque (2003:28)

O RIMA afirma que dos R\$ 1,1 bilhões de impostos gerados ao longo de 15 anos através de implantação, comercialização e equipamentos do parque, 71% serão direcionados ao governo federal, 16% ao estadual e somente 13% ao governo municipal. Dos tributos arrecadados anualmente na fase de operação do empreendimento, somente 6% beneficiarão diretamente o município, o que corresponde a cerca de R\$ 26 milhões/ano. Em um comparativo com os impostos arrecadados pelo município em 2002, tal valor

significaria uma parcela de 10% dos R\$ 260 milhões em tributos arrecadados pelo município naquele ano.

O valor arrecadado em impostos inclui também tributos derivados do terreno para a implantação do empreendimento, de propriedade da CODESC. Entretanto, em momento algum o RIMA indica o ônus atribuído ao poder público pela concessão de um terreno público à iniciativa privada. Nem tampouco estima os custos das atribuições dadas ao poder público como requisito para a implantação do empreendimento.

Além da geração de empregos e do aumento da arrecadação de impostos, outros impactos positivos em âmbito sócio-econômico foram levantados pelo RIMA: aumento de ofertas de serviços especializados; qualificação da paisagem urbana; equalização do fluxo turístico ao longo do ano, com redução da sazonalidade; ampliação da capacidade de P&D (pesquisa e desenvolvimento); aumento da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer; aumento da oferta de equipamentos e serviços sócio-educativos e atração de infra-estrutura e serviços de telecomunicações. Entretanto, são válidas aqui também as críticas já feitas quanto à possibilidade de real apropriação dos equipamentos e serviços fornecidos no parque pela comunidade local.

Dentre os impactos negativos apontados pelo RIMA em meio sócio-econômico, constituem impactos de pequena magnitude a pressão que o empreendimento exercerá sobre os serviços e equipamentos públicos de educação, de saúde e de segurança. Destacam-se a saturação do sistema viário e a pressão sobre o sistema de transporte coletivo e o adensamento ao longo das vias, dificultando futuras ampliações viárias. Em todos esses casos, o RIMA coloca suas implicações como decorrentes do crescimento populacional no Norte da Ilha, sendo que a implantação do empreendimento somente aceleraria este quadro tendencial.

Da mesma maneira, a demanda de água da população induzida pelo empreendimento é apresentada pelo RIMA como parte de um processo tendencial de crescimento populacional. Segundo o RIMA, o Sapiens Parque será responsável por um incremento populacional no Norte da Ilha de 6,9% e um incremento no número de turistas de 45,5% (projeções para 2020). Nesse caso, o Sapiens Parque conta com as ampliações já previstas para a região pela Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) para não exceder o limite do sistema de abastecimento de água.

No que se refere à pressão sobre o sistema de energia elétrica, originada pelo incremento populacional e turístico, o Sapiens Parque também conta com as ampliações da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina SA) previstas para a região norte de Florianópolis. O RIMA afirma que a implantação do Sapiens Parque possibilitará um maior número de visitantes ao longo do ano e não somente na alta temporada, o que tornará os sistemas de infra-estruturas mais atrativos economicamente.

Tanto os impactos no sistema de distribuição de energia elétrica quanto no sistema de distribuição de água são ao terreno do empreendimento. Segundo o RIMA, as edificações do Sapiens Parque serão dotadas de sofisticados sistemas de economia de energia e de reuso da água, com o objetivo de redução de tais impactos.

4.2.3 ATRIBUIÇÕES DADAS AO PODER PÚBLICO

Nos textos anteriores, constatamos os principais impactos negativos e positivos em meios biótico, físico e sócio-econômico, relacionados ao empreendimento Sapiens Parque. Mais de 70% desses impactos foram identificados pelo EIA-RIMA como sendo de abrangência regional e metropolitana.

O impactos negativos identificados em meio biótico e físico e internos à área do empreendimento apresentam como meios de mitigação ações a serem desenvolvidas pelo próprio parque. Já os impactos que ocorrem além do terreno do empreendimento, em sua maioria originados pelo crescimento populacional e pela valorização imobiliária, foram tratados pelo RIMA como parte de um quadro tendencial da região. O RIMA coloca que as influências causadas pela implantação do parque seriam de pequena magnitude, dentro de um processo existente.

Com essa justificativa, o Sapiens Parque atribui uma série de ações como responsabilidade do poder público para a viabilização do empreendimento. Segundo o RIMA, parte destas atribuições já eram necessárias e previstas, independente da implantação do parque. Podemos verificar, por exemplo, que a principal compensação promovida pelo parque como forma de mitigação dos impactos em meio natural consiste na criação do Parque Natural, localizado ao sul do terreno, cujo objetivo principal é manter os ambientes autóctones. Entretanto, segundo o documento do RIMA, a implantação do

Parque Natural é de responsabilidade do poder público, assim como as demais atribuições abaixo (RIMA 9, 2003):

- Elaboração do Plano Diretor Participativo para o Norte da Ilha.
- Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Ratonos.
- Elaboração e do Projeto Executivo de macrodrenagem de Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus.
- Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de água do Norte da Ilha a partir do manancial Cubatão/Pilões.
- Execução do Projeto de Macrodrenagem de Canasvieiras e Cachoeiras do Bom Jesus.
- Término da duplicação da SC-401 até Canasvieiras.
- Duplicação da SC-403 (ou alternativa equivalente).
- Duplicação da Av. Luiz Boiteux Piazza.
- Implantação de passarelas, faixas de pedestre e semáforos na Av. Luiz Boiteux Piazza.
- Implantação das ações de cunho socioambiental durante a implantação e operação da primeira fase do empreendimento.
- Implantação da Subestação Interna do Sapiens Parque, ou ampliação da Subestação Ilha Norte, e Implantação da Subestação Ingleses.

O RIMA não contabiliza os custos atribuídos ao poder público, mas em setembro de 2006 o Sapiens Parque anunciou que o empreendimento tem potencial para atrair investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões. Até aquele momento, haviam sido investidos cerca de R\$ 3,5 milhões em recursos próprios dos acionistas e, somente para a primeira fase do empreendimento, a Prefeitura Municipal de Florianópolis teria de fazer investimentos de R\$15 milhões em infra-estrutura.

4.2.4 ASPECTOS LEGAIS

O licenciamento do Sapiens Parque compete ao órgão estadual Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Entretanto, por localizar-se dentro de um raio de 10 km da Unidade de Conservação Federal Estação Ecológica de Carijós, o licenciamento do parque depende da anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA). O terreno de inserção do empreendimento localiza-se dentro da zona de amortecimento da Estação Ecológica de Carijós, ficando sujeita a zoneamento e normas específicas de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais. Segundo o RIMA, o projeto do Sapiens Parque buscou contemplar as diretrizes impostas pelo Plano de Manejo da Estação Ecológica de Carijós.

O RIMA ainda afirma que o projeto encontra-se dentro das leis ambientais que regem a área, referentes ao Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, à preservação da Mata Atlântica e às áreas de preservação permanente.

Em audiência pública realizada em 2004 para a discussão do RIMA, o Procurador da República Valmor Alves Moreira completou os apontamentos levantados pela comunidade, tendo como preocupação principal os aspectos ambientais de interesse federal. O procurador contestou o Estudo de Impacto Ambiental do Sapiens Parque, com base em um relatório produzido em Brasília por técnicos da quarta Câmara de Coordenação e Revisão:

“Bom, a primeira questão é a questão ambiental, a repercussão nos rios de interesse federal. Afinal de contas, estamos em uma ilha, nós temos áreas de manguezais próximas, nós temos uma estação ecológica, nós temos outras unidades de conservação federal no entorno. Enfim, Florianópolis é uma ilha e muito sensível, com ambientes muito sensíveis. Então nossa primeira projeção de ocupação é sobre o prisma ambiental. Os impactos no sistema viário, os impactos sociais e econômicos, a população que vai ser atraída, a massa de trabalhadores que vão construir aqui, onde é que vão ficar? Enfim, são muitos pontos a serem esclarecidos.” (Valmor Alves Moreira, Entrevista à TV Justiça, 2004)

Apesar dos questionamentos apontados pelo Ministério Público Federal em 2004 com relação aos impactos ambientais, sociais e econômicos do empreendimento, em setembro de 2006 o projeto recebeu da FATMA a Licença Ambiental Prévia (LAP), que confere sua viabilidade ambiental. Como o terreno de implantação do projeto localiza-se em área urbana, o órgão competente (FATMA) pode autorizar o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos, desde que cumpra com o artigo 5 do Decreto 750/93, que oferece restrições a áreas urbanas que se enquadrem em um dos três casos abaixo:

1. Ser abrigo de espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção;
2. Exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
3. Ter excepcional valor paisagístico.

Segundo o EIA-RIMA do Sapiens Parque, sua área não se enquadra em nenhum dos três casos acima, de forma que suas restrições são condicionadas pelo Plano Diretor. Para a viabilização do Sapiens Parque, foram necessárias alterações na lei que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo da região. O Plano Diretor dos Balneários (Lei Municipal 2193/85) designava o terreno como Área Residencial Predominante 5 (ARE-5), com índices de aproveitamento e taxas de ocupação similares às do entorno. Tal índice permite construções de até 25 m de altura e 80% de lote edificado.

Esse zoneamento foi modificado pela Lei Complementar 134/04, alterando o zoneamento ARE-5 para: Área Mista Central Específica (AMC-e), Área Turística Exclusiva Específica (ATE-e), Área para Parques Tecnológicos Específica 1 e 2 (APT-e 1 e 2), Área de Serviço Suplementar Específica 1 e 2 (ASS-e 1 e 2), Área Turística Residencial Específica (ATR-e) e Área Comunitária Institucional Específica (ACI-e).

O novo zoneamento mantém a obrigatoriedade de ter-se ao menos 45% do terreno disponibilizado às áreas comuns (Áreas Verdes de Lazer, Áreas Comunitárias Institucionais ou Áreas do Sistema Viário e de Transportes). Além disso, o novo zoneamento estabelece índices e taxas iguais ou mais restritivas do que o zoneamento anterior.

As normas de zoneamento aplicáveis ao território do projeto trazem ainda o estabelecimento de novos dispositivos legais como, por exemplo (RIMA 5, 2003:03):

- Obrigatoriedade de manter 30 % da área dos terrenos sem impermeabilização;
- Previsão expressa sobre a existência de sistema completo de infra-estrutura de saneamento básico – coleta e tratamento;
- Previsão de meios de transporte alternativos (bicicleta e outros).
- Previsão de que ocorrendo a descaracterização do conceito do projeto Sapiens Parque o regime urbanístico da área voltará a ser regido pelo regime anterior.

O Sapiens Parque ignorou a obrigação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), exigido pelo Estatuto da Cidade. O RIMA coloca que a lei do Estatuto da Cidade “exige a realização de estudo de impacto ambiental (EIA) **ou** de estudo de impacto de vizinhança (EIV)” (RIMA 5, 2003:06).

O EIV tem o objetivo de contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população residente na área e nas suas

proximidades. O Sapiens Parque alega que o EIA tem escopo maior que o EIV, englobando este último. Entretanto, é sabido que o EIA e o EIV são complementares e um não substitui a elaboração do outro. Em seu artigo 36, o Estatuto da Cidade diz que os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de EIV para obtenção de licenças ou autorizações de construção serão definidos por lei municipal. Segundo o RIMA, até 2002 não havia em Florianópolis uma lei geral disciplinando o EIV, pelo qual estaria o Sapiens Parque dispensado.

4.3 AVALIAÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL

As questões abordadas pelo EIA-RIMA do Sapiens Parque incluem parte das questões levantadas pela comunidade local com relação ao empreendimento. O Sapiens Parque realizou uma ação de discussão comunitária junto a representantes de entidades comunitárias e organizações da sociedade civil de Florianópolis. Tal procedimento faz parte do processo de inserção socioambiental do empreendimento e foi realizado principalmente no ano de 2003, através de seminários e grupos de trabalho e discussão.

Dentre as observações apontadas pela comunidade e ainda não tratadas neste capítulo, destacamos a indagação quanto à possibilidade da realização de um plebiscito, como forma de constatar a posição da comunidade com relação ao empreendimento. O Sapiens Parque justificou a resposta negativa com a afirmação de que “não há opções melhores que as apresentadas para fomentar o desenvolvimento urbano de forma sustentável para a região”. (DOSSIÊ DE INSERÇÃO SOCIOAMBIENTAL, 2003:36)

Os atores sociais contatados levantaram ainda que os novos valores, decorrentes da migração e urbanização acentuadas, levam à perda dos costumes tradicionais e da identidade local. O empreendimento tem a oportunidade de reverter parcialmente este processo, através do incentivo ao resgate cultural e às tradições locais, identificando oportunidades de negócios locais e criando espaços culturais.

O desemprego e a desqualificação da mão-de-obra local, identificada pelo EIA-RIMA do empreendimento, consistem também algumas das principais preocupações da comunidade. O crescimento populacional, a sazonalidade acentuada do turismo, a distância do centro comercial e o declínio das atividades rurais e de pesca evidenciam o quadro do

desemprego na região. O Sapiens Parque promete a geração de empregos como forma de amenizar este quadro, mas terá essas expectativas frustradas localmente se não existirem programas de qualificação da mão-de-obra e empreendedorismo local. O empreendimento conta com parcerias e com a criação de módulos comunitários que visem tal qualificação.

A comunidade também apontou a carência de equipamentos e espaços públicos de cultura e lazer e a necessidade de atualização do Plano Diretor da região, levando em consideração a inserção do parque e a pressão sobre os ambientes naturais. Projetos alternativos antigos para o terreno de implantação do Sapiens Parque (como o projeto turístico Orla Norte ou o projeto de loteamentos residenciais) evidenciam a tendência de ocupação da área. Se tal ocupação é apontada como inevitável, as condicionantes do terreno evidenciam ao menos que o projeto de ocupação deve ter claro interesse público e responsabilidade socioambiental.

Na audiência pública realizada em 2004 para a discussão do RIMA, o representante da comunidade da Cachoeira do Bom Jesus afirmou que não há infra-estrutura no Norte da Ilha que dê suporte ao aumento do número de pessoas decorrente da implantação do parque. Outra crítica apontada na audiência é de que a maioria das condicionantes do Sapiens Parque são remetidas ao poder público, como já comentado em textos anteriores. (ENTREVISTA AUDIÊNCIA PÚBLICA TV JUSTIÇA, 2004)

Por fim, segundo a Resolução 001/86 do CONAMA, o RIMA “deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão.”(RESOLUÇÃO CONAMA 001/86). O RIMA do Sapiens Parque trata-se praticamente de uma cópia do EIA, com a supressão de um dos capítulos. A complexidade do documento acaba dificultando a compreensão da comunidade local em relação aos verdadeiros impactos do projeto.

4.4 AVALIAÇÕES DO MASTER PLAN 2005

As críticas feitas pelo IAB em 2002 associadas às considerações da comunidade e aos impactos identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de 2003 influenciaram a concepção do novo projeto para o parque, que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Cepa. Através de uma análise do projeto apresentado em 2005, podemos constatar a preocupação em delimitar gradientes de ocupação no sítio de implantação do empreendimento, definidos

conforme a fragilidade do ambiente natural (**Figura 20**). Segundo esse conceito, o terreno foi edificado a partir dos três gradientes de ocupação, paralelamente ao Rio Papaquara (ao sul do terreno), do menos edificado ao mais edificado (**Figura 21**).

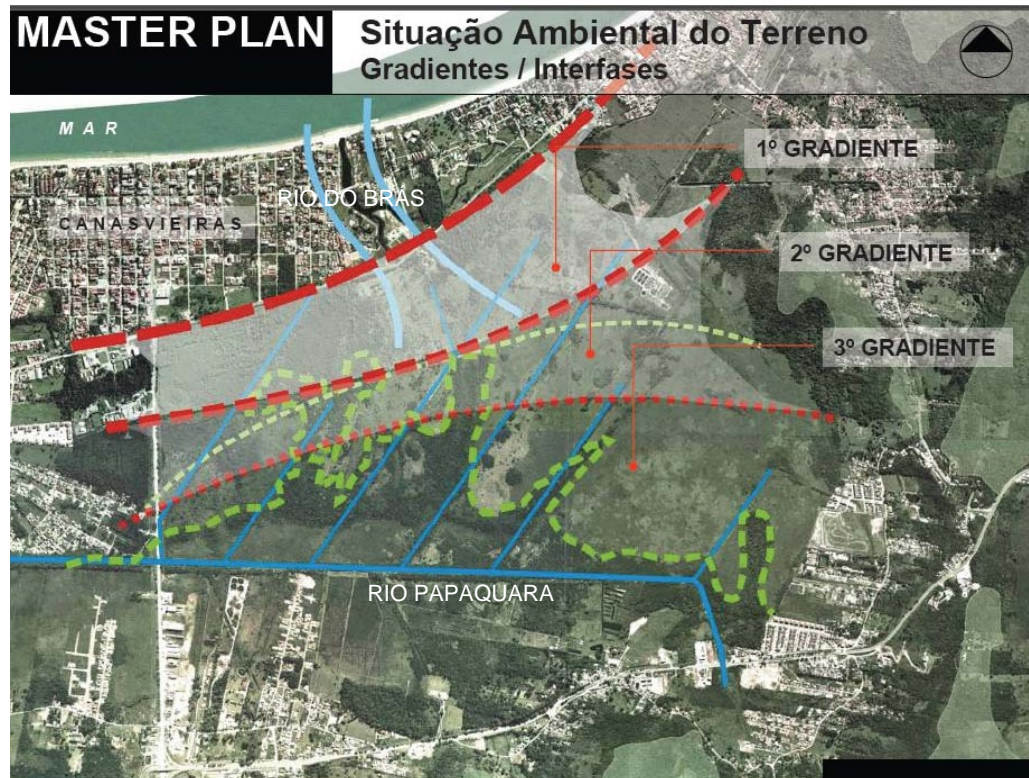


Figura 20 – Gradientes de ocupação do terreno de implantação do Sapiens Parque
Fonte: Master Plan Sapiens Parque 2005

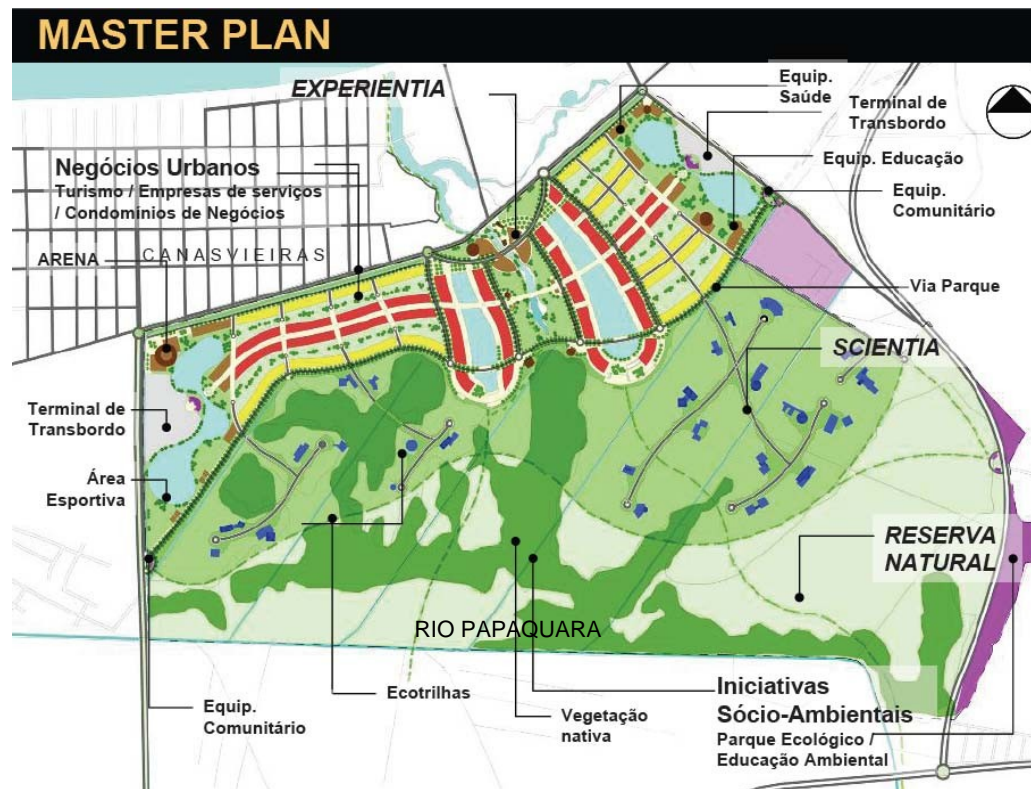


Figura 21 – Implantação Master Plan Sapiens Parque 2005
 Fonte: Master Plan Sapiens Parque 2005

Como podemos observar na **Figura 21**, outra preocupação do novo projeto consistiu em não obstruir os canais de drenagem pelo desenho dos lagos artificiais. No novo Master Plan, pode-se observar a preocupação em manter intactos os principais remanescentes vegetais do terreno, aproveitando as demais áreas para as edificações. O projeto mantém o Parque Natural ao longo do Rio Papaquara como reserva e compensação ambiental, onde seriam realizadas as iniciativas sócio-ambientais do empreendimento.

As áreas mais edificadas localizam-se junto à Av. Luiz Boiteux Piazza (ao norte do terreno, paralela ao Rio Papaquara), e conformam-se a partir dessa rua, interligando o módulo Experientia e o centro cultural e de eventos (**Figura 21**- ao centro, em marrom) com as edificações direcionadas aos negócios urbanos - turismo e empresas de serviços (**Figura 21**- em amarelo e vermelho). Entretanto, o espaço dedicado a equipamentos públicos comunitários de saúde e educação (**Figura 21**- nos extremos, em marrom) ainda aparece em segundo plano no projeto, localizado nos cantos do terreno, inclusive próximos às estações de transbordo do empreendimento. O módulo Scientia opera no segundo gradiente de ocupação, com edificações isoladas (**Figura 21**- em azul escuro), localizadas nas áreas onde a vegetação autóctone é menos incidente. A **Figura 22** mostra a perspectiva

com a implantação completa do Master Plan 2005 do Sapiens Parque. Outras imagens desta versão do projeto podem ainda ser visualizadas no **Anexo 3**.



Figura 22 – Perspectiva Master Plan Sapiens Parque 2005
Fonte: Master Plan Sapiens Parque 2005

O Master Plan 2005 mostra-se mais efetivo na tentativa de inserção do projeto no contexto urbano existente, ao levantar o conceito dos gradientes de ocupação e ao levar em consideração o entorno edificado e viário na sua concepção. Apesar da visível melhora do projeto urbano e arquitetônico do Master Plan 2005 em relação ao projeto apresentado em 2003 pela Ecoplan, podemos verificar que o projeto ainda reforça pouco o caráter público que deve ter, ao privilegiar a posição dos setores privados em detrimento aos equipamentos públicos e comunitários.

O projeto não apresenta articulação desses equipamentos públicos e comunitários com o contexto urbano e o Parque Natural, o que coloca em dúvida a real apropriação da população local de uma área que deveria caracterizar-se como um grande parque público.

4.5 DIAGNÓSTICO FINAL: AVALIAÇÃO DOS LIMITES

No início do trabalho colocamos que nosso objetivo principal seria analisar o Sapiens Parque como política urbana para a região metropolitana de Florianópolis, apontando os limites do projeto no que diz respeito à principal proposta do empreendimento: o desenvolvimento baseado na sustentabilidade social, econômica e ambiental. A partir das análises feitas até o presente do empreendimento e das conclusões parciais relacionadas aos grandes projetos urbanos do capítulo anterior, podemos apontar alguns dos limites do projeto Sapiens Parque como proposta de desenvolvimento sustentável. Esses limites foram identificados segundo as dimensões, critérios e objetivos de sustentabilidade vistos no Capítulo 2, e estão esquematizados na **Tabela 8**. Para esta avaliação, separamos os limites relacionados à sustentabilidade ambiental das demais sustentabilidades (social, cultural, territorial, econômica e política).

DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE	AVALIAÇÃO DOS LIMITES DO EMPREENDIMENTO SAPIENS PARQUE COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ECOLÓGICA/ AMBIENTAL	<p>* A pressão imobiliária e a expulsão de alguns grupos sociais podem levar à ocupação de zonas ambientalmente protegidas do entorno, causando conseqüente depredação ambiental e fragmentação dos ambientes naturais remanescentes.</p> <p>* O terreno de implantação do Sapiens Parque localiza-se em área de fácil inundação. A redução da superfície de inundação decorrente da construção das edificações e a maior impermeabilização do solo contribuem para diminuir o potencial de drenagem do terreno.</p> <p>* A redução do impacto ambiental proveniente da construção dos aterros necessários para as edificações depende da realização de aterros seletivos, que diminuam a utilização dos recursos naturais não-renováveis para tal fim.</p> <p>* A integridade do manancial Ingleses / Rio Vermelho depende de investimentos públicos em infra-estrutura e do planejamento, fiscalização e monitoramento da região e do aquífero para que não sofra danos oriundos do empreendimento e da população induzida por ele.</p>
DEMAIS SUSTENTABILIDADES (SOCIAL, CULTURAL, TERRITORIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA)	<p>* O projeto não prioriza o caráter social e público a que se propõe, colocando como primárias as atividades destinadas aos interesses privados e como secundárias as atividades, espaços públicos e equipamentos relacionados aos aspectos sociais. Conseqüentemente, os investimentos públicos necessários para a viabilização do parque (terreno de implantação e investimentos em infra-estrutura) também priorizam o caráter privado do empreendimento.</p> <p>* A concentração de investimentos públicos no Norte da Ilha ocasionará provável fragmentação da cidade, uma vez que outras áreas carentes de infra-estrutura ficam desamparadas pelo Poder Público. A tendência é a valorização da região de implantação do parque devido às melhorias em infra-estrutura, enquanto ocorre o aumento do número de bairros com carência de infra-estrutura e serviços, caracterizados pela pobreza e pela violência urbana.</p> <p>* A valorização imobiliária da região do entorno do parque acarretará provável expulsão e substituição das comunidades locais.</p> <p>* O projeto somente cumprirá sua proposta de superar a exclusão social se priorizar os aspectos sociais do empreendimento e através de programas de capacitação comunitária e de melhorias nos serviços e equipamentos públicos de educação.</p> <p>* A implantação do parque acarretará o aumento populacional na região norte de Florianópolis. A situação atual mostra que a região já apresenta carência de infra-estrutura (sistema viário, esgoto, água, energia), não comportando o aumento da demanda sem o devido planejamento.</p> <p>* Exclusão econômica e desvalorização do trabalho das comunidades locais frente à necessidade da mão-de-obra qualificada imposta pelo Parque. A garantia de novos empregos para a comunidade local em todas as fases do empreendimento depende de políticas de absorção de mão-de-obra local.</p> <p>* O modelo de planejamento baseado na lógica do mercado reforça a produção e reprodução de desigualdades, através do processo de concentração econômica, social e espacial.</p>

Tabela 8 – Limites do Projeto Sapiens Parque rumo ao desenvolvimento sustentável. Elaboração da autora.

Os limites apontados na **Tabela 8** resumem as principais avaliações feitas até o presente pelos atores envolvidos no projeto Sapiens Parque, e mostram que a proposta urbana é ainda restrita no alcance efetivo do desenvolvimento sustentável. De maneira geral, podemos constatar que o projeto Sapiens Parque coloca-se como promotor do desenvolvimento sustentável a partir, basicamente, de cinco aspectos principais:

1- Preservação dos ambientes naturais do terreno de implantação, através do Parque Natural e do conceito de “gradientes de ocupação” adotado para as edificações do empreendimento (Master Plan 2005 do Sapiens Parque).

2- O parque promete a construção de edificações sustentáveis, com economia de energia, reuso da água e estação particular de tratamento de esgoto.

3- O projeto tem como um dos conceitos a indústria da tecnologia e da informática, considerada uma indústria “limpa” e própria para regiões de rico ambiente natural, como Florianópolis.

4- O parque propõe-se como promotor do turismo sustentável, através da educação ambiental e do turismo ecológico, tendo como base um conjunto de equipamentos de lazer, cultura, educação, esportes, saúde, eventos e gastronomia.

5- O parque tem como uma das metas a geração de empregos e diminuição da exclusão social.

Entretanto, muitos dos aspectos acima relacionados, quando não se dedicam exclusivamente à área de implantação do terreno, ignorando as demais regiões de abrangência do projeto, apresentam limites que impedem sua real efetivação.

As diretrizes de sustentabilidade urbana delimitadas pela Agenda 21 Brasileira defendem que é necessário um planejamento urbano que coloque restrições ao crescimento não-planejado ou desnecessário. Carências de infra-estrutura e a ocupação de ambientes naturais na região norte da Ilha mostram que o projeto do Sapiens Parque deve ser articulado com um Plano Diretor para toda a região, capaz de prever e planejar a concentração populacional e, principalmente, seus impactos ambientais. Do contrário, o

empreendimento não poderá ser concebido como um novo centro articulador e propulsor do desenvolvimento regional sustentável.

Como também podemos constatar na **Tabela 8**, um projeto da dimensão do Sapiens Parque pode acarretar em excessiva concentração de investimentos públicos em sua área de implantação. Tal fato resulta na fragmentação da cidade e na criação de regiões com carência de investimentos e infra-estrutura, contrariando os critérios de sustentabilidade territorial e política, vistos neste trabalho.

A geração de empregos e a inclusão social através do trabalho, que seriam os principais propulsores do desenvolvimento regional sustentável econômico e social, dependem de ações de capacitação e de melhorias nos serviços e equipamentos públicos de educação local para que sejam efetivados. Do contrário, podemos concluir que a tendência é o aumento da exclusão econômica e social, uma vez que não serão todas as pessoas as capacitadas para os empregos gerados pelo parque.

Concluimos também que a exclusão social e a conseqüente segregação sócio-espacial da cidade podem ser fortalecidas ainda pela provável valorização imobiliária da região de implantação do Sapiens Parque. Com a ausência de políticas públicas de inserção social, o modelo de planejamento baseado na lógica do mercado tende então a aumentar as desigualdades, através do processo de concentração econômica, social e espacial.

A iniciativa de o parque ser um precursor do turismo sustentável para a região é notável, mas também somente terá real efetivação se devidamente acompanhado de um planejamento turístico para todo o Norte da Ilha. Destacamos ainda a necessidade de o Sapiens Parque estar articulado com toda a região metropolitana de Florianópolis, sem esquecer da porção continental equivalente. Desconhecer a parte continental de Florianópolis em um projeto deste porte implica em reconhecer a sua insustentabilidade.

Apesar de o projeto ainda ser bastante restrito no alcance do desenvolvimento sustentável para a região e o município, são válidas as ações locais propostas pelo parque que visam a melhoria da sustentabilidade do empreendimento em si, através da preservação dos ambientes naturais do terreno de implantação e da aplicação de conceitos de sustentabilidade nas edificações.

Entretanto, conforme afirma VEIGA (2005:113) “a hipotética conciliação entre o crescimento econômico moderno e a conservação da natureza não é algo que possa ocorrer no curto prazo, e muito menos de forma isolada, em certas atividades, ou em locais específicos”. Portanto, o empreendimento Sapiens Parque não pode, isolada e localmente, ser considerado um projeto de desenvolvimento urbano sustentável sem apresentar uma articulação e um planejamento conjunto com toda a região e o aglomerado urbano, e sem levar em consideração a realidade sócio-econômica e ambiental de Florianópolis.

É preciso ter consciência de que o modelo de planejamento estratégico regido pela lógica do mercado e importado dos países do capitalismo avançado, quando aplicado à realidade brasileira, apresenta seus limites na busca de uma política urbana de desenvolvimento sustentável. Os esforços do empreendimento Sapiens Parque na direção desta são válidos, porém ainda restritos e insuficientes para o alcance efetivo da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

CONCLUSÕES

Na introdução deste trabalho, comentamos que ele estaria estruturado a partir de dois eixos principais. O primeiro eixo diz respeito a um paradigma de desenvolvimento, denominado sustentável, que procura conciliar o crescimento econômico de uma nação com resultados positivos em meio social e ambiental. O segundo eixo estruturador deste trabalho gira em torno de um outro modelo, desta vez um modelo de planejamento urbano, regido segundo estratégias determinadas pela lógica do mercado e que busca a inserção global das cidades em um cenário mundial marcado pelas transformações da globalização.

A pesquisa procurou delinear os principais conceitos e características desses dois paradigmas, que vêm surgindo como um campo fértil para a proliferação de modelos de gestão urbana e estratégias de desenvolvimento local. O estudo procurou verificar, através do projeto urbano Sapiens Parque para Florianópolis, a eficiência da aplicação do modelo de planejamento urbano analisado no alcance efetivo do desenvolvimento sustentável.

Cabe colocar aqui que perante dois temas de tamanha complexidade como os que foram estudados, muitos cortes foram necessários para que se pudesse dar fechamento à dissertação, sem que se tornasse demasiadamente prolongada. A pesquisa deteve-se principalmente em analisar o empreendimento Sapiens Parque e seus limites como propulsor do desenvolvimento sustentável em nível regional, tendo oferecido pouco enfoque nas avaliações locais que dizem respeito às reflexões espaciais do projeto urbano propriamente dito.

No momento de finalização do trabalho, buscamos levantar alguns questionamentos que surgiram no decorrer da presente pesquisa, os quais ainda não obtivemos respostas: será possível que dois modelos, aparentemente antagônicos no discurso, possam caminhar juntos no processo de planejamento? Será possível conciliar na prática, dentro do contexto brasileiro marcado por desigualdades sociais, um discurso provavelmente utópico como o do desenvolvimento sustentável com um discurso que remete necessariamente a uma função mercadológica específica de determinado território? No caso de Florianópolis, será o projeto do empreendimento Sapiens Parque no Norte da Ilha a melhor possibilidade de reurbanização para o alcance do desenvolvimento sustentável regional?

Como verificamos no segundo capítulo deste trabalho, o conceito de desenvolvimento de um território, ao contrário do crescimento econômico, não se restringe somente aos fenômenos econômicos secundários, referindo-se principalmente às mudanças qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas de cada nação, priorizando a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento sustentável enfatiza a dimensão ambiental nesse conceito, fundamentando sua harmonização com os objetivos sociais e econômicos, sendo concebido como aquele que assegura o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Significa permitir “que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor”.(COMISSÃO MUNDIAL, 1988:47)

Visto a partir desse conceito, o desenvolvimento sustentável aparenta vago e impreciso, dando margem a muitas interpretações, tendo sofrido aprimoramentos após sua popularização em 1987. Abrangendo desde os objetivos mais estreitos, como a preservação dos recursos naturais, até os objetivos mais amplos, como a hipótese de mudança nos padrões de consumo, acumulação e distribuição de riquezas, o conceito do desenvolvimento sustentável também vem sofrendo questionamentos por muitos autores quanto às suas reais possibilidades de efetivação dentro do processo de acumulação de riquezas característico do sistema capitalista. Apesar disso, concordamos que tal paradigma deve ser procurado por todas as sociedades humanas, como forma de preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Neste trabalho, como método de estudo, optamos em utilizar a instituição das dimensões e objetivos de sustentabilidade (social, cultural, ecológica/ ambiental, territorial, econômica e política) definidos por SACHS (2002). Essa classificação permite o estabelecimento de critérios para cada uma das dimensões citadas, de maneira que funcionem como ferramentas de análise das políticas de desenvolvimento, no sentido do alcance da sustentabilidade. A conservação da biodiversidade mostrou-se um importante requisito do ecodesenvolvimento, expresso, no caso brasileiro, através do Sistema de Unidades de Conservação e das Reservas da Biosfera.

A aplicação do conceito do desenvolvimento sustentável em meio urbano originou os estudos de sustentabilidade urbana, uma área de análise ainda bastante recente e em consolidação. Tal associação fundamentou-se no documento Agenda 21 que oferece diretrizes de sustentabilidade urbana em nível nacional e local, visando o alcance de um

planejamento urbano mais sustentável. O tema manifestou o padrão “cidades sustentáveis”, que vem se propagando entre os governos e organizações da sociedade civil.

Concomitantemente a esse padrão, verificamos a necessidade de terem-se as cidades adaptadas às transformações surgidas mundialmente com o advento da globalização, em âmbito geopolítico, econômico, social e tecnológico. O modelo de planejamento urbano industrial que predominou no Brasil até os anos 1970, direcionado pelo Estado e baseado em categorias funcionais, mostrou-se obsoleto perante essa nova realidade, sendo substituído pela concepção mercadológica. Conforme verificamos no terceiro capítulo, a nova ordem urbana implica na competitividade entre as cidades, tendo como principal objetivo seu posicionamento como centro de articulação e controle das economias mundiais e sua inserção como “cidade global”.

O modelo estratégico de planejamento nasceu da gestão empresarial, sendo aplicado ao espaço urbano como uma resposta às mudanças impostas pela globalização. Ele sugere que a competição interurbana consiste em uma saída inevitável perante tais mudanças, já que a globalização prejudicou a especificidade do território como unidade de produção e consumo, ignorando as fronteiras político-administrativas. Como consequência, as cidades passaram a serem constituídas a partir de uma sociedade integrada em rede, acompanhadas de uma nova realidade econômica, social e política.

O novo modelo de planejamento imposto fundamenta-se na articulação necessária entre o local e o global, decorrente da perda da autonomia do Estado-Nação como centro regulador do planejamento. Dessa forma, propicia-se aos governos locais o fortalecimento político e econômico, elevando-os como os principais atores públicos do planejamento, ainda que estejam sujeitos à dependência dos condicionantes externos. Os governos locais possuem então a atribuição de promover as cidades para os investidores externos, através de uma imagem positiva da cidade e da oferta de infra-estrutura e serviços. Tal posição objetiva alcançar vantagens competitivas para a cidade como localização e expansão de empresas e atividades.

O enfraquecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e sua substituição pela lógica do mercado constitui o primeiro paradoxo consolidado entre o modelo de planejamento estratégico e o discurso do desenvolvimento sustentável. Segundo os critérios de sustentabilidade política, destaca-se a necessidade da centralização e da intervenção do Estado como regulador das economias e sua capacitação para implementar

um projeto nacional em conjunto com os empreendedores. O Estado constitui o único ator capaz de lidar com o processo de distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos, intra e entre nações, e evitar situações de desigualdade em termos de apropriação universal dos direitos humanos, buscando um nível razoável de coesão social.

Entretanto, o que pudemos constatar no planejamento estratégico, é a elevação dos governos locais no processo de planejamento. Para a atração de empresas e investimentos, o poder público local utiliza-se de estratégias de intervenções urbanas acompanhadas de imagens-síntese e discursos referentes à cidade, por meio de uma política de *marketing* urbano como instrumento de difusão e afirmação. Variações desse modelo foram vistos neste trabalho segundo as análises do planejamento para as cidades de Barcelona, Curitiba e Rio de Janeiro: trata-se de uma perspectiva de transformar essas cidades em uma espécie de “mercadoria” a ser “vendida” a um mercado mundial.

Concretiza-se também uma relação imprescindível para a instituição do planejamento estratégico urbano: a parceria público-privado. Tal parceria nasce da necessidade do poder público em captar recursos adicionais às suas próprias receitas, a fim de possibilitar a implementação dos projetos de renovação urbana. Dessa forma, os interesses do mercado permanecem presentes no processo de planejamento, permitindo a participação direta de empresários nas decisões referentes à gestão urbana.

A parceria público-privado aparece bastante evidente no estudo de caso tomado para análise neste trabalho, o projeto urbano Sapiens Parque no Norte da Ilha, caracterizado como um programa de desenvolvimento regional. Apoiado pelos governos municipal e estadual em exercício, a efetivação do empreendimento depende da coalizão de esforços e recursos públicos e privados. No decorrer do trabalho, vimos que o projeto faz parte de uma das iniciativas do governo local de inserir Florianópolis como “cidade global”, buscando a atração de empresas voltadas para a área da informática e tecnologia, principalmente as de capital internacional.

O empreendimento também se coloca como precursor da sustentabilidade social, econômica e ambiental, com a promessa de geração de empregos e conseqüente inclusão social. Além disso, o Sapiens Parque destaca seu objetivo de acabar com a sazonalidade da atividade turística com a sua implantação, trazendo visitantes durante o ano inteiro, com o comprometimento de difundir o turismo sustentável e a educação ambiental.

Entretanto, as análises do projeto Sapiens Parque realizadas no quarto capítulo desta dissertação mostraram que o modelo de planejamento apresenta muitas restrições quando utilizado como instrumento de desenvolvimento sustentável. A competitividade urbana defendida pelo planejamento estratégico significa um claro incremento na qualidade de vida urbana, porque a competitividade requer infra-estrutura adequada e melhoria das condições de vida, de moradia, serviços urbanos, saúde e cultura como fator essencial para a atratividade de investimentos e usuários. Apesar disso, a competitividade característica do modelo estratégico também proporciona resultados que seguem na contramão dos preceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e estabelecidos nesta pesquisa.

Na análise feita em relação aos limites do projeto Sapiens Parque como difusor do desenvolvimento regional sustentável, destacamos aqui as questões referentes à organização sócio-espacial urbana, resultantes justamente da estratégia da inserção competitiva. O projeto de intervenção urbana mostrou uma tendência à fragmentação, uma vez que potencializa a valorização imobiliária e consumo de segmentos sociais específicos, através da concentração de investimentos públicos nas áreas destinadas à revitalização, no Norte da Ilha. Além disso, a exclusão econômica decorrente da irrelevância de determinados grupos sociais perante o mercado de trabalho proporcionado pelo parque, aliada à discrepância salarial e de condições de trabalho, colaboram para agravar ainda mais esse quadro.

A segregação sócio-espacial urbana brasileira não tem suas origens no atual modelo de planejamento regido pela estratégia do mercado como forma de inserção competitiva. Entretanto, concordamos que o modelo tende a aumentar a situação de desigualdade social, com a formação de bairros com carência de infra-estrutura e serviços, caracterizados pela pobreza e violência urbana, em contraste a bairros compostos por condomínios privatizados e reservados às atividades e moradia de uma minoria. Essa implicação constitui, no nosso ver, a principal contradição existente entre o planejamento estratégico e as premissas que temos de “cidades sustentáveis”, caracterizadas pela conexão entre bairros (centro e periferia) e entre espaço privado e público, com priorização deste último.

Concluimos, portanto, ser a segregação sócio-espacial e suas conseqüências, como a degradação ambiental, os principais fatores que estabelecem limites ao modelo de planejamento estratégico no alcance efetivo do desenvolvimento sustentável. Nesse caso, uma nova pergunta surge diante de tal conclusão: quais seriam então, perante o atual cenário mundial da globalização financeira e da perda da autonomia do Estado, as

alternativas para o equacionamento da problemática ambiental urbana e diminuição da desigualdade social?

No Brasil, o Estatuto da Cidade surgiu como uma promessa para a gestão democrática das cidades e como uma real possibilidade de intervenção sobre o quadro de exclusão social característico das cidades brasileiras. O Estatuto também destaca a necessidade de garantia do direito às cidades sustentáveis, com a aplicação de instrumentos que visam amenizar os impactos ambientais decorrentes dos processos de urbanização. Entretanto, apesar de ser considerada uma lei bastante inovadora, uma vez que contempla aspectos da gestão urbana dos quais nenhuma legislação anterior sequer se aproximava, o Estatuto constitui somente um dos primeiros passos no caminho para a sustentabilidade urbana.

A cidade, como expressão da exclusão social e degradação ambiental, pode vir a se constituir no lugar privilegiado para a discussão da inclusão e do exercício da cidadania. O cotidiano urbano deve ser entendido como a manifestação de relações sociais e, portanto, de conflitos; a gestão desses conflitos requer a democratização do processo de decisões que afetam esse cotidiano. O momento atual é favorável ao debate dos rumos que tomarão nossas cidades, democratizando as decisões acerca do desenvolvimento sustentável e resgatando o direito à cidade para todos.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib; MULLER-PLANTENBERG, Clarita (org.). **Previsão de impactos : o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul : experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha.** São Paulo: EDUSP, 1994.

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AGENDA 21 BRASILEIRA – Cidades Sustentáveis. Ministério do Meio Ambiente - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002.

AGUIAR, Marina e DIAS, Reinaldo. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

AMENDOLA, Mônica. **O ordenamento urbano carioca sob a ótica do plano estratégico de cidades.** Revista geo-paisagem (on line). Vol. 1, número 2, 2002 . Julho/dezembro de 2002. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/Plano%20estrat%C3%A9gico.htm>, acesso em 05/05/2006.

AMIGOS DE CARIJÓS. **Plano de desenvolvimento sustentável do entorno da Estação Ecológica de Carijós.** Florianópolis / SC, 2002.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis.** (disponível em: <http://www.vitruvius.com.br>, acesso em 05/05/2006)

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal: A cultura das novas gestões urbanas.** In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE CARIJÓS/IBAMA. **Plano de manejo da Estação Ecológica de Carijós.** Florianópolis, 2002.

BECKER, Dinizar Fermiano. **A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável.** Revista Estudo & Debate, Lajeado. V.11, nº01, p.175-195. 2004.

BENJAMIN, Antonio Herman U. **Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico.** Curitiba. N.8 p.114-152, 2004. editora UFPR 141, pdf.

BIOSFERA URBANA NA ILHA DE SANTA CATARINA. **Proposta conceitual para um Projeto Piloto de implementação do modelo de Reserva da Biosfera em ambiente urbano.** Disponível em: <http://www.planodiretorfloripa.sc.gov.br>, acesso em 10/06/2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información.** 5 ed. Barcelona: Taurus, 2000.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do desenvolvimento sustentável.** In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável/ Clóvis Cavalcanti, organizador – 2. ed- São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística.** São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

CARDOSO, Reginaldo Luiz. **As cidades brasileiras e o pensamento neoliberal (submissão ao pensamento único: única alternativa para as cidades?).** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Disponível em <http://www.rizoma.net>, acesso em 07/05/2006.

CASTELLS, Eduardo J.F. et al. **Avaliação do Sapiens Parque segundo o IAB-SC.** Florianópolis, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2. ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 2. ed- São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CECCA - CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (SC). **Uma Cidade numa Ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia.** 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E INSTITUTO PÓLIS. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações. Brasília. 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPANS, Rose. **Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade?** In: A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad/ Organizador. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA 001/86, art. 1º**. Ministério do Meio Ambiente. (disponível em <http://www.mma.gov.br> acesso 24/05/2006)
- CONGRESSO NACIONAL. **Código Florestal Lei N º 4.771**, de 15 de setembro de 1965
- CONGRESSO NACIONAL. **Decreto da Mata Atlântica N º 750**, de 10 de fevereiro de 1993.
- CONGRESSO NACIONAL. **SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Lei N º 9.985, de 18 de julho de 2000.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: 1992**. RIO DE JANEIRO, RJ; BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão do Meio Ambiente. Brasília, D.F.: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.
- CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **A Questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2001.
- DIAS, Leila Christina & SANTOS, Gislaine Aparecida dos. **Região, Território e Meio Ambiente**. Uma História de Definições e Redefinições em Escalas Espaciais (1987-2001). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.05, nº02, p.45-56. 2003.
- DOSSIÊ DE INSERÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO SAPIENS PARQUE**. In: EIA/ RIMA. Empreendimento Sapiens Parque. Socioambiental Consultores Associados e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente. Florianópolis, 2002.
- ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. **EIA. Empreendimento Sapiens Parque**. Socioambiental Consultores Associados e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente. Florianópolis, 2002.
- FANTIN, Marcia. **Cidade dividida**. Florianópolis: Futura, 2000.
- FORUM DA AGENDA 21 LOCAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, 2000 FLORIANÓPOLIS, SC. **Agenda 21 Local do Município de Florianópolis: meio ambiente quem faz é a gente: versão preliminar**. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2000.
- FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117p.
- GARCIA NETTO, Luiz da Rosa. **Diagnóstico do ambiente urbano: Norte da Ilha de Santa Catarina**. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.
- GÜELL, José Miguel Fernández. **Planificación Estratégica de Ciudades**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 1997.

- GÜNTHER, Hartmut. **Como Elaborar um Relato de Pesquisa**. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº02. Brasília, DF.UnB. Laboratório de Psicologia Ambiental. 2004.
- HAFERMANN, Marília; Universidade Federal de Santa Catarina. **Sustentabilidade e desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Annablume, 2005.
- IPH. Instituto de Pesquisas Hidrológicas. **Estudo hidrodinâmico do rio Papaquara – Sapiens Parque**. Porto Alegre, RS – Setembro, 2003
- IPIUF. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano Diretor dos Balneários**. 1985.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida nas Grandes Cidades**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2001.
- FERRARI JÚNIOR, José Carlos. **Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano. Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1):15-28, junho – 2004.
- LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Editora Moraes. São Paulo. 1969.
- LEFF, Enrique. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. 2. ed. corr. aum Madrid: Siglo XXI Editores, c1994.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MARICATO, Ermínia. **As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias**. In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados vol. 17 n. 48. São Paulo May/Aug. 2003
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MASCARO, Juan Luis. **Manual de loteamentos e urbanizações**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1994.
- MILARÈ, Édís. **Estudo Prévio de Impacto Ambiental no Brasil**. In: AB'SABER, Aziz Nacib; MULLER-PLANTENBERG, Clarita/ organizadores. Previsão de impactos : o estudo de

impacto ambiental no leste, oeste e sul : experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: EDUSP, 1994.

MILES, Valentina de Oliveira. **Diagnóstico da ocupação urbana e degradação ambiental em Canasvieiras: apontamentos para a promoção do desenvolvimento sustentável.** (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2005.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica- o estado de Santa Catarina.** (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 1994.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo.** Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e a Exceção. Ou o Estado de Exceção?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.5. N.1. 2003.

O QUE A CAPITAL NECESSITA. Boletim Informativo do Sistema SINDUSCON. Florianópolis: Ano 7 n85, julho de 2007.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venancio. **Sociologia do turismo.** 2. ed Campinas: Papyrus, 1998.

PEDRÃO, Fernando. **A sustentabilidade social e ambiental.** Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, BA. Ano IV, nº06, p.28-40. 2002.

PEREIRA, Gislene. **Novas perspectivas para a gestão das cidades: Estatuto da Cidade e mercado imobiliário.** Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR. N° 9. P.77-92. Jan/Jun 2004.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PREFEITURA DO RIO. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As cidades da Cidade.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico>.

PROGRAMA MAB. O HOMEM E A BIOSFERA. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Disponível em <http://www.unesco.org.br>.

REDCLIFT, Michael. **Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade.** Revista Raízes. Campina Grande. Vol.21, nº01, p.124-136, jan/jun.2002.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. **RIMA. Empreendimento Sapiens Parque.** Socioambiental Consultores Associados e E.labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente. Florianópolis, 2002.

- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; SANTOS JR., Orlando Alves. **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. **A natimorta tecnópolis do Campeche em Florianópolis – delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores**. In: Florianópolis Do Outro Lado do Espelho/ Margareth de Castro Afeche Pimenta, organizadora. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.
- ROLNIK, Raquel. **Cidades: o Brasil e o Habitat II**. Revista Teoria e Debate número 32. Julho/ agosto/ setembro de 1996. Disponível em <http://www2.fpa.org.br>, acesso em 10/11/2007.
- SÁ, Mohana Faria de. **Processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) do Empreendimento Sapiens Parque**. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. Coleção Cidade Aberta. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine**. In: A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad/ Organizador. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SANTOS, Cristina Silveira Ulyssea. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. Florianópolis, 1993.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SAPIENS: La ciudad del conocimiento**. Revista ambiente digital. Arquitectura Del Ambiente. Fundación CEPA. Disponível em <http://www.revista-ambiente.com.ar>, acesso em 05/12/2006.
- SAPIENS PARQUE - Audiência Pública em Ponta das Canas**. Produção para o programa Interesse Público/ TV Justiça. Data: 18 de Agosto 2004. Florianópolis. Disponível em <http://www.prsc.mpf.gov.br>, acesso em 15/06/2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Adriana Gondran. **Espaços Públicos, Turismo e o Resgate da Cidadania em Canasvieiras**. Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camburiú. 2005.

SILVA, Gilcéia Pesce do Amaral. **Science parks and urban design: a cross-cultural investigation** /. Oxford, 2001 1v. (Tese Doutorado) - Oxford Brookes University.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. **Avaliação Ambiental Estratégica como Subsídio para o Planejamento Urbano**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

STEINBERGER, Marília. **A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(n) espaço urbano**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR. 2001.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002.

VAINER, Carlos. **Pátria, Empresa e Mercadoria**. In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual**. Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1991.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, Natália Miranda. **A Imagem diz Tudo? O Espaço Urbano como Objeto de Consumo**. Bahia Análise e Dados. Salvador – BA. SEI. V.9. N°2. P39-46. Set 1999.

VIEIRA, Paulo Freire. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

Portais citados ao longo do texto:

<http://www.newsweek.com>

<http://www.finep.gov.br>

<http://www.fapesc.rct-sc.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://web.worldbank.org>

<http://www.vitruvius.com.br>

<http://www.estatutodacidade.org.br>

<http://www.sbau.com.br>

<http://www.hsm.com.br>

<http://www.curitiba.paises-america>

ANEXO 1 – AVALIAÇÃO DO SAPIENS PARQUE SEGUNDO O IAB-SC

Para: **FUNDAÇÃO CERTI**

A/C José Eduardo

De: **Silvia Lenzi, Eduardo Castells, Enrique Brena, Miguel Pousadela, Nelson Saraiva**

Ref.: **Projeto SAPIENS Park**

INTRODUÇÃO

Antes de apresentar a verificação e complementação das *sugestões*, tal como solicitado por Leandro através de mail enviado no último final de semana, é necessário fazer alguns esclarecimentos.

Após a finalização do Workshop da terça feira da semana passada, alguns dos profissionais convidados -aqueles arquitetos que tínhamos feito no decorrer das sessões de trabalho apreciações conceitualmente convergentes-, ficamos trocando e aprofundando opiniões a respeito do encontro, no geral, e das propostas apresentadas pela Ecoplan, em particular.

Podemos afirmar que houveram conclusões consensuais no que diz a respeito de uma avaliação crítica dos trabalhos apresentados. Aconteceu uma outra rodada de comunicações -telefônicas desta vez-, ao recebermos o mail de Leandro: houve novamente consenso em considerar que as sugestões enviadas não constituíam uma síntese representativa das críticas levantadas durante o encontro. Foi nesse momento que começou a se pensar na idéia de apresentar este documento.

Além disso, se considerou que questões centrais a respeito do embasamento conceitual e parâmetros programáticos do empreendimento ficavam difíceis de transcrever dentro da formatação proposta pela grade enviada. Notadamente, ficava incompatível relacionar os alcances do enquadramento inicial apresentado por José Eduardo -que entendemos correto e suporte essencial para a definição do perfil do empreendimento-, com sugestões parciais sobre as propostas apresentadas, sem contar com espaço para questionar a validade dos fundamentos conceituais que as orientaram: em princípio, *sugestões* não ultrapassam a condição de serem apenas correções pontuais.

Assim, depois de ponderada avaliação, acreditamos que a classe de produto que melhor responderia às expectativas da Fundação CERTI, atendendo também à condição de espelhar adequadamente nossa avaliação crítica do Workshop, seria um documento que:

- a- Fosse de encaminhamento único, recolhendo o conjunto de contribuições dos arquitetos signatários;
- b- Tivesse uma estrutura expositiva diferenciada por níveis de abrangências e enfoque: 1) A respeito da qualificação do empreendimento; 2) A respeito das características do sitio; 3) A respeito das características de outros empreendimentos de porte similar; 4) A respeito da avaliação crítica das propostas apresentadas; e que, finalmente,
- c- Concluísse, só então, com sugestões: 5) A respeito de condicionantes e conteúdos programáticos que entendemos devem ser respeitados e contemplados pelo Máster Plan do SAPIENS Park.

Com esse entendimento, e sempre dispostos para maiores esclarecimentos, aguardamos retorno.

1. SINGULARIDADES QUE NOTABILIZAM O EMPREENDIMENTO:

- 1.1. Conceito original focado no pré-suposto de que a superação humana se opera através do conhecimento;
- 1.2. Intenção declarada de aplicar tecnologia em sua mais ampla conceituação;
- 1.3. Ousadia de conceber o SAPIENS Park como um grande projeto ordenador, orientado pela preservação ambiental e pela busca de melhor qualidade de vida;
- 1.4. Preocupação por identificar as qualidades que converteram Florianópolis numa cidade desejada, junto com a intenção de garantir que tais qualidades sejam preservadas e ainda enriquecidas através das diretrizes e conteúdos do programa que irá implementar o projeto;
- 1.5. Ambição de que um grande e utópico projeto possa transbordar suas qualidades internas para além do sítio que o abriga, objetivando se converter num centro gerador da requalificação urbana da Ilha e que abra caminhos na direção de superar a exclusão social;
- 1.6. Identificação de parâmetros programáticos que acrescentam à idéia de criação de um parque tecnológico, atividades e equipamentos que abrem a possibilidade de que Florianópolis desempenhe, como um ícone, o papel de nova e significativa centralidade referencial para a região, para o país, e para o mundo.

2. COMPONENTES DIFERENCIADORES PARA A ÁREA: SITUAÇÃO, TAMANHO, NATUREZA PÚBLICA

- 2.1. Compreensão do papel que a comunidade espera e necessita que seja atendido por essa grande área pertencente à empresa estadual, e por tanto de natureza essencialmente pública;
- 2.2. Identificação das expectativas sociais de usos específicos que deveriam ser atendidas pelo terreno do SAPIENS Park, considerando que pela sua privilegiada localização tem a possibilidade de ser articulador de toda a região Norte da Ilha, e dela com a cidade;
- 2.3. Identificação dos componentes de programa que devem caracterizar usos diferenciais para o terreno do SAPIENS Park e para o terreno da Reserva Florestal do Rio Vermelho, ao qual corresponde que fique integrado;
- 2.4. Reconhecimento de alternativas complementares para o uso da área, identificadas a partir de caracterizar e localizar atividades externas ao terreno, ou determinadas por seu entorno urbano;
- 2.5. Entendimento de que intervir na área através da implantação do SAPIENS Park representa a última possibilidade de reurbanização e reestruturação urbana dos balneários do Norte da Ilha;
- 2.6. Identificação de espaços públicos, atividades, equipamentos estruturadores e complementares que, levando em conta as vocações tradicionais da Ilha e a tendência que se apresenta para o futuro, possam ser articulados com o programa deste projeto de modo a corrigir a mono-funcionalidade balneária pré-existente à implantação do empreendimento;
- 2.7. Proposição dos retornos ou compensações sociais a que o projeto deve-se obrigar considerando sua condição de bem público.

3. ESTUDO DE CASOS EXEMPLARES DE PORTE SEMELHANTE, REFERENCIAIS POSSÍVEIS PARA O “SAPIENS PARK”

- 3.1. Analisar o Plano Piloto e a arquitetura de Brasília como exemplo de construção de novos símbolos ou ícones para a modernidade brasileira dos anos '50;
- 3.2. Analisar o Plano da Barra da Tijuca como exemplo de construção de ícone brasileiro para o final do século XX;
- 3.3. Analisar o Parque do Flamengo, referencial na construção de grandes espaços públicos significativos e ordenadores de urbanidade;
- 3.4. Analisar o ícone Copacabana e o protejo de reurbanização e engorde;
- 3.5. Analisar o Plano para a orla de Barcelona como exemplo de urbanização e requalificação de orla;
- 3.6. Estudar os melhores exemplos disponíveis dentro da temática de grandes parques tecnológicos (La Villette, Epcot Center, Digital Mídia City), especialmente daqueles que tenham mostrado efetiva contribuição à construção da urbanidade;
- 3.7. Estudar os avanços tecnológicos mais destacados e sua aplicação à construção de tecidos urbanos e de edifícios ambientalmente solucionados.

4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDOS DE “MASTER PLAN” APRESENTADOS

- 4.1. Os três estudos apresentados mostram-se modelagens inadequadas para satisfazer as idéias originais propostas no programa para o SAPIENS Park, tal como formuladas por Jose Eduardo no início do Workshop. As soluções diagramáticas dos três estudos repetem o mesmo projeto conservador, distanciando-se da proposta do empreendimento que objetiva a inovação como importante conteúdo;
- 4.2. Os três estudos repetem um mesmo e discutível modelo de urbanização -baseado na idéia do *cluster* como unidade básica para a organização do espaço urbano-, que já fora bastante difundido em meados do século XX. Os resultados dos casos nos quais o modelo foi aplicado mostraram significativos aumentos nas taxas de desagregação comunitária, com a inevitável seqüela de aumento na marginalidade, violência urbana e exclusão social, especialmente quando implantado em urbanizações mais afastadas, desprovidas de efetiva centralidade;
- 4.3. Os três estudos restringem-se ao uso dos mesmos componentes já presentes nos diagramas e imagens preliminares previamente elaborados dentro do próprio CERTI. Não se verifica a incorporação de novos parâmetros de programa, necessários a um projeto urbano. Avalia-se que as dimensões e a natureza pública do terreno obrigariam o projeto a contar com um programa mais ambicioso, em prol de permitir a superposição de atividades e de equipamentos que garantam adequadas compensações à cidade;
- 4.4. Tal como foram apresentados, os três estudos são umas repetições conceituais que poderia estar em qualquer lugar do mundo, nada do que pode lhes dar contextualidade local nem relação com seu entorno imediato está trabalhado ou foi sugerido;

4.5. Os estudos foram concebidos como ilhas dentro de uma ilha (que está, pela sua vez, dentro da Ilha). Todas as três soluções apresentam um conceito de artefato isolado de seu entorno, o que o converte em elemento desagregador e não em integrador da estrutura urbana existente. Fica assim comprometido o declarado objetivo de que o SAPIENS Park sirva como modelo de urbanização referencial para o entorno. A análise apresentada é limitada à área do terreno e não inclui a análise do comportamento do entorno urbano imediato e menos ainda do comportamento da região norte da ilha.

4.6. Os três estudos repetem cenografias similares para todos as zonas do terreno, desconsiderando ou minimizando o papel desempenhado pela riqueza e diversidade oferecidas pelo mesmo e seu entorno imediato: urbanizações, grandes vias de contorno, rios, florestação, caponetes nativos, banhados, etc.

4.7. As três soluções apresentam uma rígida zonificação monofuncional por atividades, baseada nas diretrizes da Carta de Atenas (CIAM 1933). Experiências mostram que uma tal concepção gera setores isolados entre si, carentes de vida quando cessa a atividade específica de cada um, antitéticos à própria condição de urbanidade, e focos de seríssimos problemas de segurança.

4.8. As variações apresentadas nos estudos -onde se intercambiam aleatoriamente as localizações de uma ou outra das zonas-, mostram que a distribuição sobre o terreno de uma ou outra monoatividade é feita com indiferença a respeito do contexto de implantação e, inclusive, dos próprios requerimentos ambientais que fossem específicos para cada atividade.

4.9. No mesmo sentido, verifica-se que as zonas de urbanização possuem tamanho e conformação similar, constituindo uma totalidade homogênea indiferenciada. Ao verde pré-existente resta apenas a função de se transformar no resíduo separador dessas ilhas urbanas de programas monofuncionais;

4.10. Avalia-se que é artificial e inconsistente a proposta da água como cenário predominante e como principal nexo estruturador das atividades. O efeito resultante é sempre separador (ao reforçar a condição de isolamento das zonas-ilha criadas) e não integrador. Não pode ser ignorado que a Ilha de Santa Catarina já conta com duas extensas lagoas no seu interior, e que o que está faltando são articulações da cidade com áreas verdes preservadas e com grandes espaços públicos que sejam tratados com equipamentos culturais, de lazer, esportivos, comerciais e comunitários.

4.11. A extensa solução de lagos, sem usos claramente identificados, apresentam-se decorrentes das áreas de empréstimo de materiais para a consecução das ilhas de monofuncionalidade, e não com uma intencionalidade propositiva original dos estudos. Nas conformações propostas, a construção de lagos e ilhas correm o risco de desmontar toda a singularidade do ambiente nativo existente;

4.12. Os estudos arquitetônicos não foram enunciados, contrariando idéia atualmente dominante de que não devem e não podem ser tratados em separado da proposta de desenho urbano. A fuga para um trabalho predominantemente paisagístico não soluciona tal impasse, tornando menor o fôlego de tais estudos.

4.13. Nesse mesmo sentido, a apresentação centrou-se na explicitação de corredores visuais e alternância de cheios e vazios, sem que se observe uma compreensão do grande potencial da área -equivale em m². A mais de duas vezes o triangulo central de Florianópolis-, como a principal reserva de espaços públicos e como o local da futura centralidade de toda a região norte, com projeções para o resto da ilha.

4.14. Não há definição de que áreas conservam a condição de espaços públicos, quais semipúblicos e quais privados, nem de qual é o percentual relativo ou o desempenho previsto para cada um, assim como da resolução prevista para articular entre si esses três diferentes níveis de apropriação. Essa é uma questão essencial na determinação do caráter final do empreendimento e permitirá estabelecer as efetivas possibilidades de uso do espaço do SAPIENS Park por parte da cidadania.

4.15. Não foram fornecidas estimativas a respeito da demanda potencial prevista para o empreendimento, nem de qual seria a conseqüente resposta de uma região já frágil do ponto de vista ambiental.

4.16. Finalmente, não há nenhum esclarecimento a respeito de qual foi o suporte teórico selecionado, nem de quais foram os modelos referencias nacionais ou internacionais adotados pela consultora para embasar a concepção das soluções apresentadas. Uma tal fundamentação é de vital importância para possibilitar melhor compreender as intencionalidades de projeto dos estudos apresentados.

5. SUGESTÕES PARA UMA PROPOSTA ALTERNATIVA

5.1. A principal sugestão é de que o projeto urbano e arquitetônico busque ser a própria imagem construída do ideário do empreendimento, baseado no avanço do conhecimento sobre os modos do homem bem ocupar o planeta. Neste ponto, alertamos mais uma vez para a pertinência das colocações feitas na abertura do encontro: elas têm valor referencial, essencial na definição do perfil do programa do empreendimento. Entendemos que a identificação e aplicação meditada das tecnologias em seu conceito mais amplo e atualizado, devem ser também objetivos primários orientadores das propostas que devem ser feitas no campo da arquitetura e do urbanismo.

5.2. Como principal compensação ao uso de um terreno de natureza pública, não é difícil imaginar um grande parque público, aberto à cidade e falando a estética dos valores vegetais locais, como um importante componente da própria condição de urbanidade. Componente do qual Florianópolis mostra evidente carência. Esta compensação em dimensões realmente generosas seria um importante elemento que facilitaria a negociação com a sociedade, na hora de discutir compensações frente à privatização de partes dessa imensa área.

5.3. A leitura dos balneários monofuncionais baseados predominantemente na habitação, permite pensar na centralização de equipamentos faltantes aos balneários -como também à cidade-, no sentido de alimentar sua grande vocação turística e outras que podem vir a despertar, justamente a partir da implantação do SAPIENS Park. É notável na cidade a ausência de lugares, excetuados os espaços de praia, que permitam a celebração da cidadania nas suas mais variadas escalas, incluindo até aquelas das multidões reunidas pelo verão. Eventos os mais variados ficam prejudicados pela ausência de tais espaços. A construção da centralidade inexistente para os balneários da ilha, justificaria também os desejos de centralidade regional, local e internacional do empreendimento.

5.4. O somatório de uma grande centralidade associado a parques, trabalho e habitação, aumenta a superposição desejada pelas cidades e é garantia de enriquecimento da cena urbana que se quer criar como novo e importante ícone. Não se constrói a imagem de uma grande centralidade com um programa que fica restrito apenas aos elementos que caracterizam um parque tecnológico. Mais ainda, deve-se pensar que a criação de uma nova centralidade, do porte estimado para o projeto do SAPIENS Park, pode vir a gerar um

deslocamento mais definitivo, em direção ao Norte da Ilha, da atual centralidade de Florianópolis.

5.5. Acreditamos que em relação à conservação do ambiente deverá ser perseguida a tese da tolerância zero em relação aos resíduos decorrentes da cultura humana. Arquiteturas e organizações urbanas deveriam ser pensadas visando tal objetivo. Nesse sentido, recomenda-se especular com soluções que diminuam a projeção sobre a paisagem natural representada pelas áreas de construção de edificações. Nesse sentido, é importante incentivar a pesquisa sobre novas soluções urbanas, tanto horizontais quanto verticais. Adensar, concentrar, nuclear, e com isso aliviar o contínuo construído sobre o planeta é hoje reflexão obrigatória de todo estudo urbano. Mais ainda de um empreendimento que pretende primar como referencial em termos de qualidade de vida e proteção ambiental. E fica claro que, nessa filosofia, não podem ficar excluídas as soluções arquitetônicas que complementem as propostas urbanas.

5.6. É recomendável mudar o programa do projeto para incorporar o conceito de *polifuncionalidade* ou *mix de funções*, no compromisso de *construir cidade*, e não tão só um parque temático com algumas atividades complementares para uso da população local.

5.7. Considera-se que a vinculação com o mar deve ser uma questão central do projeto. Para tanto, deve ser cogitada a possibilidade de incorporar a vinculação do SAPIENS Park com um terminal marítimo de transporte de passageiros, assim como também com o terminal terrestre próximo ao terreno.

5.8. No mesmo sentido, entendemos que a implantação do SAPIENS Park obriga, tanto a promotores quanto a projetistas, a não deixar de lado o problema representado pelo sistema geral de transporte público urbano. Assim como a infra-estrutura viária e de serviços, as demandas que venham a ser geradas pela implantação do parque irão afetar profundamente, não apenas ao entorno imediato do terreno, mas também ao sistema regional na sua total complexidade.

5.9. Por fim, entendemos que a área do terreno deve ser entendida, como campo de atuação projetual, para além do rio Papaquara, conformando uma unidade que articule toda a região norte da Ilha, desde a estrada de acesso a Ponta das Canas e a SC 403 que vincula com Ingleses, por um lado, e entre a SC 401 que vincula com Canasvieiras e a estrada que vincula Cachoeira do Bom Jesus à SC 403. Nesse quadro, fica facilitada a alternativa de que a área funcione como a centralidade da região balneária norte (Daniela, Jureré, Canasvieiras, Cachoeira, Ponta das Canas, Lagoinha, Praia Brava, Ingleses e Santinho), ampliando ainda o contexto para as comunidades de Vargem Grande e Rio Vermelho.

Em Florianópolis, 4 de Julho de 2002

ANEXO 2

**TABELA DE IMPACTOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
DO SAPIENS PARQUE**

ANEXO 3 – MASTER PLAN SAPIENS PARQUE 2005



MASTER PLAN

FASE 0



MASTER PLAN

Perspectiva – Fase 0





MASTER PLAN

Avenida Sapiens



MASTER PLAN

Perspetiva Lagos



Si381 Silva, Beatriz Francalacci da
Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano
como instrumento de desenvolvimento sustentável: o caso do
Sapiens Parque / Beatriz Francalacci da Silva . – Florianópolis :
UFSC / Centro Tecnológico, 2008.
xi,168f. : il. ; 30cm

Orientador: Nelson Popini Vaz
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa
Catarina/ Centro Tecnológico / Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, 2008.

1. Planejamento urbano. 2. Desenvolvimento sustentável. 3.
Florianópolis (SC). I. Vaz, Nelson Popini. II. Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em
Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

CDU 711.4 (816.4)

Ficha catalográfica elaborada por Lidiane dos Santos Carvalho, CRB14/1043

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.